

Apresentação

Em uma base de dados especializada, para se estabelecer uma boa comunicação entre aquele que indexa os artigos e os usuários, é necessário que todos falem a mesma língua, ou seja, é preciso que se utilize um vocabulário controlado para padronizar a indexação e possibilitar uma revocação precisa. Esse foi o princípio que motivou o desenvolvimento desta linguagem documentária que ora se inicia.

Até chegar a esta primeira versão da lista de termos que se segue, foram dados os seguintes passos:

1. Percebeu-se que a área tema – educação profissional em saúde – não está contemplada no Tesouro DeCS (Descritores em ciências da saúde), pois a educação profissional em saúde, além da saúde, agrega as áreas da educação e do trabalho. Esta última, além do campo profissional *stricto sensu*, engloba todas as discussões sobre o modo de produção capitalista que incidem sobre ela na atualidade. A própria saúde que se quer retratar tem o seu conceito ampliado e por isso imbricado em outros campos do conhecimento, modificando sentidos, os quais não se encontram, muitas vezes, presentes no DeCS.
2. Observou-se o uso de descritores locais sem padronização, carecendo, portanto, de um diagnóstico mais preciso sobre o campo.
3. Realizou-se este diagnóstico. Foi feita uma cópia da base de dados no formato .txt e, através de um programa criado, o arquivo foi convertido em uma tabela do Excel. Após superação de problemas de formatação e o arquivo ficar “limpo”, migrou-se os dados para o Access, onde se pode visualizar a base em seu conjunto.
4. Constatou-se que a base estava com **4.467 registros**. Foram listados **10.681 descritores locais** referentes ao total de registros, os quais foram separados um a um, pois na migração o último termo não continha espaço e se juntava com o seguinte.
5. Chegou-se a conclusão de que havia **1.515 termos diferentes** e, destes, 200 foram utilizados 7.970 vezes (com o número exato variando entre apenas cinco vezes e até centenas de vezes). Os 1.315 restantes foram utilizados **apenas uma vez** em sua maioria, denotando uso indiscriminado.
6. Há ainda: erros ortográficos e de digitação; dispersão léxica (sinônimos); dispersão simbólica (ausência de padronização no uso de maiúsculas e de minúsculas, de cedilha, de til, de acentos e de abreviaturas); dispersão sintática (gênero e número).

7. Paralelamente a este trabalho, um estudo aprofundado está sendo realizado para o entendimento do campo da educação profissional em saúde, pois sem o conhecimento dos conceitos presentes na área não é possível se representar corretamente um documento.
8. Quatro reuniões temáticas foram realizadas com pesquisadores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, entre os meses de maio e agosto, para se discutir os conceitos representativos do conhecimento em educação profissional em saúde, contribuindo para o “enxugamento” dos termos.
9. Definições foram buscadas, mas algumas das listadas a seguir ainda não estão fixadas, ou seja, são definições que satisfazem neste primeiro momento, podendo ser redefinidas de forma mais precisa no universo conceitual a ser ainda delimitado.

É necessário frisar que a lista de 500 termos autorizados que ora se apresenta é, em primeiro lugar, uma primeira iniciativa exploratória, no sentido de se estar buscando os significados presentes no campo; e, em segundo lugar, tem também o sentido de provocar discussões que possam cooperar para um futuro tesouro para a área. Contribuições são bem-vindas!

Como é do conhecimento dos bibliotecários, os novos passos que se pretende dar passam por: análises de documentos e identificação de conceitos; estudo de outros tesouros (economia, história, educação, política); estruturação dos conceitos de forma menos hierárquica e mais associativa, com aproximações; escritura do glossário. Feito isto, o domínio conceitual para a educação profissional em saúde estará mapeado.

Muito ainda tem de ser pensado e elaborado. Esse é o desafio. Desafio que em última instância nos coloca de frente com o que produzimos em nosso trabalho de organizar a informação para colocá-la à disposição daqueles que irão acessá-la para produzir novas informações. Ao entender este processo na sua totalidade, o bibliotecário pode deixar de ser apenas técnico para se tornar um ator político, na medida em que irá subsidiar a produção de novos conhecimentos com consciência.

BVS-EPS

Descrição dos conceitos do
Vocabulário controlado (*versão preliminar*)

Aborto

Por aborto entende-se o produto da concepção, eliminado pelo abortamento. O abortamento é considerado inseguro quando praticado em condições precárias e inadequadas, por pessoal com insuficiente capacitação técnica ou em ambas as condições.

Fonte: Tesouro Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=33&n=1&s=5&t=2>>. Acesso em 15 out. 2013.

Ação educativa

Acesso à educação

Essa expressão traduz, modernamente, a primeira etapa que o direito social à educação - entendido como direito de todos - impõe aos sistemas democráticos, ou seja, o acesso de todos à escola e nela, à educação.

Fonte: ARELARO, LG. Acesso à Educação. Dicionário Verbetes. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=244>>. Acesso em 15 out. 2013.

Acolhimento

Acolhimento é uma diretriz da Política Nacional de Humanização (PNH), que não tem local nem hora certa para acontecer, nem um profissional específico para fazê-lo: faz parte de todos os encontros do serviço de saúde. O acolhimento é uma postura ética que implica na escuta do usuário em suas queixas, no reconhecimento do seu protagonismo no processo de saúde e adoecimento, e na responsabilização pela resolução, com ativação de redes de compartilhamento de saberes. Acolher é um compromisso de resposta às necessidades dos cidadãos que procuram os serviços de saúde.

Fonte: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/dicas/167acolhimento.html>>. Acesso em 15 out. 2013.

ACS

USE Agente Comunitário de Saúde

Administração de empresas

Administração de recursos humanos em saúde

USE Gestão de recursos humanos em saúde

Administração de serviços de saúde

USE Gestão de serviços de saúde

Administração hospitalar

USE Gestão hospitalar

Agência Nacional de Saúde Suplementar

UP ANS

Autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, prazo de duração indeterminado e atuação em todo o território nacional, como órgão de regulação, normatização, controle e fiscalização das atividades que garantem a assistência suplementar à saúde.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Agente Comunitário de Saúde

UP ACS

UP Agentes Comunitários de Saúde

UP Agentes Comunitários

1. Essa profissão foi reconhecida oficialmente pela Lei 10.507 de 2002 e se refere especificamente ao âmbito do SUS, apesar da existência de agentes de saúde se remontar a vários anos atrás. Fica definido que a profissão se caracteriza pelo exercício de atividade de prevenção de doenças e promoção de saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias individuais ou coletivas. O ACS deve residir na comunidade em que atua e se espera que este profissional seja um elo ou um mediador entre o serviço de saúde e a comunidade.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

2. Trabalhador que desenvolve atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde e de incentivo à cidadania, atuando, sob supervisão, junto a famílias, grupos sociais e coletividades por adscrição de população.

Nota: os agentes atendem, dependendo das necessidades locais, populações de 400 a 750 habitantes e são selecionados dentre candidatos residentes da mesma localidade em que atuarão.

Fonte: Glossário da Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde, 2012.

Agente de controle de endemias

UP Agentes de controle de endemias

Agente etiológico

Entidade biológica, física ou química capaz de causar doença.

Fonte: Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf

Agente Indígena de Saúde

Profissional que desenvolve atividades de saúde de nível médio-técnico de promoção e apoio à saúde em comunidades indígenas: rastreiam focos de doenças, promovem educação sanitária e ambiental, campanhas preventivas, promovem a comunicação entre a unidade de saúde e a comunidade.

Fonte: Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações, 2002. Disponível em: <http://www.mteco.gov.br>

Agentes biológicos

Agentes infecciosos capazes de produzir infecção ou doença infecciosa.

Fonte: Ministério da Saúde. Guia de Vigilância Epidemiológica, 2009. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/gve_7ed_web_atual.pdf

Agentes de controle de endemias

USE Agente de Controle de endemias

Profissional da área da saúde de nível médio –técnico responsável por vistoria de residências, depósitos, terrenos baldios e estabelecimentos comerciais para buscar focos endêmicos. Inspeção cuidadosa de caixas d'água, calhas e telhados. Aplicação de larvicidas e inseticidas. Orientações quanto à prevenção e tratamento de doenças infecciosas. Recenseamento de animais. Essas atividades são fundamentais para prevenir e controlar doenças como dengue, chagas, leishmaniose e malária e fazem parte das atribuições do agente de combate de endemias (ACE), um trabalhador de nível médio que teve suas atividades regulamentadas em 2006, mas que ainda tem muito o que conquistar, especialmente no que diz respeito à formação.

Fonte: Escola Técnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Profissao&Num=2&Destques=1>>.

Agentes de saúde pública

Profissional de nível médio-técnico da área da saúde responsável pelas orientações e fiscalização de atividades de prevenção e preservação ambiental e da saúde, por meio de vistorias e inspeções de locais, atividades, obras, projetos e processos, visando o cumprimento da legislação ambiental e sanitária com ações de educação em saúde.

Fonte: Ministério do Trabalho. Classificação Brasileira de Ocupações, 2002. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br>>. Acesso em 17 out. 2013.

Agentes locais de vigilância da saúde

UP AVISA

Profissional de nível médio-técnico da área da saúde responsável por desempenhar atividades de vigilância à saúde no âmbito da atenção básica, execução de ações e procedimentos técnicos operacionais e educação em saúde.

Fonte: Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para Vigilância em Saúde, 2010. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/volume13.pdf>

Agroindústria

A agroindústria como atividade autônoma em relação à agricultura somente se desenvolve plenamente com a expansão do capitalismo a partir dos séculos XVIII e XIX. É com o desenvolvimento da indústria capitalista que, gradativamente, partes do processo produtivo agrícola foram se autonomizando em relação aos agricultores e passaram a ser transferidas para vilas e cidades. As unidades familiares de produção, que até então exerciam todas as operações inerentes à produção, ao processamento, ao armazenamento e à distribuição dos bens agrícolas e de alguns produtos manufaturados, passam a depender crescentemente de relações com o mercado para suprir as suas necessidades (Marx, 1988; Davis e Goldberg, 1957).

Tal fato tem importância histórica, porque contribuiu para a inviabilização crescente das unidades camponesas de produção, visto que grande parte da força de trabalho era então empregada, nos tempos livres, na confecção de ferramentas, na armazenagem e no processamento dos produtos e na comercialização em feiras livres ou vendas diretas. Como os produtos feitos pela indústria eram mais baratos e de qualidade e padronização superiores (ferramentas de trabalho e roupas, por exemplo), os agricultores deixaram de produzi-los em suas casas ou nas vilas rurais, o que resultou na formação de excedentes insustentáveis de força de trabalho nas unidades camponesas. Essa foi a origem inicial do êxodo rural e da desestruturação camponesa ainda na fase inicial do capitalismo industrial. A atividade agroindustrial pode ser analisada de vários ângulos, entre eles os aspectos de organização técnica (aspectos internos de organização e funcionamento produtivos) e os aspectos socioeconômicos e as relações de poder estabelecidas com seu entorno e com o conjunto da cadeia produtiva. Analisaremos principalmente o segundo bloco de questões. (*Ler verbete completo*)

Fonte: CALDART, RS; Pereira, IB; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>. Acesso em 17 out. 2013.

Alienação

No sentido marxista é a ação pela qual (ou o estado no qual) um indivíduo, um grupo, uma instituição ou uma sociedade se tornam (ou permanecem) alheios, estranhos, enfim alienados aos resultados ou produtos de sua própria atividade (e à atividade ela mesma) e/ou à natureza na qual vivem, e/ou a outros seres humanos e também a si mesmos (às suas possibilidades humanas constituídas historicamente).

Fonte: BOTTOMORE, T; Harris, L; KIERNAN, VG; MILIBAND, R. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Alimentação saudável

É o mesmo que dieta equilibrada ou balanceada e pode ser resumida por três princípios: variedade, moderação e equilíbrio. Variedade significa comer diferentes tipos de alimentos pertencentes aos diversos grupos. Moderação é não exagerar nas quantidades de alimentos ingeridas. Equilíbrio engloba as suas características citadas anteriormente, ou seja, consumir alimentos variados, respeitando a quantidade de porções recomendadas para cada grupo de alimentos.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Alimentos transgênicos

Alimentos que possuem materiais genéticos de outras espécies.

Ambiente Hospitalar

Ambiente seguro, funcional, operacional e adequado para realização do cuidado ao paciente, para o trabalho dos funcionários e para o trânsito das pessoas na unidade de saúde. Planeja, projeta, organiza, mantém e equipa o ambiente, visando assegurar a segurança, a privacidade e o conforto do paciente e de todos em seus serviços.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Ambiente virtual

Local onde no ensino à distância se dá o processo de ensino-aprendizagem.

Ambiente virtual de aprendizagem

USE Educação à distância

Analfabetismo

Refere-se a uma incapacidade de ler ou escrever um enunciado simples em uma língua. Também pode definir pessoas que possuem uma precária alfabetização e, em função disso, não utilizam o pouco que sabem para sua profissionalização ou para uso pessoal, ou seja, são os analfabetos funcionais. O termo foi criado em 1958 pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

Fonte: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Analfabetismo" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix, 2002. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=348>>. Acesso em 15/10/2013.

Análises clínicas

Atividades padronizadas de laboratório – automatizadas ou técnicas clássicas – necessárias ao diagnóstico, nas áreas de parasitologia, microbiologia médica, imunologia, hematologia, bioquímica, biologia molecular e urinálise.

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Catálogo de Nacional de Cursos Técnicos, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/catalogo_tecnicos.pdf>. Acesso em 17 out. 2013.

ANS

USE Agência Nacional de Saúde Suplementar

Aparelhagem estatal

Conjunto de instituições do Estado que visam manter a dominação de classe, majoritariamente por meio da coerção.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Aparelhos privados de hegemonia

Conjunto de instituições da sociedade civil que educa o consentimento, ativo e passivo, da população para uma determinada concepção de mundo, por meio de uma reforma intelectual e moral que interfere na definição das políticas estatais. Dão materialidade aos variados sujeitos políticos coletivos que compõem a superestrutura de uma determinada formação concreta.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Assistência a idosos

Assistência à saúde de pessoas com 60 anos ou mais de idade.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Assistência farmacêutica

Grupo de atividades relacionadas com o medicamento, destinado a apoiar ações de saúde demandadas por uma comunidade. Envolve o abastecimento de medicamentos em todas e em cada uma de suas etapas constitutivas, a conservação e controle de qualidade, a segurança e a eficácia terapêutica dos medicamentos, o acompanhamento e a avaliação da utilização, a obtenção e a difusão de informação sobre medicamentos e a educação permanente dos profissionais de saúde, do paciente e da comunidade para assegurar o uso racional de medicamentos.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Assistência hospitalar

Assistência à saúde em estabelecimentos destinados a prestação de cuidados médicos e hospitalares aos pacientes em regime de internação.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Atenção à saúde

Atenção à saúde designa a organização estratégica do sistema e das práticas de saúde em resposta às necessidades da população. É expressa em políticas, programas e serviços de saúde consoante os princípios e as diretrizes que estruturam o Sistema Único de Saúde (SUS).

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Atenção Primária à Saúde

Internacionalmente tem-se apresentado Atenção Primária à Saúde (APS) como uma estratégia de organização da atenção à saúde voltada para responder de forma regionalizada, contínua e sistematizada à maior parte das necessidades de saúde de uma população, integrando ações preventivas e curativas, bem como a atenção a indivíduos e comunidades. Esse enunciado procura sintetizar as diversas concepções e denominações das propostas e experiências que se convencionaram chamar internacionalmente de APS. No Brasil a APS incorpora os princípios da reforma sanitária, levando o Sistema Único de Saúde (SUS) a adotar a designação Atenção Básica à Saúde (ABS) para enfatizar a reorientação do modelo assistencial, a partir de um sistema universal e integrado de atenção à saúde. (Matta & Morosini, 2006: 23)

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Atenção primária à saúde

UP APS

A Política Nacional de Atenção Básica (Portaria nº 648 GM/2006) define a Atenção Básica como: um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias democráticas e participativas, sob forma de trabalho em equipe, dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinamicidade existente no território em que vivem essas populações. Utiliza tecnologias de elevada complexidade e baixa densidade, que devem resolver os problemas de saúde de maior frequência e relevância em seu território. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

Fonte: BRASIL, MS - Pacto pela Saúde – Política Nacional de Atenção Básica, 4. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/saude/area.cfm?id_area=1021.

Atenção Psicossocial

Termo que designa novos paradigmas para o campo do cuidado em saúde mental, marcado pela complexidade, interdisciplinariedade e intersetorialidade nas ações de saúde, onde se considera as dimensões subjetiva e social do sofrimento psíquico para a construção de um novo modelo de atenção.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Atividades curriculares

Conjunto de todas as atividades necessárias para a execução integral do currículo.

Fonte: INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>. Acesso em 15 out. 2013.

Atividades escolares

Atividades destinadas a cumprir objetivos educacionais de um estabelecimento de ensino.

Fonte: INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>. Acesso em 15 out. 2013.

Ator Social

Ator Social é toda pessoa, instituição pública ou privada, grupos sociais organizados e o Estado que têm poder para influenciar uma determinada situação. No planejamento estratégico, tenta-se reunir o máximo de atores sociais vinculados a uma situação problemática, de interesse coletivo, para participarem da construção.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Auto-avaliação

Inclui avaliação do professor e avaliação do aluno, como um método de avaliação.

Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

Principal formulário usado pelo SIH (Sistema de Informação Hospitalar) que permite o diagnóstico da produção de serviços.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Auxiliar de consultório dentário

Profissional de nível médio-técnico que compõe a equipe de saúde bucal e realiza atividades necessárias à prestação de cuidados no âmbito da promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal. Atua nas unidades e serviços de saúde públicos ou privados, conveniados ou não ao SUS, estando em expansão sua inserção em equipes de Saúde da Família.

Fonte: Ministério da Saúde. Técnico em Higiene Dental e Auxiliar de Consultório Dentário: perfis de competências profissionais, 2004. Disponível em: http://cfo.org.br/wp-content/uploads/2009/10/tecnico_higiene_dental_auxilia_cons_dent_final.pdf

Avaliação da aprendizagem

Para textos contendo análises sobre avaliação da aprendizagem.

Avaliação da educação

Para indicar a avaliação do processo de ensino-aprendizagem no âmbito de uma unidade escolar.

Avaliação das políticas educacionais

Usar para textos analíticos sobre avaliação das políticas educacionais.

Avaliação de recursos humanos em saúde

Processo que visa a encontrar os resultados qualitativos e quantitativos de objetivos predeterminados.

(Ler os verbetes Reestruturação produtiva em saúde e Recursos Humanos em saúde e Avaliação em saúde no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Avaliação do currículo

Usar para textos que analisem currículos.

Avaliação em saúde

Apesar de se reconhecer que existem inúmeras definições de Avaliação, seus contornos no campo da saúde se delimitam no âmbito das políticas e programas sociais, consistindo fundamentalmente em aplicar um julgamento de valor a uma intervenção, através de um dispositivo capaz de fornecer informações cientificamente válidas e socialmente legítimas sobre ela ou qualquer um dos seus componentes, permitindo aos diferentes atores envolvidos, que podem ter campos de julgamento diferentes, se posicionarem e construírem (individual ou coletivamente) um julgamento capaz de ser traduzido em ação. Este julgamento pode ser o resultado da aplicação de critérios e normas - avaliação normativa - ou, ser elaborado a partir de um procedimento científico - pesquisa avaliativa (Contandriopoulos, 2006). Sendo uma atividade formalmente utilizada na China há quatro mil anos para recrutar seus 'funcionários', no ocidente tem apenas dois séculos e, do século XIX até 1930 (1ª geração), se limitava aos problemas de 'medidas' e às aplicações do método experimental (Dubois et al, 2008).

No domínio da saúde ela surge então, vinculada aos avanços da epidemiologia e da estatística, testando a utilidade de diversas intervenções, particularmente direcionadas ao controle das doenças infecciosas e ao desenvolvimento dos primeiros sistemas de informação que orientassem as políticas sanitárias nos países desenvolvidos (Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra, França, Grã Bretanha, Suíça etc). O avaliador, nesse primeiro estágio, é essencialmente um técnico que precisa saber construir e usar os instrumentos para medir os fenômenos estudados e, somente no estágio seguinte (até os anos cinquenta), começa a identificar e descrever os programas, compreender sua estrutura, forças e fragilidades para ver se é possível atingirem os resultados esperados e fazer as devidas recomendações para sua implementação. As 'medidas' passam a se colocar a serviço da 'avaliação', mas conceitualmente distintas, e os pesquisadores em ciências sociais exercem um papel cada vez mais importante na condução dos estudos avaliatórios considerando o avanço metodológico de suas disciplinas.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Avaliação por competências

UP Avaliação de competências

A 'avaliação por competências' é um processo pelo qual se compilam evidências de desempenho e conhecimentos de um indivíduo em relação a competências profissionais requeridas.

É comum perguntar em que se difere uma 'avaliação por competência' da avaliação tradicional. Esta última, normalmente, está associada a um curso ou programa e costuma ocorrer em etapas, cujos resultados compõem um grau final. Neste caso, a aprovação das pessoas ocorre com base em uma escala de pontos que, por sua vez, possibilita comparações estatísticas. Quanto aos aspectos avaliados, normalmente não se conhecem as perguntas que serão feitas, e essas devem ser respondidas em tempos previamente definidos. Já a 'avaliação por competências' define-se como um processo com vários grandes passos, a saber: a) definição de objetivos; b) levantamento de evidências; c) comparação das evidências com os objetivos; d) julgamento (competente ou não competente). Este tipo de avaliação centra-se nos resultados do desempenho profissional, realizando-se num tempo não previamente determinado. Os resultados individuais são comparáveis somente com os critérios de desempenho e não com os outros avaliados. A 'avaliação por competências' é orientada por normas, definidas como um conjunto de padrões válidos em diferentes ambientes produtivos, fornecendo parâmetros de referência e de comparação para avaliar o que o trabalhador é ou deve vir a ser capaz de fazer.

Ver na íntegra o verbete Avaliação por competências no Dicionário da Educação Profissional em Saúde. 2ª.ed. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

Avisa

USE Agente local de vigilância da saúde

Banco de Dados

Coleção de dados em forma de campos, registro e arquivos, organizados de acordo com uma lógica que permita sua informatização. Também referido como base de dados.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Banco Mundial

Grupo financeiro constituído pelas instituições: Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD ou BM), que financia projetos na área social e de infra-estrutura econômica, para países em desenvolvimento; Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA), que destina seus créditos para países

mais pobres; Corporação Financeira Internacional (IFC), que trabalha com o setor privado; Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (MIGA) e Centro Internacional de Solução de Controvérsia sobre Investimentos (ICSID). O Banco Mundial foi criado em conjunto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1944, em Bretton Woods/EUA, pela convenção de 44 países, com o objetivo de sustentar a ordem econômica e financeira mundial no período pós-guerra (BRETAUDEAU, 1986).

Fonte: Fonseca, M. Banco Mundial e a Educação. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=364>.

Bem-estar social

Use Estado de bem-estar social

Biodiagnóstico

Área da biologia que trata da coleta, manipulação e estudo das amostras biológicas, visando às análises clínicas.

Bioética

Ramo da filosofia que estuda os avanços das ciências da vida e da saúde, com ênfase nas implicações éticas das pesquisas científicas e das ações de saúde.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Biologia celular

Parte da biologia que estuda a organização e o funcionamento das células, utilizando os conhecimentos e métodos de estudo de outras ciências, como a bioquímica, a biologia molecular, a genética, a fisiologia, a imunologia etc. Ela é atualmente um dos campos mais promissores para a investigação científica.

Fonte: REY, I. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Biossegurança

Condição de segurança alcançada por um conjunto de ações destinadas a prevenir, controlar e, reduzir ou eliminar riscos inerentes às atividades que possam comprometer à saúde humana, animal, vegetal e o meio ambiente.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Biotérios

Edifícios ou instalações especiais destinadas à criação e manutenção de animais de laboratório em condições sanitárias excelentes, para serem utilizados em pesquisa científica, na preparação de produtos biológicos, em exames toxicológicos ou no controle da qualidade de alimentos, medicamentos, vacinas etc.

Fonte: REY, I. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

É a base para operacionalizar os Sistemas de Informações em Saúde, sendo estes imprescindíveis a um gerenciamento eficaz e eficiente. Visa disponibilizar informações sobre as atuais condições de infraestrutura de funcionamento dos Estabelecimentos de Saúde.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Calibração

E a comparação de precisão de um dispositivo contra um padrão conhecido e a adaptação daquele dispositivo para concordar com esse padrão, dentro de uma tolerância recomendada. Deve ser utilizado um equipamento de teste para verificação, checando se a precisão e as escalas são apropriadas. A documentação de calibração deve ser incluída e solicitada na aquisição do equipamento e devera ser compostas de tabelas de fatores de correção, gráficos, tabelas para minimizar erros que possam ser clinicamente significativos.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Capacitação de recursos humanos

Capacitação de recursos humanos em saúde

Capacitação profissional

Capital cultural

Engloba prioritariamente a variável educacional, embora não se limite apenas a ela. (...) o sistema escolar realiza a operação de seleção mantendo a ordem social preexistente, isto é, separando alunos dotados de quantidades desiguais – ou tipos distintos – de capital cultural.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Capital humano

Trata-se de uma noção que os intelectuais da burguesia mundial produziram para explicar o fenômeno da desigualdade entre as nações e entre os indivíduos ou grupos sociais, sem desvendar os fundamentos reais que produzem esta desigualdade...

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Capital intelectual

Surgida no contexto da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, a Teoria do Capital Intelectual caracteriza-se pela afirmação de que o conhecimento é o principal fator de produção da era contemporânea.

(...) Considerar o conhecimento como fator estratégico da produção e ignorar sua própria mercantilização e o controle de sua produção e distribuição de acordo com a divisão internacional do trabalho levaria a uma concepção acrítica da relação-capital-trabalho-conhecimento-poder. Além de obscurecer o antagonismo de classes e o problema da propriedade privada dos meios de produção.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Capital social

O conceito de 'capital social' conta com diversas acepções, segundo filiações teórico-metodológicas distintas. A difusão do termo no meio acadêmico é algo recente, tendo adquirido expressão a partir da década de 1980, face à sua larga utilização por parte de sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e planejadores. Seu destaque provém tanto de sua vinculação a conceitos derivados da teoria social quanto de sua associação a disciplinas como a economia, que tem como cerne a idéia de capital. Tanto 'capital social' como capital cultural devem-se imbricar ao marco geral proposto por Pierre Bourdieu, sociólogo francês pioneiro na sistematização do conceito. Dentro desse marco, o conceito de capital, em todas as suas manifestações, constitui a chave para dar conta da estrutura, funcionamento e classificação do mundo social.

Assim, o capital pode ser considerado em sua forma econômica ('capital econômico') – quando o campo de sua aplicação for o das trocas mercantis, por exemplo, sem que isso implique desconhecer as formas culturais (capital cultural) ou sociais (capital social) de sua aplicação. Bourdieu (1998, p. 67 – grifos do autor) define o 'capital social' como o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Capitalismo

Denominação do modo de produção em que o capital, sob suas diferentes formas, é o principal meio de produção.

Fonte: BOTTOMORE, T; Harris, L; KIERNAN, VG; MILIBAND, R. Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAPS

USE Centro de atenção psicossocial

Censo da educação profissional

Censo para coleta de dados estatísticos que orientam os governos federal, estaduais e municipais no desenvolvimento de políticas para a educação profissional, com o apoio do setor privado e das entidades de classe. O censo da educação profissional foi feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no ano de 1999. (Ver Sítio do Inep)

Fonte: INEP. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>>.

Censo escolar

Pesquisa de âmbito nacional que coleta dados sobre escolas, turmas, docentes e alunos, de acordo com as etapas e modalidades da Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação especial e educação de jovens e adultos), e se constitui na principal fonte de dados primários para o sistema nacional de estatísticas educacionais, bem como para sistemas internacionais de estatísticas comparadas. O principal objetivo do Censo Escolar é levantar informações que permitam a definição e o cálculo de indicadores educacionais, a elaboração de panoramas, diagnósticos e análises da realidade do sistema educacional brasileiro, de modo a subsidiar o planejamento, a definição, a implementação e o monitoramento de políticas públicas na área da educação básica.

Fonte: Pestana, MIG. Censo Escolar. Dicionário Verbetes. Disponível em: <http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=244>

Centro de atenção psicossocial

UP CAPS

Serviço de atendimento aos pacientes portadores de transtornos mentais, alternativos à hospitalização convencional, que prestam atendimento por 8 ou 12 horas, ou mesmo por 24 horas.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Centro Nacional de Epidemiologia Cenepi

Responsável pela definição de normas, procedimentos técnicos e diretrizes operacionais do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica. Deve promover a cooperação técnica e assessorar as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Trabalha para a promoção e disseminação do uso da metodologia epidemiológica em todos os níveis do SUS.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Centros de referência para imunobiológicos especiais

UP CRIE

Cepal

USE Comissão Econômica para América Latina e Caribe

Certificação de competência profissional

USE Certificação de competências

Certificação de competências

UP Certificação de competência profissional

A 'certificação de competências' é um aperfeiçoamento da certificação ocupacional, que surge como um projeto do Centro Interamericano de Investigação e Documentação sobre Formação Profissional da Organização Internacional do Trabalho (Cinterfor/OIT), seguido por diversas iniciativas levadas a cabo em vários países, como resultado do deslocamento do conceito de qualificação para a noção de competência. A idéia central em ambos os casos é distanciar a certificação da concepção acadêmica de credencial, obtida ao concluir estudos com êxito demonstrado por meio de provas, e aproximá-la da descrição de capacidades profissionais reais do trabalhador, independentemente da forma como ele as tenha adquirido. Assim, a 'certificação de competências' profissionais pode ser realizada pela instituição de formação profissional em que se tenha cursado programas de formação profissional ou por um organismo criado especialmente para certificar essas competências.

A 'certificação de competências' passa a adquirir um valor relacionado com a chamada 'empregabilidade' pelo fato de se referir a competências de base ampla, normalizadas em sistemas que facilitem a transferibilidade dos trabalhadores entre diferentes contextos ocupacionais. Admite-se, também, sob a égide da formação continuada e permanente, que o certificado tenha validade limitada, de modo que o trabalhador deva atualizá-lo permanentemente em face do avanço científico-tecnológico. O certificado de

competência é expedido com base em normas de competência (ver verbete Avaliação por Competências). Por se referirem a funções produtivas reais, os certificados podem abranger unidades de competências diferentes, de modo que o trabalhador acumule certificados de sucessivas unidades de competência nas quais tenha demonstrado domínio. Acredita-se que, assim, ele pode incrementar suas possibilidades de promoção e de mobilidade profissional. Dependendo da configuração do sistema, um conjunto de certificados que corresponda à totalidade das unidades de competência, correspondente, por sua vez, a uma função, pode receber equivalência à respectiva qualificação.

Um sistema de 'certificação de competências' pressupõe a atuação em duas dimensões. De um lado, os componentes institucionais; de outro, os componentes técnicos. Os primeiros referem-se aos diferentes sujeitos sociais que cumprem papéis em diversos níveis. Os segundos são as diferentes fases a se desenvolver no processo de certificação.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Cidadania

Citologia

Ramo da patologia que estuda as doenças e as alterações patológicas do organismo em seu aspecto celular.

Fonte: REY, I. *Dicionário de termos técnicos de medicina e saúde*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

Classe trabalhadora

Aquela que vende a sua força de trabalho no capitalismo.

Fonte: BOTTOMORE, T; Harris, L; KIERNAN, VG; MILIBAND, R. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Comissão Econômica para América Latina e Caribe

UP Cepal

Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

UP CTNBIO

Competitividade

Comunicação e saúde

Comunicação e Saúde é um termo que indica uma forma específica de ver, entender, atuar e estabelecer vínculos entre estes campos sociais. Distingue-se de outras designações similares, como comunicação para a saúde, comunicação em saúde e comunicação na saúde. Embora as diferenças pareçam tão sutis que possam ser tomadas como equivalentes, tenhamos em mente que todo ato de nomeação é ideológico, implica posicionamentos, expressa determinadas concepções, privilegia temas e questões, propõe agendas e estratégias próprias.

Como ponto de partida, o conectivo quer acentuar a articulação entre campos sociais, entendendo campo como um espaço estruturado de relações, no qual forças de desigual poder lutam para transformar ou manter suas posições (Bourdieu, 1989, 1996, 1997). Campos sociais são historicamente constituídos e atualizados em contextos e processos sociais específicos que, ao mesmo tempo, envolvem e extrapolam suas fronteiras, mas sempre movidos por disputas por posições e capitais materiais e simbólicos. Fronteiras porosas por onde transitam agentes, discursos, políticas, teorias e expandem ou contraem relações, capitais, conflitos, enfim, interesses de diferentes ordens.

O termo Comunicação e Saúde, portanto, delimita um território de disputas específicas, embora atravessado e composto por elementos característicos de um, de outro e da formação social mais ampla que os abriga. Trata-se de um campo ainda em formação, mas como os demais constitui um universo multidimensional no qual agentes e instituições desenvolvem estratégias, tecem alianças, antagonismos, negociações. Essa concepção implica colocar em relevo a existência de discursos concorrentes, constituídos por e constituintes de relações de saber e poder, dinâmica que inclui os diferentes enfoques teóricos acerca da comunicação, saúde e suas relações. Contrapõe-se, assim, a perspectivas que reduzem a comunicação a um conjunto de técnicas e meios a serem utilizados de acordo com os objetivos da área da saúde, notadamente para transmitir informações de saúde para a população.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Conselho de saúde

Órgão colegiado, de caráter permanente e deliberativo, composto paritariamente por usuários (50%) e representantes do governo, prestadores de serviços e profissionais de saúde. Foi instituído como uma das instâncias de controle social do SUS. Atua na formulação de estratégias e no controle de execução da política de saúde na instância correspondente, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros. Nota: As decisões dos aspectos econômicos e financeiros são homologadas pelo chefe do poder legalmente constituído em cada esfera do governo.

Fonte: Tesouro do Ministério da Saúde. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=2779&n=1&s=5&t=2>

Conselho Nacional de Saúde

Conselho Nacional de Secretários de Saúde

UP CONASS

Construtivismo

É uma teoria sobre a produção do conhecimento. Entende que o homem aprende motivado por uma necessidade real, por meio de interações com os objetos do conhecimento. Se contrapõe radicalmente ao ensino pela repetição exaustiva. O aluno, que não nasce inteligente, segundo essa teoria, deve ser o protagonista do próprio processo cognitivo. Em outras palavras, diante dos estímulos externos, deve agir sobre eles para construir e organizar o seu próprio conhecimento, de forma cada vez mais elaborada. O referencial teórico do construtivismo vem do psicólogo francês Jean Piaget, mas sua aplicação ganhou importância com os estudos da psicóloga argentina Emília Ferreiro sobre o processo de leitura e escrita das crianças. No Brasil, a partir da década de 80, escolas começaram a utilizar o construtivismo em sala de aula, que mudaram radicalmente a forma de alfabetizar as crianças e, gradualmente, influenciou também o ensino das outras disciplinas.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Construtivismo" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=161>>. Acesso em 16 out. 2013.

Conteúdos curriculares

Estão relacionados com os princípios essenciais do currículo. Ver currículo.

Contra-reforma

Controle de formulários e registros

Controle social

A expressão 'controle social' tem origem na sociologia. De forma geral é empregada para designar os mecanismos que estabelecem a ordem social disciplinando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais. Assim sendo, assegura a conformidade de comportamento dos indivíduos a um conjunto de regras e princípios prescritos e sancionados. Mannheim (1971, p. 178) a define como o "conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem".

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Cooperativismo

Modelo alternativo para as relações entre capital e trabalho dentro de um sistema organizado por princípios diametralmente opostos. São eles a livre e aberta adesão dos sócios, a participação econômica dos sócios na criação e controle do capital, a autonomia e independência da organização, a educação e treinamento dos sócios, a intercooperação entre as cooperativas e o trabalho das cooperativas voltado aos interesses da comunidade de que fazem parte.

Fonte: CATTANI, D; HOLZMANN, L. *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2006.

Cotidiano escolar

Estudo e análise das interações sociais dos sujeitos nos processos educativos: as falas e expressões; acontecimentos e manifestações escritas; atuações dos sujeitos diante das normas; o dia a dia das escolas, professores, alunos, família e comunidade.

Fonte: PLACO, VMNS; ALMEIDA, CR. *O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola*. São Paulo: Loyola, 2008.

CRIE

USE Centros de Referência para Imunobiológicos Especiais

CTNBio

USE Comissão Técnica Nacional de Biossegurança

Cuidado em saúde

Cuidado é um 'modo de fazer na vida cotidiana' que se caracteriza pela 'atenção', responsabilidade, 'zelo' e 'desvelo' 'com pessoas e coisas' em lugares e tempos distintos de sua realização. A importância da vida cotidiana na produção do 'cuidado' está na oferta de múltiplas questões específicas que circulam no espaço da vida social e nos conteúdos históricos que carregam. O cotidiano é produzido social e historicamente sob dois ângulos: primeiro, porque se trata – como noção geral e dimensão do conhecimento – do 'vivido', quer dizer, do repetitivo-singular, do conjuntural-estrutural: no cotidiano 'as coisas acontecem sempre'. Segundo, porque essa noção se constrói e se identifica com o dia-após-dia em que tudo é igual e tudo muda – 'nada como um dia após o outro' – ao menos em algumas sociedades, não em todas.

(...) CUIDADO INTEGRAL DE SAÚDE

'Cuidado em saúde' não é apenas um nível de atenção do sistema de saúde ou um procedimento técnico simplificado, mas uma ação integral que tem significados e sentidos voltados para compreensão de saúde como o 'direito de ser'. Pensar o direito de ser na saúde é ter 'cuidado' com as diferenças dos sujeitos – respeitando as relações de etnia, gênero e raça – que são portadores não somente de deficiências ou patologias, mas de necessidades específicas. Pensar o direito de ser é garantir acesso às outras práticas terapêuticas, permitindo ao usuário participar ativamente da decisão acerca da melhor tecnologia médica a ser por ele utilizada.

'Cuidado em saúde' é o tratar, o respeitar, o acolher, o atender o ser humano em seu sofrimento – em grande medida fruto de sua fragilidade social –, mas com qualidade e resolutividade de seus problemas. O 'cuidado em saúde' é uma ação integral fruto do 'entre-relações' de pessoas, ou seja, ação integral como efeitos e repercussões de interações positivas entre usuários, profissionais e instituições, que são traduzidas em atitudes, tais como: tratamento digno e respeitoso, com qualidade, acolhimento e vínculo.

O cuidar em saúde é uma atitude interativa que inclui o envolvimento e o relacionamento entre as partes, compreendendo acolhimento como escuta do sujeito, respeito pelo seu sofrimento e história de vida. Se, por um lado, o 'cuidado em saúde', seja dos profissionais ou de outros relacionamentos, pode diminuir o impacto do adoecimento, por outro, a falta de 'cuidado' – ou seja o descaso, o abandono, o desamparo – pode agravar o sofrimento dos pacientes e aumentar o isolamento social causado pelo adoecimento. O modelo biomédico que orienta o conjunto das profissões em saúde, ao se apoiar nos meios diagnósticos para evidenciar lesões e doenças, afastou-se do sujeito humano sofredor como totalidade viva e permitiu que o diagnóstico substituísse a atenção e o 'cuidado' integral à saúde. Entretanto, mais do que o diagnóstico, os sujeitos desejam se sentir cuidados e acolhidos em suas demandas e necessidades. O 'cuidado em saúde' é uma dimensão da integralidade em saúde que deve permear as práticas de saúde, não podendo se restringir apenas às competências e tarefas técnicas, pois o acolhimento, os vínculos de intersubjetividade e a escuta dos sujeitos compõem os elementos inerentes à sua constituição.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Cuidador de idoso

São aqueles que auxiliam e/ou prestam cuidados para pessoas com algum tipo de dependência ou não de pessoas acima de 60 anos (idosos).

Fonte: Glossário Temático. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em www.epsjv.fiocruz.br

Cuidadores

São aqueles que auxiliam e/ou prestam cuidados para pessoas com algum tipo de dependência. O termo tanto pode ser usado para se fazer referência aos cuidadores formais (que atuam profissionalmente) como para os cuidadores informais ou familiares. Dentre os tipos de cuidadores, destacam-se os cuidadores de idosos e os cuidadores em saúde mental, dentre outros.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Cuidadores

São aqueles que auxiliam e/ou prestam cuidados para pessoas com algum tipo de dependência. O termo tanto pode ser usado para se fazer referência aos cuidadores formais (que atuam profissionalmente) como para os cuidadores informais ou familiares.

Fonte: Glossário Temático. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em www.epsjv.fiocruz.br

Cultura popular

Tomada abstratamente, para alcançarmos seu significado geral, cultura é toda criação humana resultante das relações entre os seres humanos e deles com a natureza que leva ao estabelecimento de modos de vida. Trata-se da criação e da recriação que emergem daquelas relações em que os humanos, ao transformarem o mundo, simultaneamente transformam a si próprios. Essas transformações se dão na ordem material, quando a criação e a recriação como ato humano tomam materiais da natureza, dando a eles formas que não possuíam até então. Essa materialidade nova se volta sobre o seu criador, alterando seu estado material de vida e abrindo um novo campo de possibilidades e necessidades que o impulsiona à contínua transformação. Alcança também a ordem imaterial, levando-o a expressar sua subjetividade por meio das artes, teorias, ciências, religiões, ideologias etc.

Fonte: Dicionário da Educação do Campo. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&Tipo=8&Num=191>>. Acesso em 21 out. 2013.

Currículo

Conjunto de disciplinas sobre um determinado curso ou programa de ensino ou a trajetória de um indivíduo para o seu aperfeiçoamento profissional. Também pode ser entendido como um documento histórico na medida em que reflete expectativas, valores, tendências etc. de um determinado grupo ou tempo. Ver currículo escolar.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Currículo" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Currículo escolar

Conjunto de dados relativos à aprendizagem escolar, organizados para orientar as atividades educativas, as formas de executá-las e suas finalidades. Geralmente, exprime e busca concretizar as intenções dos sistemas educacionais e o plano cultural que eles personalizam como modelo ideal de escola defendido pela sociedade. A concepção de currículo inclui desde os aspectos básicos que envolvem os fundamentos filosóficos e sociopolíticos da educação até os marcos teóricos e referenciais técnicos e tecnológicos que a concretizam na sala de aula. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, orienta para um currículo de base nacional comum para o ensino fundamental e médio. As disposições sobre currículo estão em três artigos da LDB. Numa primeira referência, mais geral, quando trata da Organização da Educação Nacional, define-se a competência da União para "estabelecer em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum". Outras referências, mais específicas, estão no capítulo da Educação Básica, quando se define que "os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela". Finalmente, são estabelecidas as diretrizes que deverão orientar os "conteúdos curriculares da educação básica", que envolvem: valores, direitos e deveres e orientação para o trabalho. A LDB sugere uma flexibilização dos currículos, na medida em que se admite a incorporação de disciplinas que podem ser escolhidas levando em conta o contexto local. No ensino nas zonas rurais, por exemplo, é admitida a possibilidade de um currículo "apropriado às reais necessidades e interesses dos alunos.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Currículo escolar" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Currículo integrado

A integração curricular consiste na integração interna da temática e das disciplinas do currículo e na integração externa com as exigências do meio e da comunidade.

INEP. Tesouro Brasileiro da Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>>. Acesso em 17 out. 2013.

Curso técnico de análises clínica

Curso técnico em enfermagem

Curso técnico em gestão em saúde

Curso técnico em hemoterapia

Curso técnico em higiene dental

Curso técnico em registros e informações em saúde

Dados

Elementos básicos de informação obtidos através da observação de fatos, conceitos ou eventos, conceituados de forma apropriada para a comunicação por meios humanos ou informatizados. São a matéria-prima da informação. São partes de um SI e vêm de diversas fontes por meio de observações e registros sobre fatos ou eventos. Podem ser originados de fontes internas ou fontes externas à organização. Elementos ou base para a formação de um juízo.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Democracia

Na concepção marxista está relacionada com o fim da separação entre o aparelho estatal e a sociedade civil, em que essa passa a ter interesses comuns e solidários, minimizando a divisão entre as decisões do Estado e dos cidadãos.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Democracia" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Democratização da sociedade

USE Democracia

Departamento de Informática do SUS (Datasus)

Departamento do Ministério da Saúde que tem a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde. Constitui uma enorme base de dados e fornece serviços de tecnologia.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Descentralização

No SUS, a diretriz da descentralização corresponde à distribuição de poder político, de responsabilidades e de recursos da esfera federal para a estadual e municipal. Há uma 'desconcentração' do poder da união para os estados e municípios.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Desigualdade

No sentido proposto tem a ver com as relações sociais de produção que impõem ritmos de desenvolvimento econômico, político e social diferenciados entre um país ou classes sociais.

Desinstitucionalização

Conceito fundamental para o campo da reforma psiquiátrica, na medida em que se diferencia da desospitalização enquanto uma estratégia de reforma apenas administrativa, de redução de leitos e restrita ao modelo hospitalocêntrico. A desinstitucionalização refere-se à um processo que coloca em questão os fundamentos da psiquiatria clássica para propor a inclusão de novos saberes e um processo permanente de crítica e construção de novas práticas que busquem a superação da instituição total e do modelo asilar.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Determinantes Sociais

São situações de ordem política, econômicas, culturais que compõem as condições de vida da população, determinando a existência de problemas ou necessidades de saúde, assim como as possibilidades de solução desses problemas.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Didática

A Didática é uma disciplina que estuda o processo de ensino no seu conjunto, no qual os objetivos, conteúdos, métodos e formas organizativas da aula se relacionam entre si de modo a criar as condições e os modos de garantir aos alunos uma aprendizagem significativa. Ela ajuda o professor na direção e orientação das tarefas do ensino e da aprendizagem, fornecendo-lhe segurança profissional. Essa segurança ou competência profissional é muito importante, mas é insuficiente. Além dos objetivos da disciplina, dos conteúdos, dos métodos e das formas de organização do ensino, é preciso que o professor tenha clareza das finalidades que tem em mente na educação das crianças. A atividade docente tem a ver diretamente com o "para quê educar", pois a educação se realiza numa sociedade formada por grupos sociais que têm uma visão distinta de finalidades educativas. Os grupos que detêm o poder político e econômico querem uma educação que forme pessoas submissas, que aceitem como natural a desigualdade social e o atual sistema econômico. Os grupos que se identificam com as necessidades e aspirações do povo querem uma educação que contribua para formar crianças e jovens capazes de compreender criticamente as realidades sociais e de se colocarem como sujeitos ativos na tarefa de construção de uma sociedade mais humana e mais igualitária. A Didática, portanto, trata dos objetivos, condições e meios de realização do processo de ensino, ligando meios pedagógico-didáticos a objetivos sócio-políticos.

Fonte: LIBÂNEO, JC. *Didática: velhos e novos temas*. [s.l.]: Edição do autor, 2002.

Direito à educação

Conceber a educação como direito humano significa incluí-la entre os direitos necessários à realização da dignidade humana plena. Assim, dizer que algo é um direito humano é dizer que ele deve ser garantido a todos os seres humanos, independentemente de qualquer condição pessoal. Esse é o caso da educação, reconhecida como direito de todos após diversas lutas sociais, posto que por muito tempo foi tratada como privilégio de poucos.

Fonte: CALDART, RS; Pereira, IB; ALENTEJANO, P; Frigotto, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2012.

Direitos trabalhistas

Diretrizes curriculares nacionais

UP Diretrizes curriculares

São normas obrigatórias para a Educação Básica que orientam o planejamento curricular das escolas e sistemas de ensino, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). As DCNs têm origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que assinala ser incumbência da União "estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum". A idéia das DCNs considera a questão da autonomia da escola e da proposta pedagógica, incentivando as instituições a montar seu currículo, recortando, dentro das áreas de conhecimento, os conteúdos que lhe convêm para a formação daquelas competências que estão

explicitadas nas diretrizes curriculares. Dessa forma, a escola deve trabalhar esse conteúdo nos contextos que lhe parecerem necessários, considerando o tipo de pessoas que atende, a região em que está inserida e outros aspectos locais relevantes. As DCNs se diferem dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Enquanto as DCNs são leis, dando as metas e objetivos a serem buscados em cada curso, os PCNs são apenas referências curriculares, não leis. De acordo com o CNE, as diretrizes curriculares contemplam elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente. Dessa forma, foram estabelecidas: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Ensino Fundamental; Ensino Médio; Formação de Professores.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Diretrizes curriculares nacionais" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Distrito Sanitário

É uma proposta para a organização dos sistemas locais de saúde. O DS seria a unidade operacional mínima do sistema, capaz de responder a maior parte dos problemas de saúde de uma população no nível local. O DS pressupõe uma base territorial onde se organizam unidades de saúde, força de trabalho, recursos financeiros e tecnológicos para resolver problemas e atender às necessidades de saúde.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Distritos sanitários

É uma proposta para a organização dos sistemas locais de saúde. Os DS seriam as unidades operacionais mínimas do sistema, capazes de responder a maior parte dos problemas de saúde de uma população no nível local. Pressupõem uma base territorial onde se organizam unidades de saúde, força de trabalho, recursos financeiros e tecnológicos para resolver problemas e atender às necessidades de saúde.

Fonte: Glossário Temático. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 17 out. 2013.

Ditadura

Ditadura é um regime governamental onde todos os poderes do Estado estão concentrados em um indivíduo, um grupo ou um partido. O ditador não admite oposição a seus atos e ideias, possui poder e autoridade absoluta. É um regime antidemocrático onde não existe a participação da população. Nos regimes democráticos, o poder é dividido entre Legislativo, Executivo e o Judiciário, já na ditadura, não há essa divisão, ficam todos os poderes apenas em uma instância. A ditadura possui também vários aspectos de regimes de governo totalitários, ou seja, quando o Estado fica na mão apenas de uma pessoa. Geralmente, a ditadura é implantada através de um golpe de estado. Os primeiros indícios de ditadura surgiram na antiguidade, quando Roma entrava em crise, era chamado um ditador para assumir o poder e fazer com que o governo voltasse à normalidade. O período no poder não podia ser superior a seis meses. Durante a época do Império Romano, também houve as tiranias, quando o rei oprimia seus súditos e usava de violência para conseguir o que queria.

A ditadura militar é uma forma de governo onde o poder é totalmente controlado por militares. Esse tipo de regime foi muito comum na América, especialmente no Brasil, onde durou mais de 20 anos.

Fonte: <http://www.significados.com.br/ditadura/>

Ditadura militar

Divisão social do trabalho

O termo divisão do trabalho é encontrado em estudos oriundos de diversas áreas do conhecimento, como a economia, a sociologia, a antropologia, a história, a saúde, a educação, dentre outras, e tem sido utilizado com diversas variações. Em termos genéricos refere-se às diferentes formas que os seres humanos, ao viverem em sociedades históricas, produzem e reproduzem a vida. As variações encontradas no termo divisão do trabalho podem ser organizadas em quatro grupos, cada uma referindo-se a diferentes fenômenos sociais relativos às formas de produzir bens e serviços necessários à vida: 1) 'divisão social do trabalho ou divisão do trabalho social'; 2) 'divisão capitalista do trabalho, ou divisão parcelar ou pormenorizada do trabalho, ou divisão manufatureira do trabalho, ou divisão técnica do trabalho'; 3) 'divisão sexual do trabalho'; 4) 'divisão internacional do trabalho'.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Divisão técnica do trabalho

O uso desta expressão origina-se de análises sobre o processo de trabalho em saúde, que aparecem na literatura brasileira a partir de meados de 1970. Estes estudos buscam entender a organização do trabalho em saúde, utilizando como referencial análises sociológicas (Donangelo, 1975; Gonçalves, 1979; Almeida, 1986; Nogueira, 1977), e identificar semelhanças e diferenças com o trabalho profissional típico da produção artesanal, bem como com a divisão parcelar do trabalho do modo capitalista de produção.

A expressão 'divisão técnica do trabalho em saúde' diz respeito a características da 'divisão técnica ou divisão parcelar do trabalho' (ver o verbete Divisão Social do Trabalho) presente na forma de organização e produção do cuidado prestado por diversos grupos profissionais a seres humanos com carências de saúde. Refere-se à forma de organização do trabalho coletivo em saúde na qual se identificam a fragmentação do processo de cuidar; a separação entre concepção e execução; a padronização de tarefas distribuídas entre os diversos agentes, de modo que ao cuidador cabe o cumprimento da tarefa, afastando-o do entendimento e controle do processo; a hierarquização de atividades com atribuição de diferentes valores à remuneração da força de trabalho.

Com a mudança do papel dos hospitais para espaço de tratamento e ensino na área da saúde, a partir do final do século XVIII, diferentes grupos profissionais, tais como, físicos (médicos clínicos), boticários, cirurgiões (ofício independente da medicina clínica até meados do século XVIII) e práticos cuidadores, religiosos e leigos (que fazem parte de um conjunto de trabalhos que darão origem, pós Florence Nightingale, ao trabalho profissional de enfermagem) encontram-se no mesmo espaço físico e colaboram para cuidar da saúde de seres humanos (Foucault, 1984; Nogueira, 1977; Pires, 1989). Essa organização do trabalho marca fortemente, até hoje, o trabalho em saúde. Neste processo, ocorre certa perda de autonomia profissional frente aos constrangimentos institucionais e gerenciais.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Doença

Doença Emergente

É definida pela incidência de um determinado agravo em uma área definida, sem nunca ter sido descrita anteriormente, podendo provocar, de forma alarmante, um problema de saúde pública, tanto em nível local, como regional ou até mesmo global. Como exemplo de doença emergente, podemos citar a AIDS que, sem dúvida, é considerada a principal doença emergente do século XX.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Doença Reemergente

É um agravo cuja existência anterior era conhecida e que reaparece após sua erradicação, podendo ser desencadeada pela ação inadequada ou inexistente da vigilância epidemiológica. Como exemplos de doenças reemergentes de importância epidemiológica no cenário brasileiro, podemos destacar: Febre amarela, Dengue, Tuberculose, Malária, Leishmaniose, Leptospirose.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Doenças imunopreveníveis

Doenças preveníveis por meio de vacinação.

Economia solidária

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem. Nesse sentido, compreende-se por economia solidária o conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

Fonte: Disponível em <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 17 out. 2013.

Ecossistema

É o conjunto inseparável de seres vivos e do seu meio ambiente físico, incluindo suas relações entre si. Um ecossistema pode ter diferentes tamanhos- um pântano, uma gruta, um rio ou uma ilha podem ser chamados de ecossistemas. Já os espaços maiores ou extensos, como florestas tropicais, o cerrado ou a geleira ártica, chamamos de biomas, pois abrigam um conjunto diversificado de ecossistemas. Se

ampliarmos esse conceito, podemos considerar ecossistemas uma simples bromélia, com suas folhas cheias de água da chuva e uma coleção de microorganismos; uma árvore, que abriga nos seus ramos e folhas uma cadeia de seres vivos de diferentes populações; ou mesmo um jardim, que é um ecossistema criado artificialmente.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Educação

Em sua designação mais genérica, chama-se de ‘educação’ uma atividade social tão antiga quanto a própria instituição de uma sociedade minimamente organizada: assim, como considera Werner Jaeger, “todo povo que atinge certo grau de desenvolvimento inclina-se naturalmente à prática da educação” (Jaeger, 1995, p. 3). Como se pode, portanto, facilmente perceber, nessa primeira acepção – bastante corrente, sobretudo no domínio da sociologia –, a ‘educação’ corresponderia a uma ‘prática espontânea e irrefletida’ que, em realidade, responde pelas necessidades mais elementares de conservação e de auto-reprodução que a sociedade, tal como qualquer ser vivo, não deixa de manifestar (Castoriadis, 1997, p. 15). E como essas necessidades referem-se, de forma imediata, à produção das condições ‘materiais’ de sobrevivência físico-biológica, estar-se-ia designando como ‘educação’ um processo que não se afasta muito da simples adaptação animal – com a ressalva de que, no caso humano, trata-se de conservar ‘o modo de ser singular’ de uma sociedade, de forma que essa sobrevivência jamais segue um cânone preestabelecido e comum a todos os indivíduos da espécie, como acontece com os demais viventes. Por isso, mesmo nesse nível mais elementar, a simples exigência de conservação e reprodução da identidade social implica processos altamente complexos de preservação da cultura, dos hábitos, valores, comportamentos – enfim, do ‘mundo próprio’ que a sociedade criou e organizou para si, eminentemente, como ‘sentido’.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Educação a distância

UP Curso de educação a distância

Educação a distância diz respeito aos processos de ensino e aprendizagem mediados por tecnologia, nos formatos semi-presencial e a distância, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

INEP. Tesouro Brasileiro da Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação a distância

Considera-se as práticas educativas que têm o aporte de um “um sistema tecnológico de comunicação massiva e bidirecional, que substitui a interação pessoal na sala de aula de professor e estudante como meio preferente de ensino pela ação sistemática e conjunta de diversos recursos didáticos e de apoio de uma organização tutorial, que propiciam a aprendizagem autônoma dos estudantes” (ARETIO, 1987 *apud* Tavares).

Fonte: TAVARES, RH. *Educação a distância: EAD*. Dicionário Verbetes. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=244>>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação básica

Primeiro nível da educação escolar regular que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o médio. Tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meio para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Fonte: De olho na educação. Disponível em <<http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/413/00000027.pdf>>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação de jovens e adultos

UP Educação de adultos

Compreende um conjunto amplo e diverso de processos de formação relacionados ao desenvolvimento da personalidade, à reorientação de valores e comportamentos, à aquisição e ampliação ao longo da vida de conhecimentos básicos, qualificações profissionais ou habilidades socioculturais, visando satisfazer as necessidades de aprendizagem dos indivíduos considerados jovens e adultos pela sociedade a que pertencem. Alguns desses processos se desenvolvem em instituições educativas especializadas, outros têm lugar fora dos ambientes escolares, nas famílias e comunidades, nos locais de trabalho e de convivência sociocultural, nas organizações e movimentos sociais e políticos, e também pelos meios de informação e comunicação. Essa definição abrangente da educação de jovens e adultos delimita um vasto campo de ação

e reflexão com fronteiras fluidas e intersecções com as concepções e práticas da educação popular e da pedagogia social.

Fonte: DI PIERRO, M.C. Educação de Jovens e Adultos. In: *Dicionário Verbetes*. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=244>>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação do campo

A Educação do Campo nomeia um *fenômeno da realidade brasileira atual*, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Fonte: CALDART, RS; Pereira, IB; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. *Dicionário da Educação do Campo*. Ed. Fiocruz, 2012. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação do trabalhador

Educação e saúde

Educação e trabalho

Perspectiva de educação relacionada às concepções de homem e sociedade circunscrita pelas relações sociais, nas dimensões da politecnicidade e omnilateralidade. Engloba a arte, ciência, cultura e a técnica no desenvolvimento da integralidade da formação e emancipação humana na educação profissional em saúde. Por meio do processo educativo e do trabalho busca a formação para além da empregabilidade.

Educação em saúde

Compreende a concepção de educação, saúde e trabalho como integrantes do modo de produção da sociedade. A educação como um processo de emancipação humana que dialoga com os modos de produção de vida e de cuidado nas práticas em saúde, na qual a naturalização das mesmas é posta em debate. Busca o desenvolvimento de sujeitos históricos, políticos e sociais para o trabalho em saúde.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Educação inclusiva

Relacionada com as práticas e programas educativos que visam a inclusão de pessoas com necessidades especiais.

Educação indígena

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, no Artigo 78, estabelece "...o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngue e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de: proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e garantir aos índios, suas comunidades e povos o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas". Até o fim da década de 1980, no Brasil, a formação escolar, para as crianças e jovens egressos das comunidades indígenas, esteve subordinada à perspectiva de integração ao processo de formação - político e cultural -, de um Estado Nacional, que tem numa língua única, no caso o português, uma componente cultural central. As distintas tradições escolares que chegaram aos povos indígenas, na história do contato entre as populações nativas e os europeus e seus descendentes, desde as iniciativas dos pioneiros jesuítas, seguidos mais tarde por missionários de outras confissões religiosas, assim como no âmbito do Estado, pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio - SPI e, depois, pelas escolas da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, estiveram profundamente vinculadas ao integracionismo. Tais experiências escolares eram dirigidas por educadores não índios e seus currículos, processos pedagógicos, calendários etc. não deveriam se distinguir do paradigma da escola comum a que, em tese, tem acesso qualquer brasileiro. A partir da LDB de 1996, o caráter da educação indígena foi mudado, visando estimular uma educação intercultural. Para isso, foi criado o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) que apresenta ideias básicas e sugestões de trabalho para o conjunto das áreas do conhecimento e para cada ciclo escolar das escolas indígenas inseridas no Ensino Fundamental.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Educação indígena" (verbete). Dicionário *Interativo da Educação Brasileira*, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Educação na saúde

Designação genérica que remete ao ensino da saúde e desenvolvimento de atividades específicas afins e/ou complementares, configurando área de gestão de políticas públicas de educação orientadas pelo ou para o setor da saúde. Notas: como área de gestão, a educação na saúde apresenta quatro grandes âmbitos: Ensino Superior em saúde, educação profissional em saúde, educação em saúde para instituições e movimentos sociais e educação permanente em saúde, cada âmbito apresenta desdobramentos.

Fonte: INESP. *Enciclopédia de Pedagogia Universitária*: glossário vol. 2. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BC6B9C92D-C712-4849-A0E3-FC2AFEEC7828%7D_livro%20glossario%20eletr.pdf>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação não-formal

Atividades ou programas educativos organizados fora do sistema formal de ensino, mas com objetivos educativos definidos.

Fonte: Tesouro Europeo de La Educación. Disponível em <<http://www.freethesaurus.info/redined/es/index.php?tema=1134>>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação no campo

USE Educação do campo

Educação no sentido amplo ou educação política

Processo formativo que se desenvolve na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e de pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Educação permanente

Diz respeito aos programas e atividades que desenvolvem a formação e qualificação constante e contínua dos trabalhadores.

Educação permanente em saúde

A 'educação permanente em saúde' precisa ser entendida, ao mesmo tempo, como uma 'prática de ensino-aprendizagem' e como uma 'política de educação na saúde'. Ela se parece com muitas vertentes brasileiras da educação popular em saúde e compartilha muitos de seus conceitos, mas enquanto a educação popular tem em vista a cidadania, a educação permanente tem em vista o trabalho. Como 'prática de ensino-aprendizagem' significa a produção de conhecimentos no cotidiano das instituições de saúde, a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos, tendo os problemas enfrentados no dia-a-dia do trabalho e as experiências desses atores como base de interrogação e mudança. A 'educação permanente em saúde' se apóia no conceito de 'ensino problematizador' (inserido de maneira crítica na realidade e sem superioridade do educador em relação ao educando) e de 'aprendizagem significativa' (interessada nas experiências anteriores e nas vivências pessoais dos alunos, desafiante do desejar aprender mais), ou seja, ensino-aprendizagem embasado na produção de conhecimentos que respondam a perguntas que pertencem ao universo de experiências e vivências de quem aprende e que gerem novas perguntas sobre o ser e o atuar no mundo. É contrária ao ensino-aprendizagem mecânico, quando os conhecimentos são considerados em si, sem a necessária conexão com o cotidiano, e os alunos se tornam meros escutadores e absorvedores do conhecimento do outro. (...) A 'educação permanente em saúde' não expressa, portanto, uma opção didático-pedagógica, expressa uma opção político-pedagógica. A partir desse desafio político-pedagógico, a 'educação permanente em saúde' foi amplamente debatida pela sociedade brasileira organizada em torno da temática da saúde, tendo sido aprovada na XII Conferência Nacional de Saúde e no Conselho Nacional de Saúde (CNS) como política específica no interesse do sistema de saúde nacional, o que se pode constatar por meio da Resolução CNS n. 353/2003 e da Portaria MS/GM n. 198/2004. A 'educação permanente em saúde' tornou-se, dessa forma, a estratégia do SUS para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para a saúde.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Educação politécnica

Politecnicidade, literalmente, significaria múltiplas técnicas, multiplicidade de técnicas, e daí o risco de se entender esse conceito como a totalidade das diferentes técnicas fragmentadas, autonomamente consideradas. A proposta de profissionalização do ensino de segundo grau da lei 5692/71 (Brasil, 1971), de uma certa forma, tendia a realizar um inventário das diferentes modalidades de trabalho, das diferentes habilitações, como a lei chama, ou das diferentes especialidades. A escola de segundo grau teria a tarefa de formar profissionais nas diferentes especialidades requeridas pelo mercado de trabalho. E é por isso que, no apêndice do parecer 45/72, listavam-se mais de uma centena de habilitações, e ainda ficava em aberto a possibilidade de se incluírem outras que tinham escapado à argúcia ou à capacidade inventariante dos conselheiros. Os conselhos estaduais também poderiam acrescentar outras habilitações consideradas necessárias nas regiões sob sua jurisdição. Caso se entendesse a questão nesses termos e se a politecnicidade fosse o conjunto da totalidade das técnicas disponíveis, haveria uma relação sempre incompleta, sempre sujeita a acréscimo.

A noção de politecnicidade não tem nada a ver com esse tipo de visão. Politecnicidade diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. Por quê? Supõe-se que, dominando esses fundamentos, esses princípios, o trabalhador está em condições de desenvolver as diferentes modalidades de trabalho, com a compreensão do seu caráter, da sua essência. Não se trata de um trabalhador adestrado para executar com perfeição determinada tarefa e que se encaixe no mercado de trabalho para desenvolver aquele tipo de habilidade. Diferentemente, trata-se de propiciar-lhe um desenvolvimento multilateral, um desenvolvimento que abarca todos os ângulos da prática produtiva na medida em que ele domina aqueles princípios que estão na base da organização da produção moderna.

Leia na íntegra o verbete:

Fonte: SAVIAMI, Dermeval. O choque teórico da politecnicidade. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v1n1/10.pdf>>. Acesso em 17 out. 2013.

Educação popular

A educação popular diz respeito às contribuições de Paulo Freire que visam à educação emancipadora com vistas à conscientização e organização populares.

Fonte: ROMÃO, JE. Educador Popular. Dicionário Verbetes. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/?pg=dicionario-verbetes&id=244>>. Acesso em 15 out. 2013.

Educação profissional

Na Grécia antiga, quando a sociedade se mantinha pela utilização do trabalho escravo, e a escola era o lugar do ócio e da prática de esportes, as funções intelectuais ficavam restritas a uma pequena parcela da sociedade. Na Idade Média, a sociedade era sustentada pelo trabalho servil, pelo cultivo da terra, desenvolvido segundo técnicas simples e reiterativas que não exigiam a incorporação de conhecimentos sistemáticos. “Quem se dedicava ao trabalho intelectual era a parcela dos intelectuais, fundamentalmente concentrada no clero. As escolas, naquele momento histórico, se restringiam a essa parcela e, por isso, eram chamadas Escolas Monacais” (Saviani, 2003, p. 134). Na Idade Média a transmissão dos conhecimentos profissionais estava situada fora dos estabelecimentos escolares os quais eram empregados apenas para o melhor desenvolvimento intelectual da juventude.

À revolução industrial correspondeu uma Revolução Educacional: aquela colocou a máquina no centro do processo produtivo; esta erigiu a escola em forma principal e dominante de educação (Saviani, 2006). A transmissão, via escola, de conhecimentos técnicos e científicos, corresponde ao aparecimento de novas divisões e novas funções na hierarquia social do trabalho. As primeiras escolas de engenheiros são escolas para a formação de quadros funcionais especializados para o Estado. Essas escolas de ciências aplicadas articulam os conhecimentos técnico-científicos e as práticas sociais. A partir delas o conhecimento é difundido, mas elas são também locais de articulação entre o saber e o poder. O aparecimento dessas escolas se faz acompanhar de uma redefinição dos conteúdos a serem transmitidos, o que, por sua vez, leva a uma reorganização dos conhecimentos exigidos.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Educação Profissional em Saúde

A educação profissional em saúde é uma mediação específica da formação humana, situada no plano das contradições sociais em que o sentido e a direção de seu desenvolvimento como práxis potencializam transformações revolucionárias ou conservadoras nos sujeitos e nas relações sociais.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Educação profissional em saúde

(...) o papel do ensino médio e da educação profissional em saúde deveria ser o de recuperar a relação entre conhecimento e a prática do trabalho. Isto significaria explicitar como a ciência se converte em potência material no processo de produção de mercadorias, de maneira geral, e nos serviços de saúde, em particular. Assim, seu horizonte deveria ser o de propiciar aos alunos o domínio dos fundamentos científicos das diversas técnicas e não o mero adestramento em técnicas produtivas. A noção de politecnicidade postula uma formação que a partir do próprio trabalho social desenvolva a compreensão das bases de organização do trabalho em nossa sociedade. Trata-se da possibilidade de formar profissionais em um processo onde se aprende praticando, mas, ao praticar, se compreendem os princípios científicos que estão direta e indiretamente na base desta forma de organizar o trabalho na sociedade. Implica ainda que o processo de trabalho desenvolva em uma unidade indissolúvel os aspectos manuais e intelectuais, pois são características do trabalho humano. A separação dessas funções é um produto histórico-social e não é absoluta, mas relativa (SAVIANI, 2003; EPSJV, 2005; RAMOS, s.d.).

À educação cabe, neste contexto, contribuir para a emancipação dos trabalhadores em relação a uma ordem social e econômica excludente e alienada, que tende a transformar a saúde e a educação em uma mercadoria como outra qualquer, e conseqüentemente ter como meta transformar a sociedade e tornar realidade o direito universal à saúde e à educação. Considerando o trabalho e a 'educação profissional em saúde', Pereira (2006) destaca algumas premissas dessa concepção, tais como: os trabalhadores técnicos de saúde desenvolvem trabalho complexo, na perspectiva de valor de uso e, portanto, precisam de formação qualificada; a defesa da escola e da escolaridade como política pública e como condição para a formação dos trabalhadores técnicos em saúde; a defesa da explicitação da dimensão política e técnica da prática educativa na saúde; a crítica ao positivismo, ao cientificismo e ao tecnicismo; o trabalho como princípio educativo e a idéia da qualificação como construção social (CASTRO, 1992; HIRATA, 1994).

As reflexões em torno do ideário da politecnicidade tinham como fulcro as transformações que estavam ocorrendo no mundo do trabalho com a introdução de novas tecnologias informáticas e biotecnológicas e novas formas de energia que se intensificaram no decorrer dos anos 90, chegando a ser incorporado no projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresentado pelos setores educacionais progressistas à Câmara dos Deputados em 1988. Entretanto, esse projeto de LDB foi derrotado pelo do Senador Darcy Ribeiro, aprovado em 20 de dezembro de 1996, com a Lei 9.394, que levou a diversas regulamentações posteriores, entre as quais, a regulamentação curricular com base na pedagogia das competências, que se tornou a referência fundamental para a política educacional de maneira geral, mas em especial para a 'educação profissional em saúde'.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Educação profissionalizante

Modalidade de ensino oferecida ao aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como ao trabalhador em geral, jovem ou adulto. Segundo a UNESCO, o ensino profissional é o processo educativo que implica, além de uma formação geral, estudo de caráter técnico e a aquisição de conhecimento e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões em diversos setores da vida econômica e social. Como conseqüência de seus objetivos, o ensino técnico e profissional distingue-se da formação profissional que visa essencialmente a aquisição de qualificações práticas e de conhecimentos específicos necessários para a ocupação de um determinado emprego ou de um grupo de empregos determinados. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, diz que "a educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho". São três os níveis de educação profissional na legislação em vigor no Brasil:

- básico: cursos destinados a trabalhadores jovens e adultos. Independem de escolaridade pré-estabelecida e têm por objetivo requalificar. Por se tratar de cursos livres, não requerem regulamentação curricular.
- técnico: para jovens e adultos que estejam cursando ou tenham concluído o ensino médio, mas cuja titulação pressupõe a conclusão da educação básica de 11 anos;
- tecnológico, que dá formação superior, tanto de graduação como de pós-graduação, a jovens e adultos.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Educação profissionalizante" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

(Ver também no Dicionário da Educação Profissional em Saúde os verbetes: Educação profissional e Dualidade educacional).

Educação rural

USE Educação do campo

Educação tecnológica

USE Educação profissionalizante

Educador

Emancipação

(...) Para o educador brasileiro Paulo Freire (1978 e 2003), a libertação não se dá como uma tomada de consciência isolada da injustiça que marca as relações sociais na sociedade capitalista, mas, essencialmente, numa práxis datada e situada, que tem por sujeitos os povos oprimidos. Dussel, Rebellato e Freire pensam a emancipação como projeto e ação coletivos das vítimas, dos excluídos, dos desumanizados. Já Marx e Engels têm a classe revolucionária como autora de tal projeto e ação: para além da liberdade e da autonomia individuais implícitas na cidadania, a classe revolucionária, no seu processo de construção, coloca como horizonte a emancipação de toda a humanidade, uma emancipação social, portanto. Em algumas obras, Marx e Engels também identificam a libertação à emancipação, não como um problema que pode ser resolvido no plano da abstração, mas sim como uma necessidade concreta e que, como tal, deve ser solucionada: "A 'libertação' é um ato histórico, não é um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas, pelo nível da indústria, do comércio, da agricultura, do intercâmbio" (MARX; ENGELS, 1984, p. 25). A emancipação da sociedade deduz-se da possibilidade de se romper a relação contraditória entre o trabalho alienado e a propriedade privada dos meios de produção e de subsistência – nos quais está incluída a terra, como bem não produzido pelo trabalho: "Da relação do trabalho alienado à propriedade privada deduz-se, ainda, que a emancipação da sociedade, quanto à propriedade privada e à servidão, toma a forma política da emancipação dos trabalhadores" (Marx, 1993, p. 170). Essa emancipação, porém, não atinge apenas os trabalhadores: "inclui a emancipação da humanidade enquanto totalidade, uma vez que toda a ser vidão humana se encontra envolvida na relação do trabalhador à produção e todos os tipos de ser vidão se manifestam como modificações ou consequências da sobredita relação" (ibid.). Da análise efetuada até aqui, emerge a pergunta: como conquistar a emancipação das condições de exploração e opressão que atingem a maior parte da humanidade? Antes de mais nada, é forçoso constatar que a existência de uma classe oprimida só pode ser explicada por sua relação contraditória com outra classe, a classe opressora, e, portanto, numa sociedade alicerçada no antagonismo de classes. Nesse sentido, para que a libertação da classe oprimida – pressuposto da emancipação humana – tenha lugar, é condição essencial que se constitua uma nova sociedade, mas isso exige que as forças produtivas e as relações sociais de produção tenham chegado a tal nível de confronto que não possam continuar existindo da forma como se mantêm: "A condição de libertação da classe trabalhadora é a abolição de toda a classe, assim como a condição de libertação do 'terceiro estado', da ordem burguesa, foi a abolição de todos os 'estados' e de todas as ordens" (MARX, 1989, p. 218). (...)

Ler verbete na íntegra.

Fonte: Dicionário da Educação do Campo. Disponível em <<http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Material&Tipo=8&Num=191>>. Acesso em 21 out. 2013.

Empoderamento

É a condição de uma pessoa, um grupo social ou de uma comunidade ampliar sistematicamente sua capacidade de realização – empreender ações, negociar e pactuar com outros atores sociais a favor do bem comum. Capacidade de se fazer ouvir, de ser respeitada e de agir coletivamente para resolver problemas e suprir necessidades comuns.

Fonte: Glossário Temático. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 15 out. 2013.

Endemia

É a presença contínua de uma enfermidade em uma zona geográfica determinada. Expressa a prevalência de uma doença numa zona geográfica, com oscilações na ocorrência que correspondem somente às flutuações esperadas, cíclicas ou sazonais.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Endemismo

O conceito quer dizer que uma espécie existe apenas em uma região delimitada e não é encontrada em nenhum outro lugar do mundo. Por exemplo, a Mata Atlântica mesmo com seu tamanho muito reduzido em relação ao original, é dotada de grande variedade de espécies endêmicas. A Amazônia também possui alto grau de endemismo, ou seja, existem espécies originárias e únicas desses lugares. Por isso um dos fatores que enriquecem a biodiversidade é o endemismo.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Enfoque Clínico

Enfatiza a identificação de problemas de saúde no corpo individual, em sua dimensão biológica (anatômica e fisiológica). A intervenção sobre os problemas de saúde nesse nível privilegia o diagnóstico, tratamento de doenças e reabilitação de doentes.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Enfoque Epidemiológico

Enfatiza a identificação dos problemas em grupos de população, a partir da caracterização das condições ecológicas (relação agente-hospedeiro-ambiente) ou das condições socioeconômicas e culturais dos diversos grupos. A intervenção sobre os problemas de saúde, nesse enfoque, privilegia ações de educação sanitária, saneamento ambiental, controle de vetores, controle de água, alimentos, medicamentos e outros produtos potencialmente nocivos à saúde, imunização de suscetíveis e diagnóstico precoce das doenças mais comuns.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Enfoque Estratégico-Situacional

O Enfoque estratégico-situacional foi desenvolvido por Carlos Matus, um economista chileno, como forma de organizar processos e ações para atuar sobre situações problemas e atender às necessidades de uma população em um determinado território (localidade, município, estado, país).

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Enfoque Social

Enfatiza a identificação dos problemas em populações a partir da caracterização de sua dinâmica histórica, isto é, da caracterização do processo de desenvolvimento econômico, social e político dessas populações.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Ensino de ciências

Prática educativa voltada para as áreas de biologia, química, física e correlatas.

Ensino fundamental

Nível de ensino da Educação Básica regular, obrigatório e gratuito na escola pública, que tem por objetivo a formação básica do cidadão; de acordo com a LDB, o Ensino

Fundamental tem duração de 8 (oito) anos, sendo ofertado para a faixa etária de 7 a 14 anos de idade, entretanto, mediante a redação dada pela Lei n.º 11.274/2006, passa a ter duração de 9 (nove) anos e é ofertado para a faixa-etária de 6 a 14 anos de idade.

Corresponde ao antigo Primeiro Grau.

Fonte: Glossário de olho na educação. Disponível em <<http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/413/00000027.pdf>>. Acesso em 22 out. 2013.

Ensino médio

Nível final da Educação Básica regular, com duração mínima de três anos; tem por finalidade a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos; a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina. Corresponde ao antigo Segundo Grau.

Fonte: Glossário de olho na educação. Disponível em

<<http://antigo.se.df.gov.br/sites/400/413/00000027.pdf>>. Acesso em 22 out. 2013.

Ensino médio integrado

(...) Remetemos o termo integrar e formação integrada ao seu sentido de completude, de compreensão das partes no seu todo ou da unidade no diverso, de tratar a educação como uma totalidade social, isto é, nas múltiplas mediações históricas que concretizam os processos educativos. No caso da formação integrada ou do ensino médio integrado ao ensino profissional e técnico, queremos que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos onde se dá a preparação para o trabalho (GRAMSCI, 1981, p. 144 e ss.).

(...) O sentido de totalidade permeia a possibilidade de uma reconstrução histórica institucional através da preservação da memória de suas etapas de crescimento, das crises e das conquistas. Mas isso não pode ser feito margem da história de seus alunos, professores e gestores, nem como um mundo separado da sociedade. Assim, o primeiro pressuposto da formação integrada é a existência de um projeto de sociedade no qual, ao mesmo tempo, se enfrentem os problemas da realidade brasileira, visando a superação do dualismo de classes, e as diversas instâncias responsáveis pela educação (governo federal, secretarias de educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho. O que implica um esforço permanente para superar o dualismo na forma de impedimentos legais explícitos ou de mecanismos disfarçados na ausência de meios materiais para cumprir as duplas jornadas de escola e trabalho como requer a dupla matrícula instituída pelo Decreto n. 2.208. Outros mecanismos pelos quais o dualismo opera são a má qualidade da educação no sistema público de ensino e a ilusão das políticas de acesso sem meios para a permanência no sistema educacional; a omissão diante da necessidade de políticas públicas universais (com legislação pertinente, garantia orçamentária e continuidade) que levem ao aumento da escolaridade. A escola não pode estar alheia às necessidades materiais para levar adiante um processo educacional completo, efetivo. Primeiro, as necessidades dos alunos para cumprir um percurso de estudos, em termos de locomoção, de alimentação, de renda mínima para se manter e manter-se na escola; segundo, a existência de instalações que ofereçam laboratórios, biblioteca, ateliês, espaços de lazer, oficinas onde aprender a teoria e a prática das disciplinas e dos projetos em curso. Como elemento aglutinador, gerador de coesão social, a escola deve assumir-se como um lugar de memória, de resgate das identidades, da compreensão do presente incorporando as dificuldades, as lutas e as conquistas do passado, suas representações na forma de imagens e de documentos, seus símbolos carregados de história e de significados.

Fonte: CIAVATTA, Maria. Arquivos da memória do trabalho e da educação e a formação integrada.

Disponível em <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo07/Maria%20Ciavatta%20-%20Texto.pdf>>. Acesso em 17 out. 2013.

Ensino politécnico

USE Educação politécnica

Ensino primário

USE Educação básica

Ensino profissional

USE Educação profissional

Ensino público

Ensino técnico

Segundo o glossário da UNESCO, o ensino técnico é, de forma geral, o processo educativo quando este implica, além de uma formação geral, estudo de caráter técnico e a aquisição de conhecimento e aptidões práticas relativas ao exercício de certas profissões em diversos setores da vida econômica e social. Assim,

“como consequência de seus extensos objetivos, o ensino técnico e profissional distingue-se da formação profissional que visa essencialmente a aquisição de qualificações práticas e de conhecimentos específicos necessários para a ocupação de um determinado emprego ou de um grupo de empregos determinados.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Ensino técnico" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Ensino-aprendizagem

USE Processo de ensino-aprendizagem

Epidemia

Entendida como manifestação de um excesso de casos de alguma enfermidade que excede claramente a incidência prevista em uma coletividade ou região, em um intervalo de tempo restrito.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Epistemologia da educação

Equidade

O princípio da equidade implica numa igualdade de acesso às necessidades individuais e coletivas de saúde. Por este motivo, muitos autores afirmam que a equidade significa tratar desigualmente o desigual, ou seja, não bastaria simplesmente garantir o mesmo acesso a todas as pessoas, mas sim garantir que cada pessoa tenha o acesso de que necessite.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Ergologia

Traz como concepção a disciplina de pensamento que abarca as atividades de trabalho desempenhado pelos trabalhadores. Tem início com o estudioso Yves Swartz e trata dos saberes e valores nas situações de trabalho.

Fonte: BRITO, JE. Reflexões sobre a ergologia. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/posteres/GT09-1830--Int.pdf>>. Acesso em 17 out. 2013.

Escola

Aparelho privado de hegemonia que tem por finalidade a formação de intelectuais de diferentes níveis.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Escola Técnica do SUS

UP ETSUS

Estado

Condensação de relações de força, intra e inter classes sociais, numa determinada formação social concreta e num determinado tempo.

Fonte: Glossário Temático. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 17 out. 2013.

Estágio profissional

Estratégia Saúde da Família

De acordo com a portaria 648/GM de março de 2006 a Atenção Básica tem a Saúde da Família, como estratégia prioritária para sua reorganização. Destaca-se seu caráter substitutivo em relação ao modelo tradicional de assistência orientado para a cura de doenças e hospitalocêntrico, por um modelo cujas principais características são o enfoque sobre a família a partir de seu ambiente físico e social; a adscrição de

clientela por meio da definição de território de abrangência da equipe; estruturação de equipe multiprofissional; a ação preventiva em saúde; a detecção de necessidades da população em vez da ênfase na demanda espontânea; e a atuação intersetorial com vistas à promoção da saúde.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Estrutura social

Ética

Ética e cidadania

Ética e saúde

Ética na saúde

Ética no trabalho

Ética profissional

Etnoeducação

Exame nacional de cursos

UP Provão

Exame Nacional do Ensino Médio

UP ENEM

Exame pré-natal

Exclusão social

Exposição a agentes biológicos

Farmacologia

Farmacovigilância

Filmes e vídeos educativos

Filosofia da educação

É um saber crítico e reflexivo sobre o sentido da educação, que discute e problematiza as questões relativas à formação humana. Nessa perspectiva, busca investigar os modos como determinados questionamentos ontológicos, epistemológicos, antropológicos, políticos, éticos e estéticos atuam sobre o agir educativo.

Fonte: INEP. Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BC6B9C92D-C712-4849-A0E3-FC2AFEEC7828%7D_livro%20glossario%20eetr.pdf>. Acesso em 17 out. 2013.

Financiamento da educação

Embora a definição abaixo trate do financiamento da educação básica, oferece subsídios para indexar documentos relativos à Educação Profissional em Saúde:

Refere-se aos usos e controle da aplicação dos recursos financeiros no nível da educação escolar brasileira que compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O financiamento da educação básica pública no País se dá com base em recursos provenientes das três esferas de governo. Na educação infantil, tanto a oferta quanto o financiamento são responsabilidades dos municípios. Já a oferta e o financiamento do ensino médio cabem aos estados e ao Distrito Federal. No ensino fundamental, oferta e financiamento são responsabilidades das duas esferas: a municipal e a estadual, incluindo o Distrito Federal. A União compete apenas no que se refere ao financiamento, com papel redistributivo e supletivo. A Lei nº

9.424/96 instituiu, no âmbito de cada estado e do Distrito Federal, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), composto por 15% das receitas provenientes do ICMS, FPE, FPM, IPI e das exportações do estado e de seus municípios. Tais recursos são redistribuídos entre essas duas esferas de governo, proporcionalmente ao número de alunos nelas matriculados no ensino fundamental regular. Quanto ao ensino médio, não há definição legal dos percentuais de recursos a serem aplicados, mas o seu financiamento deve estar contemplado nos demais 10% das receitas de impostos recolhidos e transferidos da esfera estadual destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Financiamento da educação" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Financiamento público da saúde

Processo de arrecadação de recursos monetários destinados à execução de um gasto, ou à realização de um investimento, ou à obtenção de um objetivo específico.

Fluxos

São sistemas de circulação e de troca que animam e dão vida aos lugares, aos territórios. Os fluxos podem ser de diferentes naturezas- de informações, de produtos, de pessoas, de automóveis, de ideias, de cultura, de dinheiro e até de drogas e doenças. Esses fluxos podem até extrapolar os limites dos territórios locais, se tornando fluxos regionais, nacionais e até transnacionais. A combinação de alguns deles pode, se não for bem definida e conhecida, causar uma série de problemas para a qualidade de vida das pessoas, desde poluição ambiental, passando pela importação de doenças de outros lugares, até questões econômicas sérias como a lavagem de dinheiro resultante do tráfico de drogas.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Formação de professores

Expressão empregada, em geral, para caracterizar cursos e programas destinados a habilitar profissionais para o ensino em seus diversos níveis. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, tem sido mais utilizada para fazer referência às novas exigências do governo relacionadas ao exercício da profissão para o ensino básico. Dessa forma, o Conselho Nacional de Educação (CNE) definiu princípios orientadores amplos e diretrizes para um programa nacional de formação de professores, para sua organização no tempo e no espaço e para a estruturação dos cursos. As discussões a respeito da formação de professores no âmbito do governo federal inclui, ainda, a definição de competências e áreas de desenvolvimento profissional. Segundo o artigo 62 da LDB: "A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal". Assim, de acordo com as novas exigências para a formação de professores, pela LDB, a partir de 2007 só serão admitidos professores habilitados em nível superior. As orientações da LDB para formação em nível superior criaram várias dúvidas e conflitos a respeito de duas novas organizações: os institutos superiores de educação (local onde a formação de professores deveria acontecer) e os cursos normais superiores (que forneceria a habilitação desejada). Os cursos de Pedagogia, por sua vez, ficaram em dúvida sobre seu papel. Como a política de formação de professores ainda causa dúvidas, estabeleceu-se, por enquanto, que o curso de Pedagogia ficaria orientado para quem desejasse seguir carreira administrativa, como diretor e supervisor educacional. O normal superior seria exclusivamente para a docência. No entanto, o normal superior tem sido oferecido apenas por instituições privadas e as universidades públicas continuam com o curso de Pedagogia. A figura do Instituto Superior de Educação também causa polêmica já que não está definida. O Instituto não precisa ser fundado em uma universidade ou faculdade isolada e alguns educadores entendem que a própria faculdade de Pedagogia pode se enquadrar nessa denominação. A LDB, no entanto, não excluiu a importância dos cursos normais de nível médio, que servirão às regiões que sofrem a falta de professores qualificados, como o Norte e Nordeste. Além disso, quem tem formação de magistério em segundo grau pode continuar atuando. A partir de 2007, o quadro muda só para quem inicia carreira. Muitos acreditam que o prazo estipulado pela LDB para formação de todos os professores em nível superior não conseguirá ser cumprido. No entanto, a Secretaria de Educação Superior do MEC admite que o objetivo das mudanças, mais que impor regras, é "induzir os professores que já estão dando aula a buscar o nível superior". O objetivo das novas exigências é que o Brasil chegue perto dos indicadores de qualidade de países desenvolvidos, precisando, para isso, resolver o problema dos professores leigos, que dão aula sem estarem habilitados. Segundo o MEC, "todo o aparato legal que vem sendo produzido no campo da formação de professores, volta-se, integralmente, para a

superação de uma formação insuficiente, cujos resultados, a grosso modo, têm sido observado no desempenho de seus egressos". As mudanças pretendidas pela reforma do ensino recomendam que as instituições sigam as "diretrizes para a formação dos professores" que foram estabelecidas pelo CNE.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. " Formação de professores" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Formação profissional

Em sua acepção mais ampla, a formação profissional designa todos os processos educativos que permitam, ao indivíduo, adquirir e desenvolver conhecimentos teóricos, técnicos e operacionais relacionados à produção de bens e serviços, quer esses processos sejam desenvolvidos nas escolas, quer nas empresas. A formação profissional, como outras dimensões da vida em sociedade, está condicionada pelas relações sociais e pelos embates entre capital e trabalho na esfera da produção, refletindo, também, relações de poder e concepções de mundo dos agentes.

Fonte: CATTANI, AD; HOLZMANN, L. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Gerência em saúde

Administração de uma unidade ou órgão de saúde, que se caracteriza como prestador dos serviços do SUS. Nota: São unidades ou órgãos de saúde os ambulatórios, os hospitais, os institutos, as fundações, etc.

Fonte: Tesouro do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=461&n=1&s=5&t=2>>. Acesso em 17 out. 2013.

Gestão ambiental

Organização e planejamento do funcionamento de ações que dizem respeito ao meio ambiente.

Gestão da educação

Gestão na educação, cujo conceito supera o enfoque limitado de administração, e se assenta sobre uma perspectiva de resolução efetiva das dificuldades cotidianas, pela adoção de mecanismos e métodos estratégicos para a solução dos seus problemas.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. " Gestão da educação" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Gestão de recursos humanos em saúde

Gestão de saúde

Gestão do SUS

Gestão cujo objetivo é garantir e aperfeiçoar o funcionamento do sistema de saúde. Nota: A gestão do SUS é responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que, por meio dos seus órgãos gestores, utilizam vários instrumentos de gestão.

Fonte: Tesouro do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=1989&n=1&s=5&t=2>>. Acesso em 17 out. 2013.

Gestão do trabalho

Numa acepção ampla, gestão refere-se ao processo ativo de determinação e orientação do caminho a ser seguido por uma empresa para a realização de seus objetivos, compreendendo um conjunto de análises, decisões, comunicação, liderança, motivação, avaliação e controle, entre outras atividades próprias da administração (Ansoff, 1977). Trata-se do processo de se dirigir a organização e decidir tendo em vista os recursos nela disponíveis e as demandas do ambiente.

Fonte: CATTANI, AD; HOLZMANN, L. Dicionário de Trabalho e Tecnologia. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

Gestão do trabalho e da educação

Tem a responsabilidade de produzir a maior transformação, neste meio século de sua criação, no que diz respeito à formulação das políticas orientadoras da gestão, formação, qualificação e regulação dos trabalhadores de Saúde no Brasil. Conectado com a realidade profissional e social, o Ministério da Saúde vêm repensando as políticas públicas em relação à formação e ao trabalho em saúde. Assim, está implantando, por meio dos polos de educação permanente em saúde, do AprenderSUS, das escolas técnicas e outras atividades, uma política nacional pra garantir uma oferta efetiva e significativa de cursos de formação técnica de qualificação e de especialização para o conjunto dos profissionais de saúde e para diferentes segmentos da população, visando à educação permanente em saúde.

Fonte: Tesouro do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=366&n=1&s=5&t=2>>. Acesso em 17 out. 2013.

Gestão do trabalho em saúde

Pode-se afirmar que as décadas de 1980 e de 1990 foram décadas paradigmáticas para a saúde pública do Brasil. A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) na década de 1980 representou para os gestores, trabalhadores e usuários do sistema uma nova forma de pensar, estruturar, se desenvolver e produzir serviços e assistência em saúde, uma vez que os princípios da universalidade de acesso, da integralidade da atenção à saúde, da equidade, da participação da comunidade, da autonomia das pessoas e da descentralização tornaram a ser paradigmas do SUS. O sistema de saúde passou a ser, de fato, um sistema nacional com foco municipal, o que se denomina 'municipalização' (Machado, 2005). A gestão do trabalho e da educação, nessa perspectiva, ganhou relevância nacional e tornou-se elemento crucial para a implementação e consolidação do SUS.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Gestão educacional

Expressão relacionada à atuação que objetiva promover a organização, a mobilização e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino, orientados para a promoção efetiva da aprendizagem pelos alunos. O conceito de gestão escolar foi criado para superar um possível enfoque limitado do termo administração escolar. Foi constituído a partir dos movimentos de abertura política do país, que começaram a promover novos conceitos e valores, associados sobretudo à ideia de autonomia escolar, à participação da sociedade e da comunidade, à criação de escolas comunitárias, cooperativas e associativas e ao fomento às associações de pais. Assim, no âmbito da gestão escolar, o estabelecimento de ensino passou a ser entendido como um sistema aberto, com uma cultura e identidade próprias, capaz de reagir com eficácia às solicitações dos contextos locais em que se inserem. A gestão escolar aponta questões concretas da escola e de sua administração, baseadas no que se convencionou chamar de "escolas eficazes". Estas possuem características como orientação para resultados, liderança marcante, consenso e coesão entre funcionários a respeito dos objetivos da escola, ênfase na qualidade do currículo e elevado grau de envolvimento dos pais. A autonomia administrativa, financeira e pedagógica e o estabelecimento de mecanismos que assegurem a escolha de dirigentes são algumas das estratégias consideradas essenciais para o fortalecimento da gestão escolar.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Gestão educacional" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Gestão em saúde

A gestão em saúde é quase tão antiga quanto a Saúde Pública. A Saúde Pública sempre recorreu a várias especialidades e campos de conhecimento, nasceu interdisciplinar quando esta expressão sequer fora ainda cunhada. A Saúde Pública baseou-se na medicina, microbiologia, zoologia, geologia, entre outras ciências, para pensar explicações para o processo saúde e doença. Dessa junção, nasceria tanto a administração sanitária quanto a epidemiologia. Foi, portanto, ainda nos primórdios da Saúde Pública que ocorreu a constituição de um campo de conhecimentos, denominado 'administração sanitária e de práticas em saúde'. Encarregava-se de pensar a administração de um pedaço do Estado, os nascentes departamentos, escolas e laboratórios de saúde pública, mas, distinguia-se da Administração de Empresas porque procurava articular a gestão às 'práticas' consideradas eficazes para debelar os problemas coletivos de saúde. Tratava-se, portanto, de uma área que procurava compatibilizar conhecimentos sobre administração pública com procedimentos sanitários considerados eficazes no combate a epidemias. A administração em saúde na medicina de mercado apresentava menos especificidades; em geral, adaptava elementos da teoria geral a hospitais e clínicas.

A administração sanitária, em seus primórdios, importou muitos conceitos e modos de operar do campo militar. Da gestão de conflitos armados e de guerras, a Saúde Pública importou a idéia de considerar a doença, os germes e as condições ambientais insalubres como inimigos. Sendo inimigos havia de erradicá-los, controlá-los e vigiá-los. Planejamento estratégico e tático, programas sanitários e gestão operacional. Da arte da guerra importaram-se também os conceitos de erradicação e de controle, de risco, de vigilância e de análise de informação.

A gestão em saúde é um desdobramento contemporâneo dessa tradição. Evidente que no lugar da guerra entraram conceitos originários da Ciência Política, da Sociologia e da Teoria Geral da Administração. Em meados do século XX houve uma ampliação do objeto e do campo de intervenção da gestão em saúde. Nessa época, em alguns países europeus, inicialmente na Grã-Bretanha, Suécia e União Soviética e, mais tarde, em inúmeras outras nações da Europa, América e Oceania, foram construídos os Sistemas Nacionais e Públicos de Saúde. Com essa finalidade desenvolveu-se toda uma cultura sanitária voltada para a organização de serviços e programas de saúde segundo uma nova racionalidade. O Estado foi responsabilizado pelo financiamento e gestão de uma rede de serviços constituída segundo o conceito de integração sanitária. Essa rede pública não executaria apenas ações de caráter preventivo e de relevância coletiva, mas assumiria também a atenção clínica, ou seja, a assistência individual em hospitais e outros serviços. Com essa finalidade foi cunhado o conceito de hierarquização e regionalização dos serviços, inventando-se a modalidade de rede denominada de atenção primária.

O antigo arcabouço de conhecimentos da administração sanitária era claramente insuficiente para dar conta da complexidade dessa nova política pública. Em função disso, em vários desses países houve, ao longo do século XX, um esforço de investigação voltado para o desenvolvimento de novos arranjos organizacionais e novos modelos de atenção à saúde. A Organização Mundial de Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) estimularam tanto a produção de conhecimentos nessa área quanto trataram de sistematizar a difusão dessas experiências e dessa tecnologia sobre organização, planejamento e gestão dos serviços de saúde. Em decorrência desse fenômeno houve uma aproximação entre as áreas da Clínica e o campo da Saúde Pública. São desse período o desenvolvimento de estudos sobre sistemas locais de saúde, modelos de atenção, gestão de pessoal, atenção primária, planejamento e programação em saúde. Observa-se como um fato curioso o pequeno envolvimento da área de Gestão e Planejamento, no Brasil, com hospitais, talvez explicado pelo afastamento histórico da Saúde Pública deste pedaço dos sistemas de saúde. A formação de gestores para hospitais foi marcada por cursos compostos segundo a lógica específica das áreas de Economia e da Administração de Empresas. Somente nos últimos anos, observa-se um esforço da área para recompor a formação e a pesquisa em gestão hospitalar.

Buscando superar a perspectiva restrita das teorias administrativas têm sido desenvolvidas análises que procuram ampliar e democratizar a gestão. Discute-se a gestão participativa, o controle social dos gestores pela sociedade civil e várias formas de co-gestão em saúde.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Gestão participativa

Modalidade de administração, no âmbito do Sistema Único de Saúde, que contempla a participação efetiva de cidadãos, gestores e demais interessados, por meio da construção de espaços democráticos para análises das informações e tomadas de decisões coletivas.

Fonte: Tesouro do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/cgi-bin/multites/mtwdk.exe?k=default&l=60&w=5782&n=1&s=5&t=2>>. Acesso em 17 out. 2013.

Globalização

O termo 'globalização' começou a circular no final dos anos 80 para sugerir a idéia de unificação do mundo, como resultado dos três processos que marcaram o fim do "breve século XX" (HOBBSAWN, 1995). A vitória política do neoliberalismo, representada pela ditadura de Pinochet (1973) e pelos governos Thatcher (1979) e Reagan (1980); a interrupção da 'construção nacional' no Terceiro Mundo, esmagado pelo peso insuportável da dívida externa, imposta pelas oligarquias financeiras globalizadas; a autodesintegração da União Soviética. Esses três acontecimentos encerram as três maiores mudanças históricas do século: a Revolução Socialista Russa, primeira alternativa real ao capitalismo; as variadas experiências de construção nacional independente no Terceiro Mundo; e o reformismo socialdemocrata, basicamente euro-ocidental, que durante mais de três décadas parecia ter domesticado o capitalismo, por meio do chamado Estado de Bem-estar social. E esse encerramento das maiores alternativas concretas opostas ao capitalismo liberal serviu para consolidar a crença na suposta unificação do mundo, representada pela globalização dos mercados. A expressão mais delirante dessa idéia foi, sem dúvida, a tese de Francis Fukuiama sobre o fim da História.

A origem dos termos sociedade global e globalização é anterior ao triunfo político da globalização neoliberal; data de finais dos anos 1960 e deve ser creditada a MacLuhan e a Bzezinski, autores norte-americanos de dois livros famosos na época: Guerra e paz na aldeia global, de Marshall MacLuhan e A revolução

tecnocrônica, de Zbigniew Brzezinski. MacLuhan anunciou a emergência da ‘aldeia global’, com base numa extrapolação da agressão militar americana contra o Vietnã (a maior derrota militar sofrida pelos EE.UU.) que ao ser transmitida ao vivo pelas redes de TV, transformou-se na primeira ‘realidade virtual global’, assistida por milhões de telespectadores do mundo. Por sua vez, Brzezinski colocou em circulação as expressões cidade global e sociedade global para designar a nova reconfiguração globalizada do nosso habitat, operada pelas redes tecnocrônicas termo introduzido por ele para designar a conjugação do computador, da TV e da rede de telecomunicação. O protótipo dessa ‘sociedade global’ eram os EE.UU., centro propulsor da revolução ‘tecnocrônica’ mundial que oferecia ao mundo o ‘único modelo global de modernidade’, com os correspondentes ‘padrões de comportamento e valores universais’. Nessa visão, a globalização se apresenta como sinônimo de americanização, o que confere ao termo um sentido claramente ideológico, como fora reafirmado de forma inapelável pelo prestigioso economista liberal norte-americano John Galbraith: “Globalização não é um conceito sério – diz Galbraith. Nós, americanos, o inventamos para dissimular nossa política de penetração econômica nos outros países” (Entrevista a Folha de São Paulo, 02.11.97).

O discurso da ‘globalização’ tem dois sentidos. Um descritivo ou simbólico, referido à suposta unificação do mundo. Outro, prescritivo ou normativo, representado pelas políticas neoliberais muito concretas, implementadas por agentes e instituições gestoras do capitalismo dominante.

A globalização econômica está longe de ser uma consequência mecânica do desenvolvimento econômico ou das novas tecnologias; ela é o resultado de uma política, implementada por governos nacionais e instituições internacionais, mediante instrumentos muito específicos, tais como abertura dos mercados de capitais, bens e serviços, a desregulamentação do mercado de trabalho e a eliminação de qualquer obstáculo legal ou burocrático à ‘livre empresa’ e, sobretudo, aos investidores internacionais. A globalização neoliberal visa, portanto, a criar as condições de dominação das grandes corporações e fundos de investimento, que confrontam as empresas nacionais numa concorrência muito desigual em mercados abertos.

O mercado globalizado de capitais tende a reduzir a autonomia econômica dos governos nacionais, eliminando a possibilidade de manipular as taxas de câmbio, as taxas de juros ou de recorrer a financiamentos orçamentários deficitários. Esse é particularmente visível no Brasil, cuja política econômica está fortemente condicionada pelas regras da globalização neoliberal.

Tudo isso permite afirmar que a globalização é antes de mais nada um mito legitimador da hegemonia do capital financeiro, predominantemente especulativo.

A globalização neoliberal acentua o totalitarismo da exploração do trabalho na produção universalizada e também a sua impunidade. Aumenta a riqueza e com ela as desigualdades. As cem maiores empresas do mundo controlam recursos equivalentes a 1/3 do PIB mundial anual. Nos EE.UU., 1% dos mega-ricos que em 1975 controlavam 5% da riqueza nacional controlavam, em 2005, nada menos que 20% desta riqueza. Os dados da ONU sobre a pobreza mundial demonstram claramente que a globalização neoliberal é o paraíso dos poderosos e o inferno das maiorias deserdadas.

Essa realidade, negada no discurso oficial, constitui um dos fenômenos sociais mais importantes da modernidade neoliberal. O capital amplia continuamente seu poder sobre o trabalho, reorganizando e aumentando o potencial de produção e, com ele, o volume absoluto e relativo do valor excedente apropriado pelos seus diversos agentes (fabricantes, comerciantes, banqueiros e rentistas com diferentes titulações). Banalizando a desigualdade, o desamparo, a miséria e a exploração, a globalização capitalista universaliza a insegurança e a violência.

Os políticos e expertos em ciências sociais, de filiação neoliberal, atuam como autênticos terapeutas da economia, quando se limitam a descrever o existente como realidade ‘natural’ e única, fechada a qualquer alternativa.

A globalização neoliberal negligencia o fato de que o capital financeiro deixou de ser a contraface ou o complemento necessário da produção e do comércio; hoje, estas duas esferas estão subordinadas às decisões da esfera financeira, cuja autonomização é uma realidade, extrapolada ou absolutizada, justamente, pela ideologia da globalização.

A esfera financeira relativamente autonomizada opera como uma força centrífuga em prol da desnacionalização das sociedades pelos grandes inversores que operam nos mercados globalizados, ampliados pelos programas de liberalização, de desregulamentação e de privatização das economias dependentes e endividadas, aplicadas por Governos conservadores ou social-liberais, democraticamente eleitos com as mais modernas técnicas de marketing.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Glossário

Vocabulário em que se explicam significados de palavras. No caso de um tesouro, vocabulário em que se explicita os conceitos daquele universo.

Guia

Livros ou artigos científicos que oferecem conhecimentos sobre uma determinada área.

Habilitação profissional

Processo voltado para o ensino de competências e habilidades técnicas demandadas por ocupações específicas do mercado de trabalho. Em sua forma ampliada, inclui a preparação para o mundo do trabalho de modo mais abrangente, associando à aprendizagem de habilidades específicas o desenvolvimento de conceitos, atitudes e comportamentos.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Habilitação profissional" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Hegemonia

Forma de dominação de classe baseada no consentimento, ativo ou passivo, da população a uma determinada concepção de mundo.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Hegemonia

1. Forma de dominação de classe baseada no consentimento, ativo ou passivo, da população a uma determinada concepção de mundo.

Fonte: Glossário Temático. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>. Acesso em 17 out. 2013.

2. Em primeira instância, hegemonia significa simplesmente liderança, derivada diretamente de seu sentido etimológico. O termo ganhou um segundo significado, mais preciso, desenvolvido por Gramsci para designar um tipo particular de dominação. Nessa acepção hegemonia é dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na sociedade capitalista, a burguesia detém a hegemonia mediante a produção de uma ideologia que apresenta a ordem social vigente, e sua forma de governo em particular, a democracia, como se não perfeita, a melhor organização social possível. Quanto mais difundida a ideologia, tanto mais sólida a hegemonia e tanto menos necessidade do uso de violência explícita.

Fonte: Fonseca, N. Verbetes de economia política e urbanismo. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/index.html>. Acesso em 17 out. 2013.

Hematologia

Hemoterapia

Hemovigilância

Hemovigilância é um conjunto de procedimentos para o monitoramento das reações transfusionais resultantes do uso terapêutico de sangue e seus componentes, visando melhorar a qualidade dos produtos e processos em hemoterapia e aumentar a segurança do paciente.

Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Disponível em: <www.portalanvisa.gov.br>. Acesso em 17 out. 2013.

Histologia

É a parte da biologia que estuda a estrutura, funcionamento dos tecidos celulares.

Historia

A história, no sentido de historiografia, é feita de relatos verdadeiros que, incidem, sobre o passado. Enquanto relato, a história narra ações humanas (dos reis, dos povos). Enquanto verdadeira, funda-se em fatos comprováveis, uns vividos ou recolhidos da boca das testemunhas, a maioria registrados em documentos, escritos ou outros. Enquanto passada, a matéria da historiografia inclui todos os momentos imediatamente anteriores ao instante presente, o que inclui todos os acontecimentos em vias de se tornarem passado.

Fonte: Dicionário de Sociologia. Disponível em: <<http://bib.praxis.ufsc.br:8080/xmlui/bitstream/handle/praxis/482/5023019-DICIONARIO-DE-SOCIOLOGIA.pdf?sequence=1>>. Acesso em 17 out. 2013.

Historia da educação

Remete à memória cultural, às questões de cultura escolar e das práticas educativas que são engendradas no cotidiano de cada sociedade, pelo Estado, pelas instituições não oficiais, grupos de interesse não escolares, professores, estudantes e outros atores sociais. Como disciplina e campo de investigação, ampliam o nosso universo como sujeitos históricos, professores e futuros docentes, pois contribui, no conjunto das experiências curriculares, à formação integral.

Fonte: Disponível em <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos/%7BC6B9C92D-C712-4849-A0E3-FC2AFEEC7828%7D_livro%20glossario%20eetr.pdf>. Acesso em 17 out. 2013.

Historiografia

Histotécnico

Hospital

Segundo o Manual Brasileiro de Acreditação Hospitalar; “Todo estabelecimento dedicado à assistência médica, de caráter estatal ou privado, de alta ou baixa complexidade, com ou sem fins lucrativos”.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Humanização

A humanização é entendida como valor, na medida em que resgata o respeito à vida humana. Abrange circunstâncias sociais, éticas, educacionais e psíquicas presentes em todo relacionamento humano. Esse valor é definido em função de seu caráter complementar aos aspectos técnicos.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Humanização da assistência

Responsabilização mútua entre os serviços de saúde e a comunidade e estreitamento do vínculo entre as equipes de profissionais e a população.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Humanização da assistência hospitalar

USE Humanização da assistência

Ideologia

Ideologia no pensamento Marxista (materialismo dialético) é um conjunto de proposições elaborado, na sociedade burguesa, com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante com o interesse *coletivo*, construindo uma hegemonia daquela classe. A manutenção da ordem social requer dessa maneira menor uso da violência através de força explícita. Assim a ideologia torna-se um dos instrumentos da reprodução do *status quo* e da própria sociedade. O objetivo da ideologia é o consentimento ativo dos membros da sociedade burguesa à manutenção do *status quo*, da ordem social estabelecida. A manutenção da ordem social requer dessa maneira menor uso da violência através de força explícita.

Fonte: Fonseca, N. Verbetes de economia política e urbanismo. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/docentes/deprojeto/c_deak/CD/4verb/index.html>. Acesso em 17 out. 2013.

Imperialismo

Incidência

É um indicador que mede o adoecimento – a morbidade, - expresso pelo número de novos casos de uma doença que ocorrem em uma certa população, em um dado período de tempo.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Indicadores de qualidade

Indicadores de saúde

Formas numéricas ou não, utilizadas para se mensurar as atividades realizadas ou o grau de risco de um evento ou agravo à saúde e que permitem um conhecimento aproximado da realidade.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Indicadores de Saúde

São parâmetros utilizados internacionalmente com o objetivo de avaliar, sob o ponto de vista sanitário, a saúde de populações humanas. São muito utilizados no planejamento em saúde, permitindo o acompanhamento e comparação de tendências e séries históricas do padrão sanitário de diferentes coletividades.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Inep

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

Autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que tem a função de organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais, com o objetivo de subsidiar ações do poder público (governos federal, estadual e municipal) na área da educação.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. " INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais)" (verbete). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013.

Informação

Informação é uma entidade tangível ou intangível que serve para reduzir a incerteza acerca de algum estado ou evento. Informação provém de dados processados e expostos de forma a apresentar um significado. A utilização da informação tem caráter exponencial, sua disponibilidade e prática provocam mais necessidade e geração de novas informações e formas de utilizá-las. Conotação de dados agrupados ou processados de forma a possuir significado através de interpretação.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Informação em saúde

O termo informação, segundo o dicionário Houaiss, tem, entre outras acepções, as seguintes: a) comunicação ou recepção de um conhecimento ou juízo; b) o conhecimento obtido por meio de investigação ou instrução; esclarecimento, explicação, indicação, comunicação, informe; c) acontecimento ou fato de interesse geral tornado do conhecimento público ao ser divulgado pelos meios de comunicação; notícia; d) conjunto de atividades que têm por objetivo a coleta, o tratamento e a difusão de notícias junto ao público; e e) conjunto de conhecimentos reunidos sobre determinado assunto. Além dessas, na rubrica informática, encontramos: mensagem suscetível de ser tratada pelos meios informáticos; conteúdo dessa mensagem; interpretação ou significado dos dados; e, ainda, produto do processamento de dados. No que se refere à etimologia, o termo informação origina-se do latim *informatiō*, *ōnis* que significa "ação de formar, de fazer, fabricação; esboço, desenho, plano; idéia, concepção; formação, forma" (Houaiss, 2008, grifos nossos). Portanto, é intrínseco à informação o potencial de fabricação, desenho (projeto) ou concepção de algo. Sobre esse aspecto, serão tecidas adiante algumas considerações.

Para refletir sobre a expressão Informação em Saúde podemos nos remeter à necessidade existente, desde a antiguidade, do ser humano comunicar algo a alguém (ou a alguma coletividade) sobre sua própria saúde ou sobre a saúde de alguém (ou de algum grupo de pessoas) a ele relacionado. Ou seja, preliminarmente, a Informação em Saúde pode ser pensada como um compósito de transmissão e/ou recepção de eventos relacionados ao cuidado em saúde.

Assim sendo, podemos inferir que não é tarefa fácil demarcar o início do uso dessa terminologia no campo da saúde. Mas, certamente, é a partir do século XIX, período que marca o recrudescimento dos estudos em epidemiologia, que a necessidade de comunicar questões relacionadas à saúde das populações se torna a grande alavanca para a disseminação das Informações em Saúde. Quase que concomitantemente, a estatística do final desse século XIX e início do século XX, inspiradora de estudiosos como Benthán, Price, Laplace, Galton (Rosen, 1994) pode ser vista, também, como um ponto de partida importante para a

geração de Informações em Saúde de forma agregada e preditiva. Daí, pode-se partir, sem muito pecado, para as primeiras peças da Informação em Saúde, compostas pelas Estatísticas Vitais, pelas Tábuas de Sobrevida, enfim, por instrumentos de predição e inferência de estados de saúde a partir do status atual de um grupo de pessoas em determinado contexto de saúde.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Iniciação científica

Espécie de programa de estudo e pesquisa financiado por uma instituição ou pelas agências governamentais (Capes, CNPq, Fapesp etc.), destinado a um grupo selecionado de alunos do curso de graduação de nível superior, para o desenvolvimento de atividades acadêmicas sob orientação de um professor qualificado. O objetivo da iniciação científica é despertar a vocação científica e incentivar novos talentos potenciais entre estudantes, preparando-os para o ingresso na pós-graduação. Dessa forma, contribui-se também para reduzir o tempo médio de titulação de mestres e doutores. As agências governamentais que financiam bolsas de iniciação científica exigem dedicação exclusiva ao projeto e ao curso. Os processos de seleção dos bolsistas são realizados por edital. Contudo, para ser indicado, é necessário ter um orientador na área de interesse, que tenha título mínimo de mestre ou doutor e que esteja cadastrado ou queira atuar como pesquisador da instituição de ensino.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Iniciação científica" (verbeta). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>>. Acesso em 16 out. 2013

Inovação tecnológica

Inovação tecnológica é toda a novidade implantada pelo o setor produtivo, por meio de pesquisas ou investimentos, que aumenta a eficiência do processo produtivo ou que implica em um novo ou aprimorado produto. De acordo com o manual de Oslo, elaborado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Disponível em <<http://www.mc.gov.br/acoes-e-programas/inovacao-tecnologica>>. Acesso em 17 out. 2013.

Inspecções

São procedimentos para averiguar que um equipamento tenha a segurança apropriada em seu período de vida economicamente útil, de forma a apresentar sua plena performance e desempenho. Devem ser também incluídos os desempenhos exigidos por normas, licenciamento do ministério da saúde, desempenho apresentado pelo fabricante em seus manuais e a operacionalidade esperada pelo corpo clínico do hospital. Basicamente as inspecções consistem no exame das características de performance de maior relevância avaliando se o dispositivo responde a seus propósitos e opera segundo especificações do fabricante.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Integralidade

1. A noção de integralidade diz respeito às ações possíveis para a promoção da saúde, prevenção de riscos e agravos e assistência a doentes, implicando sistematização do conjunto de práticas que vêm sendo desenvolvidas para o enfrentamento dos problemas e o atendimento das necessidades de saúde dos diversos grupos da população.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

2. Um dos princípios do SUS que garante ao cidadão o direito de ser atendido desde a prevenção de doenças até o mais difícil tratamento de uma patologia, não excluindo nenhuma doença.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Integralidade em saúde

A 'integralidade' é um dos princípios doutrinários da política do Estado brasileiro para a saúde – o Sistema Único de Saúde (SUS) –, que se destina a conjugar as ações direcionadas à materialização da saúde como direito e como serviço. Suas origens remontam à própria história do Movimento de Reforma Sanitária brasileira, que, durante as décadas de 1970 e 1980, abarcou diferentes movimentos de luta por melhores condições de vida, de trabalho na saúde e pela formulação de políticas específicas de atenção aos usuários.

Mattos (2005a) sistematizou três conjuntos de sentidos sobre a 'integralidade' que têm por base a gênese desses movimentos, quais sejam: a 'integralidade' como traço da boa medicina, a 'integralidade' como modo de organizar as práticas e a 'integralidade' como respostas governamentais a problemas específicos de saúde.

No primeiro conjunto de sentidos, a 'integralidade', um valor a ser sustentado, um traço de uma boa medicina, consistiria em uma resposta ao sofrimento do paciente que procura o serviço de saúde e em um cuidado para que essa resposta não seja a redução ao aparelho ou sistema biológico deste, pois tal redução cria silenciamentos. A 'integralidade' está presente no encontro, na conversa em que a atitude do médico busca prudentemente reconhecer, para além das demandas explícitas, as necessidades dos cidadãos no que diz respeito à sua saúde. A 'integralidade' está presente também na preocupação desse profissional com o uso das técnicas de prevenção, tentando não expandir o consumo de bens e serviços de saúde, nem dirigir a regulação dos corpos.

No segundo conjunto de sentidos, a 'integralidade', como modo de organizar as práticas, exigiria uma certa 'horizontalização' dos programas anteriormente verticais, desenhados pelo Ministério da Saúde, superando a fragmentação das atividades no interior das unidades de saúde. A necessidade de articulação entre uma demanda programada e uma demanda espontânea aproveita as oportunidades geradas por esta para a aplicação de protocolos de diagnóstico e identificação de situações de risco para a saúde, assim como o desenvolvimento de conjuntos de atividades coletivas junto à comunidade.

Por último, há o conjunto de sentidos sobre a 'integralidade' e as políticas especialmente desenhadas para dar respostas a um determinado problema de saúde ou aos problemas de saúde que afligem certo grupo populacional.

Com a institucionalização do SUS, mediante a lei 8.080-90, deflagrou-se um processo marcado por mudanças jurídicas, legais e institucionais nunca antes observadas na história das políticas de saúde do Brasil. Com a descentralização, novos atores incorporaram-se ao cenário nacional, e esse fato, junto à universalidade do acesso aos serviços de saúde, possibilitou o aparecimento de ricas e diferentes experiências locais centradas na 'integralidade'.

A 'integralidade' como definição legal e institucional é concebida como um conjunto articulado de ações e serviços de saúde, preventivos e curativos, individuais e coletivos, em cada caso, nos níveis de complexidade do sistema. Ao ser constituída como ato em saúde nas vivências cotidianas dos sujeitos nos serviços de saúde, tem germinado experiências que produzem transformações na vida das pessoas, cujas práticas eficazes de cuidado em saúde superam os modelos idealizados para sua realização.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Interatividade

Interdisciplinaridade

Perspectiva de articulação interativa entre as diversas disciplinas no sentido de enriquecê-las através de relações dialógicas entre os métodos e conteúdos que as constituem. A interdisciplinaridade parte da idéia de que a especialização sem limites das disciplinas científicas culminou numa fragmentação crescente do conhecimento. Dessa forma, pela interdisciplinaridade há um movimento constante que inclui a integração entre as disciplinas, mas a ultrapassa - o grupo é mais que a simples soma de seus membros. Supõe troca de experiências e reciprocidade entre disciplinas e áreas do conhecimento. A interdisciplinaridade é uma orientação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) para o ensino médio, por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), cujo objetivo é fazer da sala de aula mais do que um espaço para simplesmente absorver e decorar informações. Segundo a orientação do Ministério da Educação (MEC), a interdisciplinaridade não pretende acabar com as disciplinas, mas utilizar os conhecimentos de várias delas na compreensão de um problema, na busca de soluções, ou para entender um fenômeno sob vários pontos de vista. A interdisciplinaridade é, portanto, um instrumento que na proposta de reforma curricular do ensino médio aponta para estabelecer - na prática escolar - interconexões e passagens entre os conhecimentos através de relações de complementaridade, convergência ou divergência (Diretrizes Curriculares Nacionais par o Ensino Médio). A interdisciplinaridade abre as portas para a contextualização, ou seja, ao pensar um problema sob vários pontos de vista, a escola libera professores e alunos para que selecionem conteúdos que tenham relação com as questões ligadas às suas vidas e à vida das suas comunidades. Com essa proposta, para que haja aprendizagem significativa, o aluno tem que se identificar com o que lhe é proposto e, com isso, poder intervir na realidade.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Interdisciplinaridade" (verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>. Acesso em 16 out. 2013.

Intersetorialidade

Desenvolvimento de ações integradas entre os serviços de saúde e outros órgãos públicos, com a finalidade de articular políticas e programas de interesse para a saúde, cuja execução, envolva áreas não comprometidas no âmbito do Sistema Único de Saúde, potencializando, assim, os recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos disponíveis, e evitando duplicidade de meios para fins idênticos.

Fonte: Glossário do Ministério da Saúde: Projeto de Terminologia em Saúde, 2004.

Itinerários terapêuticos

Os Itinerários terapêuticos podem ser compreendidos como a construção de percursos na busca por cuidados de saúde realizada pelos usuários dos serviços de saúde. A eles estão associadas muitas das dificuldades e limitações no acesso encontradas pelos indivíduos.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Judicialização da Saúde

A Judicialização diz respeito ao fato de que cada vez mais o Poder Judiciário cria, altera e influencia o desenvolvimento de novas leis. No caso da saúde, está relacionada à reivindicação cada vez mais frequente pelos cidadãos de seus direitos através do Poder Judiciário. Desta forma, uma garantia que deveria ser dada pelo Poder Executivo passa a ser defendida pelo Poder Judiciário. Por isso, também é comum a utilização da expressão “expansão do Poder Judiciário”, na medida em que este vem atuando em áreas que tradicionalmente são de responsabilidade do Executivo ou do Legislativo.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Laboratórios

É o local destinado à análise de drogas, exames, medicamentos e correlatos. Pode ser usado para indicar um local onde se desenvolve as práticas educativas.

Larga escala

USE Projeto Larga Escala

LDB

Lei de Diretrizes e Bases

Lei de diretrizes e bases da educação nacional

USE LDB

Licenciatura

Curso que tem por objetivo formar professores para o ensino nos níveis fundamentais e médio. As licenciaturas surgiram nos anos 30, principalmente em função da preocupação que se tinha em regulamentar o preparo de docentes para a escola secundária. Elas nasceram seguindo a fórmula em que as disciplinas de natureza pedagógica, cuja duração prevista era de um ano, estavam justapostas às disciplinas de conteúdo, com duração de três anos. Como a nova ordem político-econômica dessa época determinou o crescimento da demanda social da educação e a expansão do ensino fundamental e médio no Brasil, a licenciatura tornou-se uma solução para a falta de professores habilitados para o exercício do magistério secundário. Somente em 1961 a licenciatura passa a ser tratada por legislação específica, quando o Conselho Federal da Educação (CFE) é instituído pela referida lei e encarrega-se de estabelecer os currículos mínimos dos cursos de Licenciatura. A Reforma Universitária de 71, com a proposta de elevação progressiva do nível de formação dos professores, introduziram profundas alterações nos esquemas então vigentes. As licenciaturas foram separadas das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, onde eram lecionadas, e incorporadas às Faculdades de Educação. Além disso, para atender a uma nova demanda de professores, foram criadas as licenciaturas curtas (para atuar no primeiro grau) e as licenciaturas plenas (para atuar no primeiro e segundo grau), divisões extintas em 1986. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, diversos outros decretos e resoluções passaram a tratar da formação dos professores. O primeiro ponto a se ressaltar na lei é o fato de que ficaram suprimidas as licenciaturas curtas. Formar professores para a educação básica ocorre exclusivamente através de licenciaturas plenas e cursos normais de nível médio. Para o Magistério na Educação Infantil e nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental é admitida a formação em nível médio, na modalidade Normal. O parágrafo que diz que "até o fim da Década

da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior" é uma disposição transitória, ou seja, deve ser entendida como uma meta a ser atingida pelos sistemas de ensino. Um decreto complementar à LDB estabelece que as licenciaturas devem ter uma base comum e um currículo norteado por competências e fundamentado na associação entre teoria e prática. As faculdades precisariam, para isso, criar vínculos com os sistemas de ensino, participando do dia-a-dia das escolas e usando-as como objeto de estudo.

Fonte: MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Licenciatura" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002, <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=115>, visitado em 16/10/2013.

Livro didático

É um material pedagógico considerado o mais tradicional e certamente o mais utilizado nas escolas. Em função de sua importância, em 1985 criou-se o PNLD (Programa Nacional do Livro Didático), que consiste na distribuição gratuita de livros didáticos para os alunos das escolas públicas de ensino fundamental de todo o país. O mesmo programa também criou o "Guia de Livros Didáticos". O Banco Mundial situa o livro em quarto lugar de importância na aprendizagem dos alunos. Já a Unesco considera o livro como o "suporte mais fácil de manejar e mais econômico". No Brasil, a política educacional considera o livro didático como "um dos principais insumos da instituição escolar". A escolha do livro didático representa uma autonomia para o trabalho do professor. No entanto, críticos no assunto argumentam que de nada adianta ter a liberdade de escolha se não se sabe como escolher. Daí a discussão e importância de se preparar o educador para essa escolha.

Fonte: MENEZES, Ebenezer TAKUNO de; SANTOS, Thais Helena dos. "Livro didático" (verbetes). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira*, EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/>. Acesso em 16 out. 2013.

Mal-estar docente

O mal-estar docente é um sintoma que acomete uma grande parcela dos professores, e tem a ver com certo desconforto que estes experimentam no exercício diário de seu trabalho dentro da escola, fazendo com que criem mecanismos de fuga, como ausência ao trabalho. De certo modo, o mal-estar é um mal invisível, pois não aparece à primeira vista, mas, quando se externaliza, traz consigo muitos danos, não apenas à saúde dos docentes, mas a todo o conjunto da instituição da qual ele faz parte. (REIS, 2009. p.126).

REIS, Maria Izabel Alves dos. *Gestão, trabalho e adoecimento docente: caminhos e descaminhos na fundação escola bosque*. 2009. 209f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2009.

Manual

UP Manuais

Livro que contenha noções acerca de uma técnica.

Manutenção

Segundo a A.F.N.O.R. (NF X 60 – 010); "Conjunto de ações que permitam manter ou restabelecer um bem dentro de um estado específico ou na medida para assegurar um serviço determinado". Segundo a ABNT NBR 5462-1994; "Combinação de todas as ações técnicas e administrativas, incluindo as de supervisão, destinadas a manter ou recolocar um item em um estado no qual possa desempenhar uma função requerida. A manutenção pode incluir uma modificação de um item".

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Manutenção de equipamento

Manutenção hospitalar

Manutenção Preventiva

Procedimentos Periódicos que objetivam minimizar o risco de falha do equipamento e também para assegurar a continuidade de operação. Esses procedimentos incluem a lubrificação, limpeza, ajustamento, e reposição de partes e peças, mas excluem a conservação operacional normalmente levada a cabo pelo usuário.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Marxismo

Usar quando o assunto for especificamente sobre a doutrina filosófica fundada no materialismo dialético criada por Karl Marx e Friedrich Engels.

Material de ensino

USE Material didático

Material didático

Material utilizado em sala de aula e que contribui para o processo de ensino-aprendizagem.

Material educativo

USE Material didático

Materialismo

Usar quando o assunto for especificamente sobre a doutrina que explica a origem de todas as coisas e de todos os fenômenos (inclusive os processos mentais e sociais) na matéria inorgânica.

Medicamentos

Medicina homeopática

Meio ambiente e educação

USE Educação ambiental

Educação para preservação e desenvolvimento do meio ambiente. (INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>. Acesso em 15 out. 2013.)

Mercado de trabalho

Metodologia da pesquisa

Microbiologia

Modelos Assistenciais

Combinações Tecnológicas estruturadas em função de problemas de saúde (danos e riscos) que compõem o perfil epidemiológico de uma dada população e que expressam necessidades sociais de saúde, historicamente definidas.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Modificação de Melhoramento “Up Grade”

Reposição ou substituição, modificação, remontagem, adaptação ou adição de componentes, partes, peças ou subsistemas em um equipamento objetivando a melhora da segurança, confiança, ou performance, como a recomendada pelo fabricante. Essas modificações podem ser obrigatórias por mudança de normas ou segurança ou apenas apresentadas pelo fabricante como ação modernizadora. São executadas para suprir uma necessidade especial do hospital, e a autorização para sua execução deverá ser uma responsabilidade compartilhada do departamento de engenharia do clinica, administração de hospital e pessoal do corpo clínico. Em qualquer tempo, tais modificações especiais poderão ser contempladas, sempre considerando que a técnica for possível e seus efeitos clínicos acompanhados e esperados de acordo com os estudos realizados, assim como riscos de responsabilidade.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Movimento dos trabalhadores rurais

USE Movimentos dos trabalhadores rurais sem terra

Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

UP Movimento dos trabalhadores rurais

UP MST

UP Movimento dos trabalhadores sem terra

Movimento dos trabalhadores sem terra

USE Movimentos dos trabalhadores rurais sem terra

Movimento social

USE Movimentos sociais

Movimentos sociais

Utilize quando o assunto for movimento reivindicatório em geral com participação da sociedade.

Movimentos sociais e educação

Utilize quando o assunto for movimento reivindicatório em educação com participação da sociedade.

MST

USE Movimento dos trabalhadores rurais sem terra

Necessidades Sociais de Saúde

As necessidades sociais de saúde, são definidas em função das concepções vigentes acerca do processo saúde-doença, sejam “científicas” ou derivadas do “sendo comum”, bem como em função das aspirações e valores existentes em cada sociedade. Podem corresponder, portanto, a carências reais (materiais) ou simbólicas (desejos, fantasias).

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Neoliberalismo e saúde

O pensamento liberal do final do século XX, comumente denominado de ‘neoliberalismo’, reapareceu logo após a Segunda Guerra Mundial, em contraposição às políticas keynesianas e sociais-democratas, que estavam sendo implementadas nos países centrais.

(...) Contudo, foi a crise global, iniciada com a crise do petróleo, em 1973, e a onda inflacionária que se seguiu na década de 1980, levando ao declínio do Estado de Bem-Estar Social, associado ao colapso do socialismo real, simbolizado pela queda do muro de Berlim em 1989, que permitiu uma ampla ofensiva do pensamento liberal, traduzido no projeto neoliberal deste final de século.

O neoliberalismo consiste em uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista, opondo-se fortemente a qualquer forma de planejamento da economia. Condena toda ação do Estado que limite os mecanismos de mercado, denunciando-as como ameaças à liberdade, não somente econômica, mas também política.

(...) No campo da saúde, no Brasil, a assimilação dos pressupostos neoliberais, a partir do início da década de 1990, momento em que também se iniciava o processo de implementação do Sistema Único de Saúde (SUS), resultou num quadro que pode ser caracterizado da seguinte forma: ampliação do acesso aos serviços de atenção básica; mercantilização dos serviços de nível secundário e terciário (cerca de 70% da oferta estão na iniciativa privada); grande precarização dos vínculos de trabalho no setor público; terceirização de grande parte dos serviços assistenciais e terapêuticos; conformação de um sistema de saúde complementar, regulamentado; e institucionalização da participação, por meio dos conselhos e conferências de saúde nas três esferas de governo.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Objetos geográficos

Para o geógrafo Milton Santos, os objetos são tudo que existe na superfície da Terra, toda herança da história natural e todo resultado da produção humana que se concretizou. São objetos móveis e imóveis, tal uma cidade, uma barragem, um porto, um prédio, uma floresta, uma plantação, um lago, ou uma montanha. Aquilo que se cria fora do homem e se torna instrumento material de sua vida. O espaço geográfico supõe todos os objetos existentes numa extensão contínua, todos sem exceção. O uso deles pelas pessoas possibilita e potencializa as ações humanas e podem produzir ou ampliar, em decorrência de sua utilização e qualidade, problemas para a saúde humana.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Ocupação

Usar no caso de estudos sobre ofício com ou sem remuneração, realizado por um tempo determinado.

Ontologia

Parte da filosofia que trata do ser enquanto ser, i. e., do ser concebido como tendo uma natureza comum que é inerente a todos e a cada um dos seres. (Retirado do Dicionário Eletrônico Aurélio)

Organização não-governamental

1. Qualquer organização que não integra o Estado nem está diretamente ligada ao Governo, e cujas atividades, de natureza não-empresarial, estão voltadas para a esfera pública, esp. a prestação de serviços considerados relevantes para o desenvolvimento social [sigla: ONG]. 2. Designação genérica das entidades jurídicas de caráter privado, sem fins lucrativos, e voltadas para questões tais como movimentos populares, ecologia, políticas de saúde, direitos humanos, população de rua, minorias, etc.; seu propósito básico é, ger., o exercício da cidadania e da autonomia dos grupos que compõem a sociedade. (Retirado do Dicionário Eletrônico Aurélio)

Parâmetros curriculares

Descrevem o que deve ser ensinado para que os alunos adquiram determinadas competências. INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>. Acesso em 15 out. 2013.

Parâmetros curriculares nacionais

"Estabelecem a carga horária mínima, os conteúdos curriculares mínimos, as habilitações e competências básicas e o tratamento de temas transversais necessários para a formação integral do aluno." (Cf. FONTES em educação: guia para jornalistas. Brasília: Fórum Mídia & Educação, 2001).

INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>. Acesso em 15 out. 2013.

Participação da comunidade

O princípio da participação da comunidade se expressa pela existência de Conselhos de Saúde e pela realização de Conferências de Saúde, ambos presentes nos três níveis de governo. Os Conselhos são compostos por metade de representantes de usuários e o restante de representantes da gestão, trabalhadores da saúde e prestadores privados. Eles têm como objetivo influir na formulação de políticas em suas áreas de atuação, bem como exercer o controle social sobre a execução, acompanhamento e avaliação das ações e políticas de saúde, inclusive de suas dimensões financeiras e administrativas. As Conferências devem se reunir em cada nível de governo a cada quatro anos com a representação dos diversos segmentos sociais. Elas têm o objetivo de avaliar a situação de saúde e propor as diretrizes para formulação de políticas.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Participação Social

Envolvimento ativo da população organizada no processo de decisão e de controle social sobre as políticas e o sistema de saúde. A participação social em saúde no SUS é garantida mediante a atuação dos Conselhos de saúde em todos os níveis – nacional, estadual, municipal- bem como através das Conferências de Saúde, realizadas periodicamente.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Participação social

Conceito genérico usado na Sociologia com o sentido de: a) integração, para indicar a natureza e o grau da incorporação do indivíduo ao grupo, e b) norma ou valor pelo qual se avaliam tipos de organização de natureza social, econômica, política, etc. (Rios, 1987).

O primeiro é o sentido amplo do termo e assinala a importância da adesão dos indivíduos na organização da sociedade. Do ponto de vista sociológico, participação é um conceito relacional e polissêmico, pois remete tanto à coesão social como à mudança social. A participação implica comportamentos e atitudes passivos e ativos, estimulados ou não. Na medida em que a ação mobiliza o sujeito do ponto de vista emocional, intuitivo e racional, a participação pode ser entendida como um princípio diretor do conhecimento, variável segundo os tipos de sociedade em cada época histórica.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Parto prolongado

Pedagogia

" Conjunto de princípios e métodos que visam tornar a ação educativa eficiente e eficaz. Objetiva o educando. - Teoria e ciência da educação e do ensino. Conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação. Estudo dos ideais da educação e do desenvolvimento da criança e dos meios mais eficientes de educá-la em função dos fins estabelecidos em cada sociedade (DUARTE, S.G. DBE, 1986)."

INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>>.

Acesso em 15 out. 2013.

Pedagogia crítica

USE Pedagogia histórico-crítica

Pedagogia da alternância

A Pedagogia da Alternância consiste numa metodologia de organização do ensino escolar que conjuga diferentes experiências formativas distribuídas ao longo de tempos e espaços distintos, tendo como finalidade uma formação profissional. Esse método começou a tomar forma em 1935 a partir das insatisfações de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional de seu país, o qual não atendia, a seu ver, as especificidades da Educação para o meio rural. A experiência brasileira com a Pedagogia da Alternância começou em 1969 no estado do Espírito Santo, onde foram construídas as três primeiras Escolas Famílias Agrícolas.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022008000200002>. Acesso em 15 out. 2013.

Pedagogia da autonomia

Pedagogia da autonomia é um conceito criado pelo educador e filósofo Paulo Freire. A respeito da obra com o mesmo nome, recortamos do artigo a seguir a definição do conceito:

(...) compreendemos que autonomia corresponde à capacidade do sujeito de tomar decisões, de ser responsável pelos seus atos, de saber-se no mundo de maneira crítica, de ter dignidade. Para ele, a autonomia se desenvolve por meio da educação.

O educador que se propõe a trabalhar na perspectiva realmente progressista está se dispondo a reconhecer-se como parceiro de seu aluno e a promover desenvolvimento. Ele se submete a tudo aquilo que envolve o processo de ensinar, assim como apontado por Freire (1996), e que ao final resultará em uma formação, dele e de seu aluno, libertária e autônoma.

Nesse sentido, compreendemos que, ao exercer uma prática crítica, consciente, respeitando as diferenças, a autonomia, estimulando a curiosidade, relacionando teoria e prática, exercendo a pesquisa, agindo com humildade e tolerância, sabendo-se inacabado, respeitando os saberes e a identidade cultural de cada um, com coerência, escutando e dialogando com os educandos, libertária e autonomamente, etc., o educador possibilitará uma formação que promoverá o desenvolvimento dessas mesmas dimensões.

Na medida em que necessita estar atento ao que acontece com seus alunos, ser crítico para formar críticos, ser livre para promover libertação, ser consciente para superar a alienação, acreditar na mudança para promover transformações, refletir sobre sua prática à luz de uma teoria, não desprezar os saberes e a cultura de cada um, respeitar para ser respeitado, e o aspecto que mais nos interessa nesse trabalho, ser autônomo para formar para a autonomia, caminhando para o processo natural de humanização (FREIRE, 1996, 1999, 2005).

PETRONIA, Ana Paula; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Vigotski e Paulo Freire: contribuições para a autonomia do professor. Disponível em: <www2.pucpr.br/reol/index.php/DIALOGO?dd1=2744&dd9>. Acesso em 15 out. 2013.

Pedagogia da politécnica

USE Educação politécnica

Pedagogia da terra

Usar quando se referir aos cursos.

Pedagogia da terra é a denominação de cursos, conforme referência a seguir: "(...) Os cursos de Pedagogia da Terra representam um programa específico das lutas dos movimentos sociais pela Reforma Agrária".

(Retirado do Dicionário da Educação do Campo. Disponível para download em <www.epsvj.fiocruz.br>.)

Pedagogia das competências

UP Currículo por competência

Uma das definições comumente usadas considera a 'competência' como o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam o sujeito para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne a um ofício, supondo conhecimentos teóricos fundamentados, acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões sugeridas (Tanguy & Ropé, 1997).
(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Pedagogia das competências

A noção de competências é de tal forma polissêmica que poderíamos arrolar aqui um conjunto de definições a ela conferida. Uma das definições comumente usadas considera a 'competência' como o conjunto de conhecimentos, qualidades, capacidades e aptidões que habilitam o sujeito para a discussão, a consulta, a decisão de tudo o que concerne a um ofício, supondo conhecimentos teóricos fundamentados, acompanhados das qualidades e da capacidade que permitem executar as decisões sugeridas (Tanguy & Ropé, 1997).

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Pedagogia de problemas

A ideia da utilização pedagógica de problemas sobre algum assunto a ser resolvido pelos aprendizes não é nova.

(...) É importante que se faça uma distinção entre uma 'pedagogia de problemas' e a adoção da 'técnica de problemas' no ensino. Uma 'pedagogia de problemas' implicaria, stricto sensu, a construção de um currículo baseado em problemas, ou seja, toda uma proposta de trajetória formativa centrada na resolução de problemas. Essa abordagem seria então o eixo norteador da organização dos tempos e espaços escolares, das disciplinas e das relações sociais no processo educativo. Tal abordagem implica uma organização multidisciplinar do currículo, confrontando os estudantes com situações-problema como as que encontrarão na 'vida real'.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Pedagogia empresarial

"O conceito de Pedagogia Empresarial envolve conceitos como competências e seu desenvolvimento, trabalho como processo de educação e de construção de conhecimentos, socialização e trabalho... Baseia-se no aprender a aprender para a criação de competências e de conhecimentos. Auxilia na escolha da profissão, na redefinição da vida profissional, na formação de grupos auto-gerenciáveis de trabalho, na formação continuada, na avaliação de desempenho..."

Fonte: INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>>. Acesso em 15 out. 2013.)

Pedagogia histórico-crítica

A necessidade de articular teoria e prática levou Saviani a buscar alternativas, traduzidas ou expressas na concepção que ele denominou de Pedagogia Histórico-Crítica. A Pedagogia Histórico-Crítica foi sendo tecida, segundo Libâneo (1991, p.31), "na linha das sugestões das teorias marxistas que não se satisfazendo com as teorias crítico-reprodutivistas postulam a possibilidade de uma teoria crítica da educação que capte criticamente a escola como instrumento coadjuvante no projeto de transformação social". A base da formulação da Pedagogia Histórico-Crítica é a tentativa de superar tanto os limites das pedagogias não críticas como também os das teorias crítico-reprodutivistas e o empenho em analisar e compreender a questão educacional a partir do desenvolvimento histórico-objetivo. Tem, portanto, sua concepção pressuposta no materialismo histórico. De acordo com Saviani (1991, p. 75) a pedagogia histórico-crítica "procurava reter o caráter crítico de articulação com as condicionantes sociais que a visão reprodutivista possui, vinculado, porém à dimensão histórica que o reprodutivismo perde de vista". (RIBEIRO, Maria de Lourdes; RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **Dermeval Saviani**: notas para uma releitura histórico-crítica.

Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/Pedagogia2/apedhistcritica.pdf>. Acesso em 16 out.2013.

Pedagogia social

"Pedagogia social, em oposição a pedagogia individual, tem dois conceitos-chaves, próprios da natureza do homem: o conceito de comunidade, pelo qual toda atividade educativa se realiza sobre a base da comunidade, e o conceito de que o homem chega a ser homem só através da comunidade humana... família, escola, sociedade." (CARO, Sueli M. Pessagno. *Educador social: proposta de formação e descrição do perfil psicológico*. 2003. Tese (Doutorado em Psicologia) e Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCAMP), Campinas, SP, 2003.p. 46...).

INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>. Acesso em 15 out. 2013.

Pensamento educacional brasileiro

Usar quando o assunto central do texto for o pensamento educacional brasileiro ou para artigos de autores e filósofos da educação identificada com os princípios teóricos que serviram de base para os estudos que buscaram compreender, sob diferentes aspectos, a relação entre trabalho e educação.

Pesquisa avaliativa

Pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico

Pesquisa da educação

UP Pesquisa educacional

Pesquisa de campo

Pesquisa de laboratório

Pesquisa e educação

Use Pesquisa da educação

Pesquisa e informação

Pesquisa educacional

Use Pesquisa da educação

Pesquisa em saúde

Pesquisa etnográfica

Pesquisa exploratória

Pesquisa-ação

Planejamento

Planejamento de saúde

O Planejamento de Saúde surge na América Latina na década de 1960, sob a influência da teoria desenvolvimentista da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). esse último organismo internacional prega a partir de 1950 uma política de substituição de importações para os países da área, como condição para a superação do diagnóstico da deterioração dos termos de troca entre países centrais e periféricos e para o logro do desenvolvimento. Nesse contexto, ao planejamento é atribuído o papel de elemento de racionalização da política substitutiva a ser operada pelo Estado. O desenvolvimento é visto inicialmente como expansão do crescimento econômico, mas a partir de 1960, ao mero crescimento é acrescentado o objetivo da redistribuição por meio do desenho racional e da implementação de políticas sociais. Desse modo, o desenvolvimento integrado é o cenário discursivo em que aparece o Planejamento de Saúde, representado por um esforço metodológico desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento (CENDES), órgão criado na Venezuela (junto à Universidade Central) e apoiado pela Organização Panamericana da Saúde (OPAS). (Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Planejamento do currículo

Planejamento e a Programação Local em Saúde (PPLS)

É considerado um instrumento importante para organizar as ações de Vigilância em Saúde no nível local do SUS, por se tratar de uma proposta metodológica que permite a negociação entre os diversos participantes interessados, com capacidade de agir em uma determinada situação de saúde sobre os problemas e ações de promoção, prevenção e recuperação dirigidas para a sua redução ou controle.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Plano de carreira

Plano de curso

Plano estadual de qualificação

Plano nacional de educação profissional

UP PNQP

Plano nacional de qualificação

Plano nacional de qualificação do trabalhador

UP Planfor

Política

Política da educação

Política da educação profissional

Política de educação

USE Políticas públicas em educação

UP Políticas públicas de educação

UP Política educacional

UP Política governamental

UP Política nacional de educação

Política de recursos humanos

Política educacional

USE Políticas públicas em educação

UP Política de educação

UP Política educacional

UP Política governamental

UP Política nacional de educação

Política educacional neoliberal

Política governamental

USE Políticas públicas em educação

UP Políticas públicas de educação

UP Política de educação

UP Política educacional

UP Política governamental

UP Política nacional de educação

Política nacional da biodiversidade

Política nacional da educação

USE Políticas públicas em educação
UP Políticas públicas de educação
UP Política de Educação
UP Política educacional
UP Política governamental
UP Política nacional de educação

Política nacional de assistência farmacêutica**Política nacional de Biossegurança****Política nacional de educação**

USE Políticas públicas em educação
UP Políticas públicas de educação
UP Política educacional
UP Política governamental
UP Política nacional de educação

Política nacional de recursos hídricos**Política nacional de segurança química****Política nacional de vigilância sanitária****Política nacional do idoso****Política pública****Política social**

Use Políticas sociais

Políticas da educação profissional**Políticas de currículo****Políticas de educação****Políticas de educação profissional****Políticas de formação****Políticas de saúde****Políticas indigenistas****Políticas públicas de educação**

USE Políticas públicas em educação
UP Políticas públicas de educação
UP Política educacional
UP Política governamental
UP Política nacional de educação

Políticas públicas de educação em saúde**Políticas públicas de trabalho e renda**

Políticas públicas em educação

UP Políticas públicas de educação

UP Política educacional

UP Política governamental

UP Política nacional de educação

Políticas públicas em educação em saúde

Políticas públicas em saúde

UP Políticas sociais de saúde

Políticas sociais de saúde

USE Políticas públicas em saúde

Poluição

Prática pedagógica

Práticas de ensino

Práticas de Saúde

Respostas sociais aos problemas e necessidades de saúde, voltadas ao controle de determinantes, riscos e danos. O controle de determinantes implica ações intersetoriais de promoção da saúde e a mobilização social em busca da melhoria das condições de vida. O controle de riscos abarca ações de proteção específica contra fatores ambientais e comportamentais, envolvendo ações de vigilância ambiental, sanitária e epidemiológica. O controle de danos corresponde às ações voltadas ao diagnóstico e ao tratamento de doenças, bem como às ações de redução de danos e reabilitação.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Práticas educativas

Precarização

USE Precarização do trabalho

Precarização do trabalho

UP Precarização

O conceito de precarização como vem sendo usado está relacionado à reestruturação produtiva e diz respeito às atuais condições de trabalho, sobretudo nas últimas duas décadas. A precarização do trabalho também está relacionada à intensificação do trabalho, à flexibilização e ao surgimento e/ou aumento de doenças e sofrimento do trabalhador.

Precarização do trabalho em saúde

Este termo tem sido utilizado para designar perdas nos direitos trabalhistas ocorridas no contexto das transformações do mundo do trabalho e de retorno às idéias liberais de defesa do estado mínimo, que vêm surgindo, especialmente, nos países capitalistas desenvolvidos a partir da terceira década do século passado. Em termos genéricos refere-se a um conjunto amplo e variado de mudanças em relação ao mercado de trabalho, condições de trabalho, qualificação dos trabalhadores e direitos trabalhistas, no contexto do processo de ruptura do modelo de desenvolvimento fordista e de emergência de um novo padrão produtivo (Mattoso, 1995).

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Prevalência

É um indicador que mede o adoecimento- a morbidade- e expressa-se através do número total de casos de uma doença (casos velhos e novos), que ocorreram em uma certa população, em um determinado tempo.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Prevenção da gravidez não desejada

Prevenção de doença

Prevenção do câncer do colo do útero

Princípio da integralidade

USE Integralidade em saúde

Problemas de Saúde

Problemas de saúde podem ser definidos como “necessidades não satisfeitas”, carências que geram riscos à saúde, sofrimento, adoecimento ou morte, podendo ou não ser reconhecidos como tal pelas pessoas e pelos diversos grupos sociais de um determinado local.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Processo de ensino-aprendizagem

UP Processo ensino-aprendizagem

"Conjunto de ações e estratégias que o sujeito/educando, considerado individual ou coletivamente, realiza, contando para tal, com a gestão facilitadora e orientadora do professor, para atingir os objetivos propostos pelo plano e formação. Notas: 1. O Processo de ensino-aprendizagem desenvolve-se de maneira presencial, não presencial ou mista, utilizando para esse fim ambientes educacionais como escolas, centros de formação, empresas e comunidades urbanas e rurais. 2. O Processo de ensino-aprendizagem está centrado no educando e dá ênfase tanto ao método quanto ao conteúdo. 3. O Processo de ensino-aprendizagem compreende a organização do ambiente educativo, a motivação dos participantes, a definição do plano de formação, o desenvolvimento das atividades de aprendizagem e a avaliação do processo e do produto. (cf. DB - Mercosul) 4. O Processo de ensino-aprendizagem constitui essencialmente o trabalho escolar, cujo produto são os conhecimentos construídos, os conhecimentos dominados e as habilidades. (cf. CATAPAN, A. Hack. O processo do trabalho escolar, In: Perspectiva, jul/dez, 1996)".

INEP. Thesaurus Brasileiro da Educação. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/pesquisa-thesaurus>. Acesso em 15 out. 2013.

Processo de trabalho em saúde

Pioneiramente, Maria Cecília Ferro Donnangelo (1975, 1976), no final da década de 1960, iniciou estudos sobre a profissão médica, o mercado de trabalho em saúde e a medicina como prática técnica e social. Utilizou como referenciais teóricos estudos sociológicos, o que lhe permitiu construir análises consistentes sobre as relações entre saúde e sociedade e entre profissão médica e práticas sociais no país, rompendo com a visão que o modo de executar a prática médica e as relações entre os indivíduos envolvidos (usuários, médicos e demais profissionais de saúde) seriam independentes da vida social (Mota, Silva & Schraiber, 2004; Schraiber, 1997). Esses estudos tiveram vários desdobramentos, no Brasil e na América Latina, na área médica e nas demais áreas profissionais da saúde, constituindo-se importante referencial para o estudo do campo da saúde, sobretudo em relação a duas grandes temáticas: de um lado, as políticas e estruturação da assistência, que derivou em muitos estudos do sistema de saúde brasileiro, até o atual Sistema Único de Saúde (SUS); de outro, os estudos sobre o mercado, as profissões e as práticas de saúde. Esta segunda linha expandiu-se para a constituição de dois importantes conceitos: força de trabalho em saúde e ‘processo de trabalho em saúde’ (Schraiber, 1997). Ricardo Bruno Mendes Gonçalves, discípulo e colaborador de Donnangelo, foi o autor que formulou o conceito de ‘processo de trabalho em saúde’, a partir da análise do processo de trabalho médico, em particular.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da educação profissional em saúde.)

Processo ensino-aprendizagem

USE Processo de ensino-aprendizagem

Produtos saneantes

PROEJA

UP Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

O PROEJA pretende contribuir para a superação do quadro da educação brasileira explicitado pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-; PNAD divulgados, em 2003, que 68 milhões de Jovens e

Adultos trabalhadores brasileiros com 15 anos e mais não concluíram o ensino fundamental e, apenas, 6 milhões (8,8%) estão matriculados em EJA. A partir desses dados e tendo em vista a urgência de ações para ampliação das vagas no sistema público de ensino ao sujeito jovem e adulto, o Governo Federal instituiu, em 2005, no âmbito federal o primeiro Decreto do PROEJA nº 5.478, de 24 de junho de 2005, em seguida substituído pelo Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, que introduz novas diretrizes que ampliam a abrangência do primeiro com a inclusão da oferta de cursos PROEJA para o público do ensino fundamental da EJA.

A partir deste contexto, o PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infra-estrutura para oferta dos cursos dentre outros.

Documento Base, disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf>. Acesso em 15 out. 2013.

Professor

Profissão

A dificuldade de precisar conceitualmente o termo 'profissão' deve-se ao fato de que o mesmo assume diferentes conotações de acordo com a área de conhecimento e a tradição nacional e idiomática em que é empregado. Quando utilizado na sociologia anglo-americana, o termo (profession) é reservado para as profissões ditas sábias, ou seja, que pressupõem formação universitária, distinguindo-se de occupations – o conjunto dos empregos. Diferentemente, tanto na língua francesa quanto na portuguesa, o termo, sem o qualificativo liberal (ou liberais), designa tanto as 'profissões sábias' quanto o conjunto dos empregos reconhecidos na linguagem administrativa, principalmente nas classificações dos recenseamentos promovidos pelo Estado.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde)

Programa de saúde mental

Programa de vocação científica

USE também Provoc

Coordenado por uma equipe de profissionais do Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica da EPSJV, o Programa de Vocação Científica na Fiocruz tem como objetivo principal proporcionar aos alunos de ensino médio a vivência de ambientes de pesquisa e desenvolvimento de projetos tecnológicos, propiciando-lhes a experiência de aprender ciência fazendo ciência. Por meio da orientação acadêmica, o aluno inicia sua formação em pesquisa em C&T nos laboratórios, setores, serviços ou grupos de pesquisa ligados às suas diversas unidades. A educação em ciências é o eixo articulador dessa integração entre instituições científicas e de ensino, destacando-se de maneira especial a relação que se estabelece entre o aluno e o orientador-pesquisador no contexto do trabalho acadêmico. Dessa forma, busca-se estabelecer inter-relações entre o ensino regular e a formação desses jovens em espaços tradicionalmente reservados aos estudantes de graduação e de pós-graduação. Ao mesmo tempo em que visa integrar-se às ações de ensino das escolas parceiras, o Provoc propõe aos estudantes uma ampla discussão sobre a produção de conhecimentos em nossa sociedade e sua relação com o pleno exercício da cidadania. A compreensão das práticas técnico-científicas que permeiam o processo de construção desses conhecimentos é o elemento central e estruturante desse projeto que tem como finalidade principal promover a iniciação científica de alunos do ensino médio que tenham interesse pelas atividades de pesquisa nas áreas das ciências biológicas, da saúde e sociais e humanas em saúde. No contexto da participação em projetos de pesquisa científica e tecnológica, os estudantes do Provoc têm ainda a possibilidade de conhecer e aprofundar questões relacionadas ao mundo do trabalho e à própria atividade acadêmica que envolve definição e/ou escolha profissional. A contribuição do Programa para a trajetória profissional dos alunos constitui-se numa das premissas fundamentais de sua proposta educacional. Ela norteia não apenas o processo de construção do conhecimento, mas também o desenvolvimento da capacidade crítica e investigativa do aluno. (Para saber mais consulte a página <www.epsjv.fiocruz.br>).

Programa nacional de estímulo ao primeiro emprego para os jovens

UP PNPE

Programa nacional do livro

Programa saúde da família

Programas de estudo

Programas governamentais

Projeto arquitetônico

Usar este descritor quando estiver relacionado a projetos arquitetônicos de escolas e de hospitais ou centros de saúde.

Projeto Larga Escala

Projeto pedagógico

UP Projetos educacionais

Projeto político pedagógico

Projetos educacionais

USE Projeto pedagógico

Promoção da Saúde

Originalmente entendida como uma das funções da medicina, e posteriormente definida como o conjunto de ações de prevenção primária, a serem desenvolvidas pelos serviços de saúde com a finalidade de melhorar a saúde dos indivíduos e grupos da população, a Promoção da Saúde tornou-se, a partir de 1974, um movimento internacional que propõe o desenvolvimento de ações intersetoriais (emprego, geração de renda, saneamento, habitação, educação, transporte, saúde e lazer) e a mobilização social em torno da melhoria da qualidade de vida dos diversos grupos sociais e da população em geral.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Prontuário médico

O prontuário médico é o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo. Ou, ainda, o conjunto de documentos padronizados, destinados ao registro da assistência prestada ao paciente.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Prontuário médico

O prontuário médico é o documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo. Ou, ainda, o conjunto de documentos padronizados, destinados ao registro da assistência prestada ao paciente.

PROVOC

USE Programa de vocação científica

Qualificação

Entendida como resultado e processo social que decorre, por um lado, da relação e das negociações tensas capital-trabalho e, por outro, de fatores sócio-culturais que influenciam o julgamento e a classificação que a sociedade faz sobre os empregos, os indivíduos e suas capacidades. Arena política onde se disputam credenciais que conferem reconhecimento e asseguram acesso às classificações vigentes no mundo do trabalho.

Qualificação como relação social

É amplo (e antigo) o debate intelectual em torno da questão da ‘qualificação’. Têm-se discutido intensamente tanto a sua natureza ou mudanças no tempo, como as fontes e formas de produzi-la, com crescente interesse pelo nexos entre experiência e conhecimentos obtidos e aperfeiçoados no cotidiano de trabalho face àqueles desenvolvidos na vida fora do trabalho.

Nos anos 60, a produção acadêmica foi pródiga em formulações relativas ao tema face aos sinais de uma nova revolução tecnológica. A controvérsia antepôs, por um lado, hipóteses sobre a desumanização do trabalho, parcelarizado em face de uma tecnologia alienante (Friedman & Naville, 1966) e, por outro, as expectativas sobre a emergência de novas qualificações, passíveis de menor alienação e maior controle sobre o trabalho, em especial na nova classe operária, afluyente e potencialmente aristocrática (Mallet, 1963; Blauner, 1964).

A partir dos anos 70, esse debate ganhou novo colorido e intensidade. Eles foram os anos da chamada ‘bravermania’, para tomar de empréstimo a expressão ironicamente cunhada por Littler e Salaman (1982). Braverman (1974) sustentou as suas idéias numa releitura da concepção marxiana. Com efeito, Marx entendia que o trabalho – enquanto não alienado – expressaria e desenvolveria a criatividade e a habilidade do homem por ser um processo de transformação da natureza cujo resultado estaria previamente figurado pelo sujeito que, usando instrumentos, transformava seu objeto. Entretanto, diria ele, quando a força de trabalho se constituiu como mercadoria, o trabalhador (um proletário, juridicamente livre, mas privado dos meios de produção) tornou-se impotente por depender completa mente do capitalista para forjar a sua sobrevivência. A subordinação tecida pelas relações mercantis se consolidaria na mesma medida em que a inovação permanente dos meios técnicos de trabalho reduzia os operários a meros apêndices das máquinas. Formal e realmente subsumidos, no dizer de Marx, os trabalhadores passariam a viver o ato de produzir não mais como expressão criativa de atividades auto-suficientes, mas com a negatividade própria ao seu caráter de trabalho alienado.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Qualificação para o trabalho

USE Qualificação profissional

UP Qualificação profissional para o trabalhador

É amplo (e antigo) o debate intelectual em torno da questão da ‘qualificação’. Têm-se discutido intensamente tanto a sua natureza ou mudanças no tempo, como as fontes e formas de produzi-la, com crescente interesse pelo nexos entre experiência e conhecimentos obtidos e aperfeiçoados no cotidiano de trabalho face àqueles desenvolvidos na vida fora do trabalho.

Nos anos 60, a produção acadêmica foi pródiga em formulações relativas ao tema face aos sinais de uma nova revolução tecnológica. A controvérsia antepôs, por um lado, hipóteses sobre a desumanização do trabalho, parcelarizado em face de uma tecnologia alienante (Friedman & Naville, 1966) e, por outro, as expectativas sobre a emergência de novas qualificações, passíveis de menor alienação e maior controle sobre o trabalho, em especial na nova classe operária, afluyente e potencialmente aristocrática (Mallet, 1963; Blauner, 1964). (Ver na íntegra o verbete *Qualificação como relação social* no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Qualificação profissional

UP Qualificação para o trabalho

UP Qualificação profissional para o trabalhador

Qualificação profissional em saúde

Qualificação profissional para o trabalhador

USE Qualificação profissional

Radiodiagnóstico

Radiologia

Radiologia industrial

Recursos financeiros em saúde

Recursos financeiros para educação

Recursos humanos

Recursos humanos em saúde

O conceito de 'recursos humanos' é próprio da área de administração e remete à racionalidade gerencial hegemônica que reduz o trabalhador à condição de recurso, restringindo-o a uma dimensão funcional. No entanto, na área da saúde, a questão dos 'recursos humanos' envolve tudo que se refere aos trabalhadores da saúde em sua relação com o processo histórico de construção do Sistema Único de Saúde (SUS – Mendes Gonçalves, 1993), configurando, assim, um dos seus subsistemas. Nesse sentido, esse é tanto um campo de estudo como de intervenção. A área de 'Recursos Humanos em Saúde' (RHS) abarca múltiplas dimensões: composição e distribuição da força de trabalho, formação, qualificação profissional, mercado de trabalho, organização do trabalho, regulação do exercício profissional, relações de trabalho, além da tradicional administração de pessoal.

(Ver na íntegra o verbete no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Recursos públicos para educação

Rede de informações

Redes de atenção à saúde

UP Redes em saúde

As Redes de Atenção à Saúde (RAS) são arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado (Ministério da Saúde, 2010 – portaria nº 4.279, de 30/12/2010). A implementação das RAS aponta para uma maior eficácia na produção de saúde, melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional, e contribui para o avanço do processo de efetivação do SUS. A transição entre o ideário de um sistema integrado de saúde conformado em redes e a sua concretização passam pela construção permanente nos territórios, que permita conhecer o real valor de uma proposta de inovação na organização e na gestão do sistema de saúde.

A atual grande diretriz da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS) para o período de 2011 a 2014 é a implantação das RAS, sendo sua gestora no âmbito federal.

No dia 30 de dezembro de 2010, o Documento de Referência contendo as "Diretrizes para a organização das RAS no âmbito do SUS" foi oficializado por meio da Portaria GM/MS nº 4.279, publicada no Diário Oficial de 31/12/2010. Este documento havia sido aprovado pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) no dia 16 de dezembro. Para assegurar resolutividade na rede de atenção, alguns fundamentos precisam ser considerados: economia de escala, qualidade, suficiência, acesso e disponibilidade de recursos.

As Redes de Atenção à Saúde. Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/smp_ras.php>. Acesso em 15 out. 2013.

Redes em saúde

USE Redes de atenção à saúde

Reestruturação produtiva

As mudanças ocorridas com os novos processos produtivos a partir das inovações tecnológicas e das alterações nas relações de trabalho, constituem uma "Terceira Revolução Industrial", que consiste na reestrutura produtiva.

Para saber mais leia o artigo *O significado do trabalho em tempos de reestruturação produtiva*:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-42812004000300006&script=sci_arttext> e o verbete *Reestruturação produtiva na saúde* no Dicionário da Educação profissional em saúde.

Reforma

Revisão geral com reposição de partes usadas, atualizando ou modificando, calibrando, pintando segundo conformações e recomendações do fabricante. A reforma sendo concluída, o equipamento deve seguir para uma inspeção para avaliação do acabamento do serviço seus aspectos de segurança e performance.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Reforma agrária

Reforma Agrária é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir. Para alcançar esse objetivo, o principal instrumento jurídico utilizado em praticamente todas as experiências existentes é a desapropriação, pelo Estado, das grandes fazendas, os **latifúndio**, e sua redistribuição entre camponeses sem terra, pequenos agricultores com pouca terra e assalariados rurais em geral.

Ver na íntegra o verbete *Reforma agrária*, no Dicionário da Educação do Campo, publicado pela EPSJV.

Reforma Psiquiátrica

Um conjunto de revisões e inovações que vem sendo operadas no campo da saúde mental no SUS, a partir da mobilização de força se instituições sociais diversas, constituídas desde o final da década de 70. A Reforma Psiquiátrica Brasileira busca a superação do modelo manicomial, propondo transformações no campo das políticas públicas, das legislações e na cultura da exclusão. Um processo social complexo que opera transformações nas práticas, saberes, valores culturais e sociais em torno da loucura e das condições de vida e saúde dos usuários da Rede Territorial de Saúde Mental e Atenção Psicossocial.

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Reforma sanitária

Regulamentação profissional

Reparo ou conserto

Localização de defeitos para identificar a causa de mau funcionamento, reposição ou adaptação de componentes ou subsistemas para restaurar função normal, segurança, performance e confiança. Ao término dos reparos o equipamento devemos proceder a uma inspeção para atestar sua normalidade para uso.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Riscos

O conceito de risco possui dois elementos

1. A probabilidade de um evento perigoso; são condições de uma variável com potencial necessário para causar danos. Esses danos podem ser entendidos como lesões a pessoas, danos a equipamentos e instalações, danos ao meio ambiente, perda de material em processo, ou redução da capacidade de produção;
2. Severidade da consequência do evento perigoso; expressa uma probabilidade de possíveis danos dentro de um período de tempo ou número de ciclos operacionais. Pode indicar ainda incerteza quanto à ocorrência de um determinado evento (NBR IEC 601-1-4, ABNT, 1997).

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Salubridade Ambiental

Diz-se da condição de higiene em que vive uma população urbana ou rural. Está referida a capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias ou epidemias veiculadas pelo meio ambiente, e, promover a melhoria das condições do ambiente- físico, psicossocial, econômico, dentre outros, favorecendo o pleno gozo de saúde e bem-estar.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Saneamento Ambiental

Considera-se saneamento ambiental o conjunto de ações socioeconômicas, que tem por objetivo alcançar níveis de salubridade ambiental por meio do abastecimento de água potável, da coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, da promoção da disciplina sanitária de uso de solo, da drenagem urbana, do controle de doenças transmissíveis e dos demais serviços que promovem e protegem à saúde coletiva, inclusive a educação ambiental.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Saúde

É um termo com vários significados, podendo ser entendido, de forma geral, como um “estado”, um modo de ser que, para o indivíduo, significa a sensação de “bem-estar”, com uso pleno ou satisfatório e sua capacidade física, mental e social, isto é, da capacidade de viver sem limitações ou dificuldades no desempenho das funções corporais, no entendimento do mundo e no relacionamento com as pessoas. Parte do viver humano, a manutenção do estado de saúde, seja no plano individual ou coletivo, gera necessidades e carências, que, se não forem satisfeitas, se apresentam como problemas a serem enfrentados e resolvidos. O termo Saúde também pode se referir a uma “ação” ou “serviço”, ou seja, ao cuidado prestado a indivíduos ou grupos com a intenção de promover ou proteger a sua saúde e evitar ou tratar suas doenças, seja o “autocuidado”, seja o cuidado prestado pela família ou amigos, seja o cuidado prestado por profissionais e trabalhadores de saúde inseridos em “instituições de saúde”, cujo conjunto compõe o “sistema de saúde”, existente em um determinado local.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsv.fiocruz.br>.

Saúde bucal

Saúde da população indígena

UP Saúde indígena

Saúde das populações do campo

Saúde do Idoso

Com o crescimento da proporção de pessoas idosas na sociedade brasileira, torna-se cada vez mais necessário o investimento em políticas públicas que beneficiem esse segmento etário. Nas últimas décadas, uma ampla legislação foi criada para esse fim, como a Política Nacional do Idoso (1994), o Estatuto do Idoso (2003) e a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (2006).

Fonte: Laboratório de educação profissional em atenção à saúde. Disponível em <www.epsv.fiocruz.br>.

Saúde do idoso

Saúde do trabalhador

Saúde e educação

Saúde indígena

USE Saúde da população indígena

Saúde materno-infantil

Saúde mental

Saúde na escola

Saúde pública

A saúde pública centra sua ação a partir da ótica do Estado com os interesses que ele representa nas distintas formas de organização social e política das populações. Na concepção mais tradicional, é a aplicação de conhecimentos (médicos ou não), com o objetivo de organizar sistemas e serviços de saúde, atuar em fatores condicionantes e determinantes do processo saúde-doença controlando a incidência de doenças nas populações através de ações de vigilância e intervenções governamentais. Não deve ser confundida com o conceito mais amplo de saúde coletiva. (ALMEIDA, Lucio Meneses. Os serviços de saúde pública e o sistema de saúde.

Disponível em <<http://www.ensp.unl.pt/dispositivos-de-apoio/cdi/cdi/sector-de-publicacoes/revista/2010/pdf/vol-1-2010/08-2010.pdf>>. Acesso em 15 out. 2013.

Saúde suplementar

Segregação espacial

Segregar quer dizer separar ou isolar, portanto a segregação espacial é uma separação que se realiza no espaço geográfico. Nas cidades brasileiras, coexistem condomínios ou residências de alto padrão construtivo e de serviços, com outros espaços de moradias improvisadas, com grandes restrições no acesso a serviços.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Segurança alimentar

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No âmbito de atuação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, compete à Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SESAN planejar, implementar, coordenar, supervisionar e acompanhar programas, projetos e ações de SAN, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecidas pelo Decreto nº 7.272/2010.

Ler na íntegra na página da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar: <<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar>>.

Segurança de equipamentos

Segurança em laboratórios

Segurança no trabalho

Sindicalismo

Sistema de Computação

Refere-se ao conjunto de pessoas, máquinas e métodos organizados e integrados para realizar um conjunto de operações específicas, visando a um determinado objetivo.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Sistema de Informação de HIV Soropositivo Assintom

O SIHIV é um software importante como instrumento de avaliação para a vigilância epidemiológica. Permite avaliar algumas tendências da epidemia quanto às categorias de exposição, faixa etária, escolaridade, ocupação e residência dos indivíduos infectados. Estas informações devem fornecer subsídios para uma melhor organização das municipais, regionais e estaduais.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Sistema de Informação sobre Vigilância Alimentar e nutricional

Destina-se ao acompanhamento do Programa de Combate às Carências Nutricionais (PCCN). Propõe-se a ser um processo contínuo de coleta, tratamento, interpretação e disseminação de dados e informações sobre a situação alimentar e nutricional e de seus fatores determinantes.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Sistema de informações ambulatoriais (SAI-SUS)

O SIH-SUS contém informações que viabilizam efetuar o pagamento dos serviços hospitalares prestados pelo SUS, através da captação de dados em disquete das Autorizações de Internação Hospitalar (AIH). Sendo o sistema que processa as AIHs, dispõe de informações sobre recursos destinados a cada hospital que integra a rede do SUS; as principais causas de internações no Brasil; a relação dos procedimentos mais frequentes

realizados mensalmente em cada hospital, município e estado; a quantidade de leitos existentes para cada especialidade; o tempo médio de permanência do paciente no hospital.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>.

Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA-SUS)

O SIA-SUS oferece aos gestores estaduais e municipais de saúde instrumentos para a operacionalização das funções de cadastramento ambulatorial, controle orçamentário, controle e cálculo da produção ambulatorial (RCA), gerenciamento da capacidade instalada e produzida; gerenciamento dos recursos financeiros orçados e repassados aos prestadores de serviços.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>.

Sistema de Informações da Atenção Básica (Siab)

Método que permite o registro de diversas informações de interesse das equipes e do gestor local, relativas à saúde da população coberta e ao andamento das atividades das equipes. Permite ainda que sejam feitas avaliações do trabalho realizado e de seu impacto na organização do sistema e na saúde da população.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>.

Sistema de informações de agravos de notificação (SINAN)

Tem como objetivo coletar, transmitir e disseminar dados gerados rotineiramente pelo Sistema de Vigilância Epidemiológica para apoiar processos de investigação e de análise sobre as principais doenças e agravos sujeitos a notificação compulsória. Coleta dados sobre agravos de notificação compulsória. Pode ser ativado a partir do município gerando informações por distrito ou bairro. A notificação compulsória tem sido a principal fonte usada pela Vigilância Epidemiológica para desencadear medidas de controle. Os dados trabalhados referem-se às seguintes doenças: cólera, coqueluche, dengue, difteria, doença de chagas (casos agudos), doença meningocócica e outras meningites, febre amarela, febre tifóide, hanseníase, hepatites B e C, leishmaniose, visceral, leptospirose, malária (em área não-endêmica), meningite, por *Haemophilus influenzae* (peste), poliomielite, paralisia flácida aguda, raiva humana, rubéola, síndrome de rubéola congênita, sarampo, sífilis congênita, síndrome da imunodeficiência adquirida, tétano e tuberculose. Segundo a legislação: todo e qualquer surto ou epidemia, assim como a ocorrência de agravo inusitado, independente de constar na lista de doenças de notificação compulsória, deve ser notificado imediatamente, às secretarias municipal e estadual de saúde e a Fundação Nacional de Saúde.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>.

Sistema de informações do programa nacional de imunizações (SI-PNI)

Contribui para o controle, eliminação e/ou erradicação das doenças transmissíveis e imunopreveníveis, com a imunização sistemática da população.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>.

Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM)

Coleta dados sobre óbitos e fornece informações sobre o perfil de mortalidade nos diferentes níveis do SUS. Permite que os dados sejam agregados ou desagregados por estados, município, bairro ou endereço residencial.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>.

Sistema de informações sobre nascidos vivos (SINASC)

Objetiva construir uma base de dados sobre as crianças nascidas vivas em todos os níveis do SUS. Os dados sobre o recém-nascido podem ser agregados ou desagregados por município, bairro, endereço residencial ou estabelecimento de saúde onde a criança nasceu.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvj.fiocruz.br>.

Sistema de informações sobre orçamento público em saúde (SIOPS)

Instrumento de coleta e de processamento de informações sobre receitas e gastos públicos em saúde nas três esferas.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvv.fiocruz.br>.

Sistema Nacional de Auditoria

Estabelece que todos os níveis de governo devem organizar e implantar seus componentes do SNA subordinados à direção do SUS, que exercerá as seguintes atividades sobre as ações e serviços verificar a regularidade dos padrões estabelecidos; avaliação da estrutura, dos processos e dos resultados de acordo com os critérios de eficiência, eficácia e efetividade; auditoria da regularidade dos procedimentos praticados.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvv.fiocruz.br>.

Sistema nacional de vigilância sanitária

Sistema único de assistência social

Sistema único de saúde

UP SUS

A expressão ‘Sistema Único de Saúde’ (SUS) alude em termos conceituais ao formato e aos processos jurídico-institucionais e administrativos compatíveis com a universalização do direito à saúde e em termos pragmáticos à rede de instituições – serviços e ações – responsável pela garantia do acesso aos cuidados e atenção à saúde. Os termos que compõem a expressão ‘SUS’, espelham positivamente críticas à organização pretérita da assistência médico-hospitalar brasileira. ‘Sistema’, entendido como o conjunto de ações e instituições, que de forma ordenada e articulada contribuem para uma finalidade comum, qual seja, a perspectiva de ruptura com os esquemas assistenciais direcionados a segmentos populacionais específicos, quer recortados segundo critérios socioeconômicos, quer definidos a partir de fundamentos nosológicos. ‘Único’ referido à unificação de dois sistemas: o previdenciário e o do Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde, consubstanciada na incorporação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) pelo Ministério da Saúde e na universalização do acesso a todas ações e cuidados da rede assistencial pública e privada contratada e ao comando único em cada esfera de governo. ‘Saúde’ compreendida como resultante e condicionante de condições de vida, trabalho e acesso a bens e serviços e, portanto, componente essencial da cidadania e democracia e não apenas como ausência de doença e objeto de intervenção da medicina; a saúde, tomada como medida de determinações sociais e perspectiva de conquista da igualdade, contrapõe-se ao estatuto de mercadoria assistencial que lhe é conferido pela ótica economicista, tal como definida na VIII Conferência Nacional de Saúde é “a resultante das condições de alimentação, habitação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde”.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Sistemas computadorizados de registros médicos

Sistemas de Informação

Sistema de pessoas, equipamentos, procedimentos, documentos e comunicações que coleta, valida, transforma, armazena, recupera e apresenta dados, gerando informação para usos diversos. Ou ainda, termo que engloba as diversas classes de sistemas, tais como os transacionais, gerenciais, de apoio à decisão, dentre outros.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsvv.fiocruz.br>.

Sistemas de Informação em Saúde

Instrumento para adquirir, organizar e analisar dados necessários a definição de problemas e riscos para a saúde, avaliar a eficácia, eficiência e influência que os serviços prestados possam ter no estado de saúde da população, além de contribuir para a produção de conhecimentos acerca da saúde e dos assuntos a ela

ligados. Ou ainda, refere-se à terminologia específica para denominar os Sistemas de Informação produzidos para a área de saúde.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Sociedade civil

1. Momento superestrutural que amplia a atuação do Estado, formado por aparelhos privados de hegemonia. Arena de conflitos entre diferentes concepções de mundo.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

2. A categoria de sociedade civil nasce com o mundo burguês, vinculado ao conceito de Estado. Antonio Gramsci, no século XX, critica e reformula o conceito. Na atualidade, tanto o conceito como as próprias entidades da sociedade civil são âmbito de intensas lutas sociais entre uma abordagem (e uma prática) de cunho liberal e uma abordagem (e uma prática) crítica.

(...)Marx e Engels demonstram que o pensamento liberal nascente, mais do que compreender o Estado burguês, tomava parte na luta burguesa contra as formas de Estado precedentes e as antigas classes dominantes. Os liberais consideravam como 'natureza humana' as características predominantes na sociedade burguesa; ocultavam a existência da relação social de exploração e subalternização entre as novas classes sociais, idealizando um formato para Estado e autonomizando-o; desconsideravam o processo histórico que levou à instauração de Estados e, ainda mais grave, aboliam o futuro, apresentando o Estado burguês como necessidade eterna. Sua visão de mundo reiterava permanentemente a dominação burguesa e sua forma de Estado. Após sua crítica radical, Marx e Engels praticamente abandonam o conceito de sociedade civil, relegando-o ao passado liberal.

Caberá a Gramsci refundar o conceito, porém em estreita consonância com as bases críticas lançadas por esses autores. Para ele, o conceito de sociedade civil é inseparável da noção de totalidade, isto é, da luta entre as classes sociais, e integra sua mais densa reflexão sobre o Estado ampliado. Gramsci procurou compreender a organização das vontades coletivas e sua conversão em aceitação da dominação, por meio do Estado capitalista desenvolvido, em especial, a partir do momento em que incorpora, de modo subordinado, conquistas de tipo democratizante resultantes das lutas populares. Assim, a sociedade civil é indissociável dos aparelhos privados de hegemonia – as formas concretas de organização de visões de mundo, da consciência social, de formas de ser, de sociabilidade e de cultura, adequadas aos interesses hegemônicos (burgueses). Assinala a ampliação dos espaços de luta de classes nas sociedades contemporâneas, em sua íntima vinculação com o Estado. Seu objetivo é contribuir para superar o terreno dos interesses (corporativo) e o de uma vontade plasmada pela vontade estatal, defendendo uma sociedade igualitária (Gramsci, 2000 e 2001).

Não há oposição entre sociedade civil e Estado, em Gramsci, pois a sociedade civil é duplo espaço de luta de classes: expressa contradições e ajustes entre frações da classe dominante e, ao mesmo tempo, nela se organizam também as lutas entre as classes. Os aparelhos privados de hegemonia (ou de contra-hegemonia) são organizações nas quais se elaboram e moldam vontades, e com base nas quais as formas de dominação (ou de luta contra ela) se irradiam para dentro e para fora do Estado. Aí subjaz o convencimento não apenas de maneira estática, mas como processo.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Sociologia

Sociologia da educação

Sociologia do trabalho

Sociologia educacional

Solidariedade

Subjetividade

Sujeitos políticos coletivos

Organismos culturais e ético-políticos que contribuem para a construção do consenso a uma determinada concepção de mundo.

Fonte: Laboratório de trabalho e educação profissional em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

SUS

USE Sistema único de saúde

Técnicas de laboratório clínico

Técnicas e procedimentos de laboratório

Tecnologia

Numa extensa obra sobre o conceito de 'tecnologia' o filósofo brasileiro Álvaro Vieira Pinto (2005) nos elucida a complexidade do tema e o desafio de apreender as diferentes mediações e significados. Destaca, este autor, quatro sentidos mais usuais do conceito de 'tecnologia'. O primeiro e mais geral é seu sentido etimológico: 'tecnologia' como o 'logos' ou tratado da técnica. Estariam englobados, nesta acepção, "a teoria, a ciência, a discussão da técnica, abrangidas nesta última acepção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa" (Pinto, 2005, p. 2219). O segundo sentido de 'tecnologia' é tomado, no senso comum e no linguajar corrente, como sinônimo de técnica ou de know-how. O terceiro sentido, que também aparece freqüente, relaciona-se ao 'conjunto de técnicas de que dispõe uma sociedade'. Refere-se mais especificamente ao grau de desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade. Por fim, um quarto sentido, ligado a este último, que é o de 'tecnologia' como 'ideologia da técnica'.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Tecnologia da Informação

Conjunto de hardware e software utilizados nas funções de coleta, processamento e comunicação de informações.

Fonte: Laboratório de educação profissional em informações e registros em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Tecnologia do ensino a distância

Use Ensino a distância

Tecnologia educacional

UP Tecnologias educacionais

UP Tecnologias educativas

Tecnologias em saúde

Definidas como procedimentos destinados à prevenção, tratamento e reabilitação da saúde do paciente, compreendem vacinas, medicamentos, equipamentos, procedimentos médicos, cirúrgicos e os sistemas de saúde.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Televisão educativa

Teoria da educação

UP Teorias da educação

Territorialização

USE Territorialização em saúde

Territorialização em saúde

Ao se buscar definir a 'territorialização em saúde', precede explicitar a historicidade dos conceitos de território e territorialidade, suas significações e as formas de apropriação no campo da saúde pública e da saúde coletiva. Pretende-se com isso, situar os diferentes usos do termo territorialização (teórico, prático e metodológico) pelo setor saúde, destacando sua importância no cenário atual da reorganização da atenção, da rede de serviços e das práticas sanitárias locais.

O termo território origina-se do latim territorium, que deriva de terra e que nos tratados de agrimensura aparece com o significado de 'pedaço de terra apropriada'. Em uma acepção mais antiga pode significar uma

porção delimitada da superfície terrestre. Nasce com dupla conotação, material e simbólica, dado que etimologicamente aparece muito próximo de terra-territorium quanto de terreo-territor (terror, aterrorizar). Tem relação com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do medo, do terror – em especial para aqueles que, subjogados à dominação, tornam-se alijados da terra ou são impedidos de entrar no ‘territorium’. Por extensão, pode-se também dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva ‘apropriação’ (Haesbaert, 1997, 2005; Souza & Pedon, 2007).

A concepção de território que mais atende às necessidades de análise das ciências sociais e humanas é a sóciopolítica. Só é possível falar em demarcação ou delimitação em contextos nos quais exista uma pluralidade de agentes (Nunes, 2006). Portanto, a noção de território é decorrência da vida em sociedade, ou ainda, “os territórios [...] são no fundo, antes ralações sociais projetadas no espaço, que espaços concretos” (Souza, 1995, p.87).

Em uma sociedade política os indivíduos se articulam por meio de relações reguladas e possui princípios mínimos de organização. Essa organização só se viabiliza quando existe um poder habilitado a coordenar todos aqueles que se encontram em um determinado espaço. Por isso, quando se analisam os coletivos humanos ao longo da história, só se destaca a noção de território a partir das primeiras sociedades políticas. Com isso, corrobora-se a hipótese de que um elemento indissociável da noção de poder é o território, dado que não há organização sem poder (Nunes, 2006).

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Território

O território é sempre um campo de atuação, de expressão do poder público, privado, governamental ou não-governamental, e, sobretudo populacional. Cada território tem uma determinada área, uma população e uma instância de poder.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Teste de Aceitação ou Ensaio

Procedimento detalhado para verificar a segurança e performance de um equipamento antes de ser colocado em serviço, durante o aceite inicial ou quando o equipamento está retornando de oficina, onde sofreu algum reparo ou modificação. Nos casos de mudança de local de instalação, também devemos adotar o mesmo procedimento. Durante o aceite inicial, antes de confirmar a aquisição e a liberação para pagamento, devemos verificar se o equipamento entregue corresponde aquilo que foi solicitado, se está dentro do apresentado pelo fabricante para o negócio promovendo então as simulações necessárias a sua liberação para seu uso sem restrições. As simulações sendo positivas e comprovados desempenhos e regulagens podem-se então liberar seu pagamento. Neste momento devemos também inseri-lo no sistema de gerenciamento da manutenção do hospital. Esse teste de aceitação inicial também é responsável por outras duas outras funções importantes. A primeira é responsabilização do hospital pelo uso da tecnologia que ficará protegida, pois identificará durante os ensaios algum problema em potencial que poderia representar causas de acidentes se utilizado. Em outra situação, temos um equipamento envolvido em um incidente o teste de aceitação irá demonstrar que as medidas preventivas foram tomadas para assegurar a integridade do paciente. Problemas como esses estão além da possibilidade de inibi-los e representam cerca de 5% dos problemas de mau funcionamento de equipamentos de forma geral. Fica assim evidenciada a importância de que se estabeleça, nos contratos de aquisição, cláusulas bastantes claras sobre a obrigatoriedade de haver um aceite após aos ensaios e testes de aceitação que possa garantir a segurança para pacientes e operadores bem como não haja duvidas quando da realização de inspeções futuras que poderiam apontar problemas ainda em uma fase que se possa intervir com o fabricante no limite da garantia.

Fonte: Laboratório de educação profissional em manutenção de equipamentos em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Trabalhadores rurais

Trabalho

Com a afirmação de que o trabalho é uma categoria ‘antidiluviana’, fazendo referência ao conto bíblico da construção da arca de Noé, Marx nos permite fazer, ao mesmo tempo, três distinções em relação ao trabalho humano: por ele, diferenciamos-nos do reino animal; é uma condição necessária ao ser humano em qualquer tempo histórico; e o trabalho assume formas históricas específicas nos diferentes modos de produção da existência humana. Estas distinções nos permitem tanto superar o senso comum e a ideologia que reduzem o trabalho humano à forma histórica que assume sob as relações sociais de produção

capitalistas (compra e venda de força de trabalho, trabalho assalariado, trabalho alienado) quanto perceber a improcedência das teses que postulam o fim do trabalho.

Diferente do animal, que vem regulado e programado por sua natureza e, por isso, não projeta sua existência, não a modifica, mas se adapta e responde instintivamente ao meio, os seres humanos criam e recriam, pela ação consciente do trabalho, a sua própria existência. Embora o homem também seja um ser da natureza ao constituir-se humano se diferencia dela assumindo uma autonomia relativa como espécie do gênero humano que pode projetar-se, criar alternativas e tomar decisões (Konder, 1992; Antunes, 2000). (...)O trabalho como princípio educativo, então, não é, primeiro e sobretudo, uma técnica didática ou metodológica no processo de aprendizagem, mas um princípio ético-político. Realçamos este aspecto, pois é freqüente reduzir o trabalho como princípio educativo à idéia didática ou pedagógica do ‘aprender fazendo’. Para aprofundar a compreensão desta questão, indicamos a leitura de Saviani (1994) e Frigotto (1985). Isto não elide a experiência concreta do trabalho dos jovens e adultos, ou mesmo das crianças, como uma base sobre a qual se desenvolvem processos pedagógicos ou mesmo a atividade prática como método pedagógico, tal como nos mostra Pistrak (1981), na sua obra clássica sobre o trabalho como elemento pedagógico. Como princípio educativo, o trabalho é, ao mesmo tempo, um dever e um direito. Dever por ser justo que todos colaborem na produção dos bens materiais, culturais e simbólicos, fundamentais à produção da vida humana. Um direito por ser o ser humano um ser da natureza que necessita estabelecer, por sua ação consciente, um metabolismo com o meio natural transformando em bens para sua produção e reprodução.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Trabalho abstrato

São termos utilizados pelo filósofo alemão Karl Marx (1818-1883) para formular a sua teoria crítica do capitalismo. Seu ‘objetivo’ declarado não é explicar como é o capital (objeto de estudo da economia política burguesa), mas sim ‘porque o capital existe’. Para isso, Marx desenvolve o seguinte esquema argumentativo: A ‘mercadoria representa a existência molecular do capital’ porque toda a produção capitalista toma a forma de mercadoria;

A mercadoria é, em primeiro lugar, um ‘valor uso’, um objeto externo, cujas qualidades materiais ou virtuais a tornam útil para satisfazer “determinadas necessidades do estomago ou da fantasia”; em segundo lugar, é um ‘valor de troca’, (cujo nome em dinheiro se chama preço), uma relação quantitativa que pressupõe alguma substância comum, não perceptível empiricamente, de forma imediata;

Essa substância comum é o ‘trabalho humano abstrato’; trabalho despido de suas especificidades e considerado como simples despesa de energias humanas, físicas e intelectuais.

A partir da mercadoria, considerada existência molecular do capital, Marx define sua dupla realidade, a unidade valor de uso e valor de troca, como formas de expressão de uma unidade mais profunda: o trabalho no seu ‘duplo caráter’, ‘trabalho concreto’ (que se manifesta no valor de uso) e ‘trabalho abstrato’ (que se manifesta no valor de troca). (Ver verbete Trabalho *abstrato* e *trabalho concreto* na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Trabalho como princípio educativo

Princípios são leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade, dos quais derivam leis ou questões mais específicas. No caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (Marx, 1979).

Além dessa questão mais geral, há de se considerar o trabalho na sociedade moderna e contemporânea onde a produção dos meios de existência se faz dentro do sistema capitalista. Esse se mantém e se reproduz pela apropriação privada de um tempo de trabalho do trabalhador que vende sua força de trabalho ao empresário ou empregador, o detentor dos meios de produção. O salário ou remuneração recebida pelo trabalhador não contempla o tempo de trabalho excedente ao valor contratado que é apropriado pelo dono do capital.

Historicamente, o ser humano utiliza-se dos bens da natureza por intermédio do trabalho e, assim, produz os meios de sobrevivência e conhecimento. Posto a serviço de outrem, no entanto, nas formas sociais de dominação, o trabalho ganha um sentido ambivalente. É o caso das sociedades antigas e suas formas servis e escravistas, e das sociedades modernas e contemporâneas capitalistas. As palavras trabalho, labor (inglês), travail (francês), arbeit (alemão), ponos (grego) têm a mesma raiz de fadiga, pena, sofrimento, pobreza que ganham materialidade nas fábricas-conventos, fábricas-prisões, fábricas sem salário. A transformação moderna do significado da palavra deu-lhe o sentido de positividade, como argumenta John Locke que descobre o trabalho como fonte de propriedade; Adam Smith que o defende como fonte de toda a riqueza;

e Karl Marx para quem o trabalho é fonte de toda a produtividade e expressão da humanidade do ser humano (De Decca, 1985).

Em termos cronológicos, essa ambivalência do termo ganha forma a partir do século XVI, se considerarmos o Renascimento e a transformação do sentido da palavra trabalho como a mais elevada atividade humana e o nascimento das fábricas; ou a partir do século XVIII, se considerarmos o industrialismo e a Revolução Industrial nos seus primórdios na Inglaterra (De Decca, op. cit.; Iglesias, 1982). Marx (1980) vai realizar o mais completo estudo dos economistas que o precederam e a mais aguda crítica ao modo de produção capitalista e às contradições implícitas nas relações entre o trabalho e o capital.

Desenvolve os conceitos de valor de uso e de valor de troca presentes na mercadoria. Os valores de uso são os objetos produzidos para a satisfação das necessidades humanas, como bens de subsistência e de consumo pessoal e familiar. Definem-se pela qualidade, são as diversas formas de usar as coisas, de transformar os objetos da natureza, gerando cultura e sociabilidade.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Trabalho concreto

(...) A partir da mercadoria, considerada existência molecular do capital, Marx define sua dupla realidade, a unidade valor de uso e valor de troca, como formas de expressão de uma unidade mais profunda: o trabalho no seu 'duplo caráter', 'trabalho concreto' (que se manifesta no valor de uso) e 'trabalho abstrato' (que se manifesta no valor de troca).

Segue-se daí que, ao considerar a mercadoria como forma molecular do capital, o 'duplo caráter do trabalho' contido nela reúne qualidades necessárias para servir como hipótese-chave para o entendimento de todos os fenômenos econômicos, pois permite distinguir claramente o lado técnico-material, do lado histórico-social. E isto se aplica em todas as categorias utilizadas para entender e explicar o sistema capitalista: mercadoria, dinheiro, capital, salário, lucro, juro, acumulação de capital, PIB, desenvolvimento tecnológico, qualificação do trabalhador etc. Eis aí resumida a gênese e a insubstituível importância teórico-metodológica dos conceitos 'trabalho abstrato' e 'trabalho concreto'. Cabe, ainda, referir brevemente alguns outros aspectos correlacionados a esses conceitos.

Na medida que a produção e o intercâmbio de mercadorias se desenvolvem até abranger a quase totalidade dos produtos, quando inclusive a própria capacidade ou força humana de trabalho torna-se mercadoria, o valor, expressão do 'trabalho abstrato', passa a ser representado pelo dinheiro, uma mercadoria especial (material ou simbólica) que serve de equivalente universal ou expressão única do valor de troca de todas as mercadorias, por meio de suas várias funções: medida de valor, meio de circulação, meio de reserva e meio de pagamento. O dinheiro se transforma em capital quando o seu possuidor se apossa dos meios de produção e, para acioná-los, adquire a mercadoria força de trabalho daqueles trabalhadores que, carecendo de meios de produção e meios de vida, vêem-se forçados a vender, por um tempo determinado, essa sua única mercadoria.

(Ver verbete *Trabalho abstrato e trabalho concreto* na íntegra no Dicionário de Educação Profissional em Saúde).

Trabalho e conhecimento

USE Trabalho como princípio educativo

Trabalho em equipe

No campo da saúde o 'trabalho em equipe' emerge em um contexto formado por três vertentes: 1) A noção de integração, que constitui um conceito estratégico do movimento da medicina preventiva nos anos 50, da medicina comunitária nos anos 60 e dos programas de extensão de cobertura implantados no Brasil nos anos 70; 2) As mudanças da abordagem de saúde e de doença que transitam entre as concepções da uniausalidade e da multicausalidade; 3) As consequentes alterações nos processos de trabalho com base na busca de ampliação dos objetos de intervenção, redefinição da finalidade do trabalho e introdução de novos instrumentos e tecnologias.

No processo de emergência da medicina preventiva, nos anos 50, nos EUA, propõe-se um projeto de mudanças da prática médica, com uma redefinição radical do papel do médico, incorporando, pela primeira vez, em propostas curriculares de ensino de graduação, a ideia de trabalho em equipe multiprofissional liderada pelo médico (Arouca, 2003; Silva, 2003). Além da integração da medicina preventiva às demais especialidades, este movimento adota um novo conceito de saúde e doença, no qual a saúde é um estado relativo e dinâmico de equilíbrio e a doença é um processo de interação do homem com os agentes patogênicos e o ambiente. Esta concepção de saúde e doença está ancorada no paradigma da história natural das doenças, proposto por Leavell e Clark que assumem a definição de saúde preconizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Esta organização internacional, em 1946, adota o conceito global e multicausal de saúde que a define como o estado de completo bem-estar físico, mental e social e não

apenas a ausência de enfermidade. As práticas de saúde passam a ser reorientadas no sentido da obtenção de um estado 'global' de saúde com a prevenção das doenças e a recuperação 'integral' do paciente. No que se refere ao modelo de causalidade do processo saúde-doença, a medicina preventiva liberta-se da unicausalidade, fundamentada na bacteriologia, pois se tornara insustentável explicar a doença como o efeito da atuação de um agente patogênico, e adota o modelo da multicausalidade. (Facchini, 1993) Assim, a ideia de equipe de saúde aparece respaldada principalmente pela noção de atenção integral ao paciente, tendo em conta os aspectos preventivos, curativos e de reabilitação que deveriam ser contemplados a partir dos conceitos de processo saúde-doença, de história natural das doenças e da estratégia de integração. Porém, mantém-se a centralidade do trabalho médico, em torno do qual outros trabalhos especializados se agregam.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Trabalho em saúde

(...)O 'trabalho vivo em ato': a produção na saúde realiza-se, sobretudo, por meio do 'trabalho vivo em ato', isto é, o trabalho humano no exato momento em que é executado e que determina a produção do cuidado. Mas o trabalho vivo interage todo o tempo com instrumentos, normas, máquinas, formando assim um processo de trabalho, no qual interagem diversos tipos de tecnologias. Estas formas de interações configuram um certo sentido no modo de produzir o cuidado. Vale ressaltar que todo trabalho é mediado por tecnologias e depende da forma como elas se comportam no processo de trabalho; pode-se ter processos mais criativos, centrados nas relações, ou processos mais presos à lógica dos instrumentos duros (como as máquinas).

'O trabalho em saúde e seu produto': os produtos na saúde trazem a particularidade de uma certa materialidade simbólica, e podemos dizer que, falar em tecnologia é ter sempre como referência a temática do trabalho. Um trabalho cuja ação intencional é demarcada pela busca da produção de 'coisas' (bens/produtos) que funcionam como objetos, mas que não necessariamente são materiais duros, pois podem ser bens/produtos simbólicos (que também portam valores de uso) que satisfaçam necessidades. O 'trabalho em saúde' é centrado no 'trabalho vivo em ato', à semelhança do trabalho em educação; e a efetivação da 'tecnologia leve' do 'trabalho vivo em ato', na saúde, expressa-se como processo de produção de 'relações intercessoras' em uma de suas dimensões-chave, o seu encontro com o usuário final, que 'representa', em última instância, as necessidades de saúde, como sua intencionalidade, e, portanto, quem pode, com seu interesse particular, 'publicizar' as distintas intencionalidades dos vários outros agentes na cena do 'trabalho em saúde'.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Universalidade

A universalidade tem sido considerada na ciência política como uma noção relacionada ao campo do direito, mais especificamente ao campo dos direitos humanos. Ou seja, os direitos que são comuns a todas as pessoas, como um direito positivo que visa à manutenção da vida individual e social no mundo moderno. Na saúde, a universalidade tem sido uma bandeira das lutas populares que reivindicam como um direito humano e um dever do Estado na sua efetivação. Constitui-se como um dos princípios fundamentais do Sistema Único de Saúde (SUS) e está inscrita na Constituição Federal brasileira desde 1988.

A discussão em torno da universalidade como um conjunto de direitos inerentes a todas as pessoas, seja no interior do aparelho estatal nacional ou comum a todos os seres humanos independente de nacionalidade, apesar de remontar à filosofia política do século XVII, tornou-se pauta do Estado liberal nas constituições inglesa e francesa no século XVIII. Os principais filósofos a defender direitos que não dependem da cidadania, da fé ou da ação do Estado, ou seja, como direito natural, foram Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau e seus trabalhos sobre o chamado 'contrato social'. Essa discussão parte da necessidade de rever as relações políticas na Europa, até então dominadas pela monarquia e pelo clero, e pela expansão européia no continente americano, enfocando uma concepção liberal das relações sociais e do direito à propriedade (Bobbio et al., 2004).

A defesa do direito às liberdades individuais, políticas e econômicas foram fundamentais para a expansão e consolidação do capitalismo na Europa que, desta forma, eram concebidas como naturais e protegidas pelo chamado Estado de direito, principalmente durante o século XIX. A tensão entre liberdade e intervenção do Estado no mercado terá como resultante a defesa do direito ao livre comércio, sem regulação estatal, garantindo o status quo e a livre circulação dos grandes grupos econômicos. O discurso liberal nesse sentido defende a universalidade do direito às liberdades individuais, a não-intervenção estatal na economia, o direito à propriedade privada e a liberdade de organização política. Esses valores da vida burguesa são defendidos como direitos 'naturais' do ser humano, destituídos de sua conotação política e social, criando uma autonomia do poder judiciário em relação ao Estado para a proteção desses valores.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Universidade corporativa
UP Universidades corporativas

Usuários de drogas injetáveis

Valorização do trabalho

Vigilância Ambiental

As ações de vigilância ambiental tomam como ponto de partida o entendimento do ambiente físico, psicológico e social como espaço de produção da saúde-doença no plano individual e coletivo. Especificamente em nosso meio, estas ações têm privilegiado o controle da água de consumo humano, o controle de resíduos e o controle de vetores de transmissão de doenças – especialmente insetos e roedores.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Vigilância em saúde

O DEBATE ATUAL

As discussões que se intensificaram a partir da década de 1990 em torno da reorganização do sistema de 'vigilância epidemiológica', tornando possível conceber a proposta de ação baseada na 'vigilância da saúde', continham pelo menos três elementos que deveriam estar integrados: 1) a 'vigilância' de efeitos sobre a saúde, como agravos e doenças, tarefa tradicionalmente realizada pela 'vigilância epidemiológica'; 2) a 'vigilância' de perigos, como agentes químicos, físicos e biológicos que possam ocasionar doenças e agravos, tarefa tradicionalmente realizada pela 'vigilância sanitária'; 3) a 'vigilância' de exposições, através do monitoramento da exposição de indivíduos ou grupos populacionais a um agente ambiental ou seus efeitos clinicamente ainda não aparentes (subclínicos ou pré-clínicos), este último se coloca como o principal desafio para a estruturação da 'vigilância ambiental' (Freitas & Freitas, 2005; EPSJV, 2002).

No Brasil, o processo de implantação dos distritos sanitários buscava organizar os esforços para redefinir as práticas de saúde, tentando articular a epidemiologia, o planejamento e a organização dos serviços (Teixeira, 2000). Naquele momento, a preocupação incidia sobre a possibilidade de reorganizar a prestação dos serviços, buscando a integração das diferentes lógicas existentes: a atenção à demanda espontânea, os programas especiais e a oferta organizada dos serviços, com base na identificação das necessidades de saúde da população.

A excessiva fragmentação observada na institucionalização das ações de 'vigilância' (epidemiológica, sanitária e ambiental) também é criticada no âmbito de sua construção conceitual.

Três vertentes apontam diferentes concepções em torno da noção de 'vigilância em saúde': uma primeira, que a entende como sinônimo de 'análise de situações de saúde', embora amplie o objeto da 'vigilância epidemiológica', abrangendo não só as doenças transmissíveis, não incorpora as ações voltadas ao enfrentamento dos problemas. A segunda vertente concebe a 'vigilância em saúde' como integração institucional entre a 'vigilância epidemiológica' e a 'vigilância sanitária', resultando em reformas administrativas e, em alguns casos, no fortalecimento das ações de 'vigilância sanitária' e na articulação com os centros de saúde. Por fim, a terceira noção concebe a 'vigilância em saúde' como uma proposta de redefinição das práticas sanitárias, organizando processos de trabalho em saúde sob a forma de operações para enfrentar problemas que requerem atenção e acompanhamento contínuos. Estas operações devem se dar em territórios delimitados, nos diferentes períodos do processo saúde-doença, requerendo a combinação de diferentes tecnologias (Teixeira, Paim & Vilasboas, 1998). Nesta última concepção são revistos os sujeitos, os objetos, meios de trabalho e as formas de organização dos processos de trabalho envolvidos.

(Ver verbete na íntegra no Dicionário da Educação Profissional em Saúde).

Vigilância em saúde do trabalhador

Vigilância em saúde do trabalho

Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica (VE) se ocupa, fundamentalmente, da geração de informações sobre a ocorrência e distribuição de doenças na população, subsidiando a tomada de decisões e a execução de ações de controle. Desse modo, implica o reconhecimento das principais doenças de notificação compulsória e investigação epidemiológica que ocorrem em territórios específicos, bem como o desencadeamento das diversas ações de controle a depender da situação epidemiológica específica.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Vigilância epidemiológica

Vigilância imunológica

Vigilância laboratorial

Vigilância Sanitária

As ações de Vigilância Sanitária (VISA) dirigem-se, geralmente, ao controle de bens, produtos e serviços que oferecem riscos à saúde da população. Estão aí incluídos os alimentos, os saneantes (produtos de limpeza), cosméticos e medicamentos. Realiza também a fiscalização de serviços de interesse da saúde, dentre eles as escolas, os hospitais, os clubes, as academias, os parques, os centros comerciais etc., e ainda inspeciona os processos produtivos que podem pôr em riscos e causar danos ao trabalhador e ao meio ambiente.

Fonte: Laboratório de educação profissional em vigilância em saúde. Disponível em <www.epsjv.fiocruz.br>.

Vigilância sanitária

Vigilância sanitária de ambientes

Vigilância sanitária de produtos